


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

**REFORMA DO ESTADO E TRANSFORMAÇÃO
DAS ELITES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE SÃO
PAULO**



ARARAQUARA – S.P.
2009

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

REFORMA DO ESTADO E TRANSFORMAÇÃO DAS ELITES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas

Orientador: PROF. DR. ANGELO DEL VECCHIO

ARARAQUARA – S.P.
2009

MOACIR DE FREITAS JUNIOR

REFORMA DO ESTADO E TRANSFORMAÇÃO DAS ELITES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Linha de pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Públicas

Orientador: PROF. DR. ANGELO DEL VECCHIO

Data da defesa: 21/05/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: PROF. DR. ANGELO DEL VECCHIO
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular: PROF. DR. JOSÉ ANTONIO SEGATTO
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Araraquara

Membro Titular: PROF. DR. ROGÉRIO BAPTISTINI MENDES
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho a Moacyr e Maria Helena, cujos esforços impulsionaram minha chegada até aqui e servirão de alicerce para os vãos futuros. Nada do que eu possa fazer compensará a herança que recebi de vocês. Dedico-o ainda à Fabiana, pelo amor, carinho e ânimo que sempre recebo a cada encontro que, espero, tornem-se em breve diários.

AGRADECIMENTOS

Fiel às tradições acadêmicas, agradeço primeiramente a meu orientador, Prof. Dr. Angelo Del Vecchio, mas não o faço de forma protocolar. Poucas vezes encontrei gente disposta a apostar no crescimento de outras pessoas, característica esta cujo valor não sei transcrever em palavras. Nestes quase três anos de convivência, desde o dia daquele fatídico concurso no qual, para minha sorte, não fui aprovado, a paciência, os ensinamentos e o incentivo que dele recebi possibilitaram a construção deste trabalho. Assim, a poucas páginas de cumprir uma das mais importantes tarefas que a vida me colocou até agora, só posso agradecer, me servindo da melhor forma já desenvolvida para tanto: camarada Angelo, muito obrigado.

Finalmente, agradeço aos companheiros do Partido pelo apoio e pelas críticas, fundamentais para meu crescimento pessoal e intelectual e, por consequência, para o desenvolvimento deste trabalho. Rumo à Pátria Livre!

RESUMO

O presente trabalho estuda as transformações sofridas pelas elites econômicas e políticas paulistas durante o processo de reforma do Estado brasileiro ocorrido no período de 1990 a 2002. Busca-se entender a transformação sofrida pelo Estado Brasileiro desde 1980 até os dias atuais, a qual resultou na substituição do modelo desenvolvimentista para o liberal-gerencial, as razões de sua crise e as consequências em relação aos atores sociais aqui estudados. Com base em um modelo que busca a intersecção entre os conceitos de classe dominante e elites, procura entender o comportamento dos dirigentes políticos no período e quais as razões que levaram às substituições ocorridas entre estas a partir de 1990, com a ascensão de um novo grupo político. Ainda, no que tange às elites econômicas, como a crise econômica dos anos 80 alterou a composição dessas elites, sendo os empresários ligados ao setor industrial substituídos por outros alinhados aos novos setores da economia que emergiram dos processos de reforma do Estado, entre os quais os de serviços, surgidos das privatizações e o financeiro. Apresenta ainda dados empíricos que apontam para a direção das hipóteses trabalhadas, auxiliando na visualização das transformações que se deseja demonstrar. Ao final, propõe a discussão acerca do modelo nacional-desenvolvimentista e de seu futuro enquanto ideologia na sociedade atual.

Palavras chave: Nacional-desenvolvimentismo. Crise dos anos 1980. Reforma do Estado. Elites econômicas e políticas. Transformações.

ABSTRACT

The present work studies the transformation occurred by the economic elite and São Paulo State politics during the process of the Brazilian state reformation occurred on 1990 to 2002. We look for to understand the transformation occurred by the Brazilian State since 1980 until now, which resulted on the substitution of the developmental model to the management-liberal model, the reasons of its crisis and the consequences toward the social actors studied here. With basis in a model that searches the meeting point between the concepts of dominant class and elites, looking for to understand the behavior of the politics chairperson on the period and what reasons took to the occurred substitution between them since 1990, with the rising of a new politic group. Still, about the economics elites, with de economics crisis in the 80's changed the composition of these elites, so the business men connected to the industrial housing substituted for others aligned to the new economy sectors that emerged from the process of the State reformation, between them there were the services, arise from the privatization, and the financial services. Still, this study presents empirical datum which point to the directions of the worked hypothesis, helping on the visualization of the transformation that is to be demonstrated. At last, it is proposed a discussion about the national-developmental model and its future as ideology in the present society.

Keywords: National-development. 1980's crises. State transformation. Economic and politic elites. Transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 CONSOLIDAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E DE SUAS ELITES DIRIGENTES: DA ASCENSÃO COM A REVOLUÇÃO DE 1930 À CRISE DO CAPITALISMO NOS ANOS 1970.....	13
1.1. Os anos JK e a presença do capital estrangeiro na economia.....	33
1.2. Crise econômica dos anos 1970: o início da primazia do capitalismo financeiro.....	36
2 BREVES FORMULAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE ELITES E A FORMAÇÃO DIFERENCIADA DE SEUS MEMBROS NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	41
2.1. Breve análise teórica acerca das elites políticas.....	41
2.2. Aspectos da formação do Estado de São Paulo e o reflexo destes na composição e atuação de suas elites.....	50
3 CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 80 E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS.....	65
3.1. O projeto de reforma do Estado adotado pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.....	73
4 ANÁLISE DE DADOS E DOCUMENTOS QUE APONTAM A ASCENSÃO DE ATORES POLÍTICOS E ECONÔMICOS LIGADOS AO PROJETO NEOLIBERAL.....	84
4.1. Transformações nas elites econômicas: ascensão de setores e lideranças identificadas com o projeto neoliberal.....	84
4.2. Alterações nas elites políticas.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	107

INTRODUÇÃO

Existe um ideograma chinês que representa, ao mesmo tempo, as expressões “crise” e “oportunidade”, traduzindo-as como complementares uma da outra. Sem o teor otimista que a mensagem acima representa, é de crises e oportunidades que trataremos neste trabalho.

Tal afirmação decorre do fato de nosso objeto de estudo concentrar-se na transformação ocorrida nas elites econômicas e políticas paulistas a partir dos processos de reforma do Estado acontecidos no Brasil desde o início dos anos 1990, com a eleição de Fernando Collor, e que se consolidaram em 1994 com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, cuja plataforma continha o cerne do ideário que ganhara o mundo a partir do fim do bloco socialista europeu: o neoliberalismo.

Adotamos por definição de neoliberalismo o conceito mais comumente utilizado, como sendo o conjunto de medidas econômicas, sociais e políticas que alteraram a configuração do papel do Estado na sociedade, restringindo sua atuação às áreas básicas (educação, saúde, segurança pública, para citar alguns exemplos) e diminuindo-a sobremaneira na economia, alterando sua posição de promotor do desenvolvimento para o de regulador do mercado, que por sua vez seria o espaço onde as relações econômicas se desenvolveriam seguindo sua própria dinâmica.

Ainda, o conceito de neoliberalismo é perpassado por outro, o de globalização, de forma que o primeiro não pode ser plenamente entendido sem o segundo, pois seu alcance mundial e sua penetração na maioria expressiva dos países, especialmente nos em desenvolvimento, somente foi possível devido à integração dos mercados, que passaram a ser “mundiais”, trazendo conseqüências econômicas e sociais as mais diversas, que em pequena parte serão discutidas neste trabalho.

Não pretendemos ingressar com maior afinco na questão, que foi debatida com profundidade por Ianni (1997), Chesnais (1996) e outros, em quem nos baseamos, mas a constante utilização do conceito ao longo do texto, onde ele aparece de formas diversas a fim de demarcar o lapso temporal que desejamos analisar e o ambiente político em que se passaram os acontecimentos aqui estudados trouxe a necessidade de uma conceituação do termo de forma mais apurada.

A ascensão do neoliberalismo entre as elites brasileiras e as conseqüências deste acontecimento entre seus representantes deu-se em um ambiente de crise do modelo de

desenvolvimento econômico de molde autárquico, baseado na participação do Estado na economia, o nacional-desenvolvimentismo.

Este conceito, que desenvolveremos com maior profundidade ao longo do trabalho, foi a ideologia predominante na burguesia nacional ao longo do século XX, especialmente no período compreendido entre 1930, ano da revolução que alçou ao poder Getúlio Vargas, até a década de 1980, marcada pelo fim do regime militar, pela volta da democracia e pela crise econômica que estagnou economicamente o país e enfraqueceu a confiança que a maior parte das elites mantinha no projeto desenvolvimentista, abrindo espaço para a ascensão do ideário neoliberal e das lideranças dela defensoras. As elites estaduais paulistas foram atores importantes e, ao mesmo tempo, sofreram mudanças neste processo.

Foi da crise de 1929 que surgiram as condições necessárias para a ascensão da burguesia nacional ao poder e para a transformação das bases econômicas nacionais de agrárias – centradas na produção e exportação do café e na importação de produtos manufaturados de outros países – para industriais.

Com a economia em crise pela diminuição do comércio internacional e do crédito que financiava o ciclo econômico cafeeiro, a solução encontrada foi a parceria entre o Estado e o empresariado nacional na tentativa de criar, por meio do processo de substituição das importações, as condições necessárias para o estabelecimento da indústria como o centro dinâmico da economia. O sucesso de tal associação perdurou por toda a segunda metade do século XX, com grande crescimento entre 1945-1960 e chegando a seu ápice durante o regime militar.

No entanto, a partir de 1970, as seguidas crises sofridas pela economia mundial vão trazer como conseqüências a diminuição do crescimento e o desvio de parte dos investimentos antes dirigidos à produção para outro ramo da economia, o capitalismo financeiro, que pouco a pouco vai substituindo o capital produtivo, até tornar-se a principal atividade econômica do mundo nos anos 1990, quando da ascensão do neoliberalismo.

Todas estas questões e suas resultantes serão debatidas na Seção I.

No Brasil, inúmeras conseqüências derivaram da ascensão do ideário liberal ao poder, entre as quais as alterações nas elites econômicas e políticas aqui estudadas. Mas o perfeito entendimento destas transformações pressupõe o conhecimento, ainda que em um nível preliminar, do que entendemos por “elite”, se existe ou não a possibilidade de circulação entre seus membros e, se sim, em que termos esta ocorre, bem como as razões pelas quais os

representantes paulistas da classe significaram um diferencial em relação aos demais. É o que debateremos na Seção 2.

Na Seção 3, passaremos ao debate de nossa hipótese central de trabalho, a de que o neoliberalismo ascendeu ao poder no Brasil em face da crise que acometeu o país nos anos 1980.

Este processo deu-se sob o influxo de uma série de fatores. Concorreram para tanto o avanço da assim chamada globalização, que ganhou grande impulso nos anos 90, e a crise geral dos Estados correlata a tal avanço, bem como do modelo estatal desenvolvimentista brasileiro e o colapso do regime militar, que se manifestavam desde os anos 1980.

Do ponto de vista político, a década de 90 será marcada pela ascensão ao poder de um novo grupo político, capitaneado pelo recém formado Partido da Social Democracia Brasileiro, o PSDB, cuja proposta central era a reforma do Estado brasileiro e de seu aparelho administrativo, visando adequá-lo às novas diretrizes econômicas mundiais, único modo, no entender de tal grupo, para superar a crise do modelo até então construído.

Desde a Constituição de 1988, os dirigentes políticos que fundariam o PSDB pouco antes da promulgação da Carta já propunham, ainda que de forma pouco articulada, a adoção de modelo assemelhado ao acima descrito. Não encontrando eco para suas propostas naquele momento, optaram por fundar a nova agremiação, cujos líderes, entre os quais destacamos Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Mário Covas, eram paulistas que ocupavam postos importantes nas elites da política nacional e de São Paulo, mas não detinham a primazia desta, não eram seus principais membros.

Apenas seis anos após a fundação do novo partido, o PSDB e seus dirigentes ascenderiam ao centro da política nacional e paulista: Fernando Henrique Cardoso tornar-se-ia presidente da República; Mário Covas, Governador de São Paulo e José Serra, senador do mesmo Estado, desalojando as elites políticas que até então detinham estes postos.

Quais as possíveis razões destas transformações?

O insucesso na retomada do crescimento econômico, que seguia estagnado desde o final do regime militar, teria feito com que grande parte das elites econômicas e políticas, que mesmo durante este período defenderam a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista, perdessem a confiança no Estado como condutor do processo econômico e passassem a defender a redução de sua participação na sociedade.

Ademais, a partir dos anos 1990 o ideário neoliberal correu o mundo com a “globalização”. Desde o colapso da União Soviética e das reformas promovidas por

Margareth Thatcher, na Inglaterra e por Ronald Reagan, nos EUA, diversos países, em especial os da América Latina e da Ásia, passaram a adotar estas políticas. Ficou famosa a tese sobre o “fim da história” lançada por Fukuyama (1992) em *O fim da história e o último homem*, em que apregoava que o capitalismo teria chegado a seu ápice.

Todo este movimento mundial ajudou a dar ao neoliberalismo uma face “moderna”, “jovem”, um contraponto ao “antigo” modelo desenvolvimentista, formado por velhos políticos “corruptos” e “gastadores” e por elites econômicas “atrasadas”, “ineficientes” e, portanto, parte da crise que as novas idéias deveriam superar.

Também analisaremos a hipótese de parte da burguesia nacional ter enxergado nas privatizações – parte importante do projeto neoliberal – uma oportunidade de negócios, auxiliando sua mobilização em torno do mesmo.

Buscaremos analisar com acuidade este momento, na expectativa de apurar as razões pelas quais o ideário liberal encontrou terreno fértil para sua ascensão e, especialmente, o movimento de substituição das lideranças ligadas ao desenvolvimentismo pelas associadas à nova ideologia, transformação esta que ocorreu tanto nas elites econômicas quanto nas políticas.

Por fim, na Seção 4, apresentamos dados e analisamos documentos que apontam para a direção da hipótese debatida na seção anterior. Apoiaremos-nos em dados eleitorais e em outras pesquisas cujos resultados vão ao encontro dos aqui discutidos, na expectativa de ver reforçada nossa discussão acerca do tema objeto deste trabalho.

Assim, nosso trabalho propõe-se a debater um período muito fértil e recente da história política brasileira, marcado por transformações que alteraram sobremaneira nossa sociedade, cujos efeitos são sentidos até os dias atuais. Entender uma pequena parte destas mudanças é nossa tarefa.

1 CONSOLIDAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E DE SUAS ELITES DIRIGENTES: DA ASCENSÃO COM A REVOLUÇÃO DE 1930 À CRISE DO CAPITALISMO NOS ANOS 1970

Nosso objetivo nesta seção é traçar um rápido panorama da implantação do modelo nacional-desenvolvimentista no Brasil e as implicações políticas e sociais que a industrialização trouxe tanto para a economia quanto para as classes sociais, onde ocorreram profundas alterações, inclusive com a ascensão da então incipiente burguesia industrial nacional ao centro dos processos decisórios nacionais, em substituição às elites agrárias.

Ainda, analisaremos o desenvolvimento do modelo ao longo do século XX no Brasil até a década de 1970, década em que crise que acometeu o capitalismo mundial trouxe alterações em seu modo de produção que foram decisivas para os acontecimentos aqui estudados.

O crescimento do empresariado nacional deu-se ao longo do século XX, em grande parte, devido ao impulso estatal ao desenvolvimento deste setor da economia.

Desde 1930, a necessidade de industrializar o Brasil tornou-se uma preocupação governamental; em um primeiro momento, foram criados diversos órgãos de planejamento e atuação direta na economia – tais como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado por meio do Decreto-Lei n.º. 579, de 30/07/1938, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n.º.19.433, de 26 de novembro de 1930), entre outros – e empreendidos esforços estatais de incentivo à atividade econômica. Passados 30 anos do século XX e outros muitos da Revolução Industrial que lançara ao mundo as bases do capitalismo e de seu modo de produção, o Brasil tinha como atividade econômica principal a produção e comércio do café.

Assim, de acordo com Marisa Saenz Leme (1978), as relações entre as classes industriais e o Estado só conquistaram importância a partir da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, momento que houve a ascensão destas classes e seus interesses ao núcleo formulador das políticas econômicas nacionais.

Com a revolução de 1930, o governo federal passa a tratar da sindicalização operária e patronal. [...] Em primeiro lugar, temos a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O fato de ser uma das primeiras medidas do governo revolucionário ser a criação, dentro do aparelho estatal, de um instrumento destinado especificamente ao trato dos problemas do empresariado industrial e comercial e da classe trabalhadora, já mostra, de

início, a importância que estas classes assumem na plataforma de governo de Getúlio Vargas. (LEME, 1978, p.18)

Segundo a autora, existente no país desde o início do século XX, a indústria não conseguia consolidar-se como força econômica dominante, por uma série de fatores. Entre eles está o modelo econômico brasileiro de então, baseado no comércio internacional de café e a importação de produtos manufaturados da Europa, especialmente da Inglaterra.

Ainda, quase a totalidade da economia nacional dependia das operações com café, cuja produção e comércio eram as bases da economia nacional desde o início da República, sendo também responsável pela principal fatia da arrecadação de tributos, por meio das tarifas de importação e exportação.

No entanto, a partir de 1930 a relação entre Estado e indústrias se aprofunda, permitindo a consolidação do setor industrial no Brasil, superando os obstáculos anteriormente mencionados e propondo novas políticas de incentivo que contavam com a participação estatal e dos empresários.

[...] Quanto ao Estado, este é, até 1930, omissivo em face da indústria: suas relações com o governo são, então, indiretas. É só a partir de 1930, sobretudo após o advento do Estado Novo, que o governo passa a colaborar mais diretamente com o crescimento industrial do país.

[...] A partir da Revolução de 1930, as crises industriais passam a ser tratadas em estilo novo, conjuntamente entre industriais e governo. Desenvolve-se a tendência de uma colaboração cada vez mais estreita entre empresariado e organismos públicos. Os contatos entre governo e indústria – *de modo organizado, através das entidades de classe* – iniciam-se logo após a instalação do novo governo. (LEME, 1978, p.35 e p.54)

Ainda sobre as relações entre a nascente burguesia industrial e o Estado, ressaltamos a contribuição de Octávio Ianni (1989).

De acordo com o autor, o Estado ocupou o centro decisório do desenvolvimento industrial brasileiro, atuando através da intervenção direta na economia e na sociedade de forma a organizar as condições já existentes e criar as restantes para a implantação da nascente burguesia e de sua ideologia.

Se em um primeiro momento houve resistência de setores desta classe acerca de como seria a participação estatal, a necessidade de assumir a hegemonia dos processos decisórios e a falta de estruturas sociais que pudessem sustentar tal movimento, ausências estas que foram supridas pelo Estado, como veremos mais adiante, foram determinantes para a consolidação destas relações.

Pouco a pouco, a burguesia industrial compreende que a diferenciação acentuada do sistema econômico-social e político impõe a intervenção

estatal e que esta pode ser orientada em seu benefício. Depois de uma fase em que seus representantes estiveram quase que totalmente fora do poder, após 1930 ela ganhou paulatinamente ascendência sobre os governantes e fez-se ouvir nas decisões da política econômica. [...] Depois da Revolução de 1930, paulatinamente, os membros dessa burguesia nascente procuraram interferir nas decisões do governo, no sentido de estimular-se a industrialização e planificar-se o desenvolvimento econômico nacional. Quando as transformações da estrutura econômica abriram possibilidades de ampliação e diversificação da produção industrial, a burguesia industrial nascente, os técnicos e o governo perceberam que o aparelho estatal precisava ser convertido em conformidade com a nova situação, favorecendo-a. As possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas somente poderiam ser aproveitadas em maior escala através da reorientação da política econômica do Estado. E foi o que preconizou a própria liderança empresarial, juntamente com os governantes. (IANNI, 1989, p.91-93)

Ianni também explica que, como nos países subdesenvolvidos o processo de industrialização significa uma ruptura, ainda que parcial, com a ordem estabelecida, para que a burguesia industrial consolidasse sua hegemonia na sociedade e em sua própria classe, era preciso criar uma ideologia capaz de convencer os demais setores sociais acerca das vantagens que o capitalismo industrial traria para o país.

Para tanto, associaram a industrialização com desenvolvimento e modernidade, de forma a tornar válidos todos os esforços empregados neste sentido, especialmente os praticados pelo Estado e pelas demais classes sociais. Esta ideologia é o desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo é a ideologia desta ruptura parcial, frusta, das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica uma concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa. A industrialização de tipo capitalista como ocorre no Brasil, produziu-se com o desenvolvimentismo, que é seu ingrediente ideológico fundamental. Nacionalista ou associado ao capital externo, esse desenvolvimentismo faz parte da corrente de idéias característica desta etapa de transição do sistema econômico-nacional. No processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial, essa doutrina constituiu-se como uma visão prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, deste processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patrimonial se converte em Estado burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. Isto é, afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural, etc) o que é, em primeiro lugar, particular (a supremacia da produção industrial). É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder. (IANNI, 1989, p.98).

O desenvolvimentismo seria, então, o instrumento ideológico utilizado pela burguesia industrial para consolidar sua hegemonia na sociedade e em relação às demais classes, especialmente junto ao proletariado.

Nestes termos, coloca-se como “moderno”, como superior ao “tradicional”, fundado no modelo agrário, que precisaria ser superado. Utiliza-se também de outro elemento, o nacionalismo, ao qual o autor classifica como funcional, na medida em que possui duas formas: ora se apresenta como defensor de limites para a participação do capital internacional na economia, em aliança com o proletariado, ora se manifesta como apoiador da associação ao capital internacional desde que tal aliança resulte em melhorias para a economia nacional. (IANNI, 1989, p.102-103)

Com base nos conceitos acima expostos, o autor retoma a questão inicialmente colocada, de que no Brasil o Estado foi a principal instituição do processo de industrialização.

Mesmo já havendo no mundo todas as categorias do capitalismo desenvolvidas ou realizadas, inclusive sua negação socialista, para que tal transição acontecesse internamente foi essencial o engajamento do Estado, tanto na economia quanto na sociedade. Esta intervenção direta, que muitos intelectuais apontam como equivocada ou negação/distorção do capitalismo, Ianni classifica como virtualidade do sistema, que ocorreu no Brasil e em outros países subdesenvolvidos. (IANNI, 1989, p.106)

Tal atuação estatal foi necessária porque não havia, na sociedade brasileira, o amadurecimento, se assim se pode dizer, necessário para sustentar o conjunto de transformações que estavam em curso. A estrutura social até então formada pelas relações econômicas voltadas para o mercado externo criaram parte das condições que permitiram à burguesia se estabelecer, mas não eram suficientes para garantir a ela a hegemonia pretendida, assim como não foram antes da Revolução de 1930.

Desta forma, foi preciso que, além das condições criadas pela economia cafeeira, houvesse uma crise na economia mundial que precipitasse a transformação econômico-social do Brasil, à cargo do Estado.

Como o Estado é (de conformidade com a essência do sistema) a instituição à qual confluem os modos de apropriação e dominação, o que está ocorrendo nas nações “subdesenvolvidas” é uma realização desta natureza essencial. As próprias contradições do sistema, em âmbito mundial, propiciaram a concretização deste seu caráter intrínseco. Na época em que o imperialismo entra em crise, mas as classes sociais no Brasil não se haviam constituído plenamente, o Estado transformou-se no órgão privilegiado, decisivo, para a passagem à produção industrial em larga escala. Onde não havia um partido organizado empenhado na industrialização, pois que as relações semicoloniais esvaziavam ou distorciam a consciência do real, foi preciso que o Estado assumisse as funções de grande partido, no qual melhor se realiza a consciência burguesa. É que o capitalismo industrial era uma virtualidade impossível, dada a integração da economia nacional no sistema mundial. Como a acumulação capitalista no Brasil se realizava no âmbito daquele sistema, a configuração fecunda para a industrialização era

distorcida continuamente. Em conseqüência, foi preciso que houvesse crises no capitalismo mundial, isto é, uma certa ruptura entre a economia nacional voltada para a fora e aquele, para que se realizasse a conversão para uma estrutura econômica com predomínio de produção industrial, voltada principalmente para o mercado interno. (IANNI, 1989, p.107)

Dessa maneira, a precipitação das condições para a implantação do capitalismo industrial encontrou uma sociedade com classes de constituição débil, sem partidos ou organizações capazes de fazer repercutir sua ideologia ou de realizar as possibilidades que se encontravam abertas. Nem mesmo a Aliança Liberal tinha clareza do liberalismo ou do capitalismo industrial, senão do ponto de vista jurídico-formal. Daí a necessidade do Estado atuar em todas estas frentes, agindo como mediador da *práxis* burguesa, sem o qual a mesma não se estabeleceria por completo. (IANNI, 1989, p.108)

É neste contexto histórico que o desenvolvimento nacional e a classe dirigente ganharam contornos mais nítidos, bem como se fundam as relações de poder entre a burguesia industrial, o proletariado, os produtores rurais e o capital internacional.

Fruto deste processo, Ianni explica que a primeira não necessitou empreender uma luta com os demais grupos de sua classe nem com outros segmentos para se estabelecer e sua própria criação deu-se muito mais por conseqüência da crise economia mundial e do desenvolvimento do capitalismo industrial no mundo do que por seus esforços, bem como alicerçou-se nas estruturas sociais pré-existentes, não as transformando completamente. Como resultado, divide sua hegemonia com os demais segmentos da burguesia, especialmente a agrária e a internacional, necessitando realizar constantemente alianças com o proletariado a fim de impor seus interesses.

O que singulariza a burguesia industrial no Brasil é que a sua hegemonia está repartida com outras facções da burguesia e se apóia, deliberadamente, em composições sucessivas com o proletariado, em conjunto ou em suas facções. Antes de mais nada, a burguesia industrial foi gerada no bojo das crises do capitalismo mundial. A industrialização no Brasil inicia-se, expande-se ou acelera-se, em consonância com as comoções mais notáveis do sistema econômico mundial, destacando-se as guerras de 1914-1918, 1939-1945, a crise de 1929, ou seja, o esfacelamento e a recomposição dos sistemas coloniais. [...] Portanto, a “maturidade” do sistema econômico-social nacional somente se realiza em conjugação com a comoção interna da estrutura econômica mundial. Não há dúvida de que as crises do setor exportador também estão na base da industrialização. Mas é fundamental considerar que elas estão vinculadas àquelas. O que é importante é que houve uma conjugação entre as modificações internas e externas, propiciando a dinamização da economia nacional. [...]

Nesta configuração, emerge a burguesia industrial, em condições que não dependeram de uma luta vigorosa, por sua parte. As transformações havidas no sistema mundial e as modificações internas conjugadas, produziram a

libertação de forças produtivas inaproveitadas. A industrialização foi gerada pelo capital agrário, mas sem suplantá-lo. Nas condições em que se deu, esse processo envolveu uma “acomodação” com os outros setores de produção e com as classes sociais constituídas. Em outros termos, não houve uma ruptura plena com o presente, isto é, com a cafeicultura exportadora nem, em consequência, com o capitalismo mundial. [...] Como os acontecimentos em curso não estavam ocorrendo sob o comando deliberado de uma classe social, ou facção, ainda que beneficiasse diretamente à burguesia em formação, esta não realizou a quebra mais profunda das relações estabelecidas. [...] Só depois, pouco a pouco, deu-se a conscientização e a prática de uma política delineada com os meios consentâneos com os fins possíveis. [...] A classe dirigente, por isso, está comprometida com a economia agrária, o proletariado e o imperialismo. (IANNI, 1989, p. 109-110-111)

Somente a partir do período pós 1930-1945 é que a burguesia ganhará maior consciência de classe em relação ao Estado e às demais classes sociais, e passará a buscar dirigir as ações estatais e sociais em seu favor. Também é neste período que se consolida o intervencionismo estatal na economia como forma de promoção do desenvolvimento. Concomitantemente, a burguesia apresenta uma consciência ambígua em relação à participação do Estado, por medo de que este favorecesse em demasia as classes assalariadas. (IANNI, 1989, p.113 a 117)

Os debates acerca da participação do Estado na economia ganharam maior importância a partir da Revolução de 1930. Isto porque a situação econômica peculiar pela qual passava o Brasil naquele momento era marcada pela crise de seu principal produto – o café – perdendo a capacidade de suprir o desenvolvimento nacional em razão da crise mundial de 1929 e pelas próprias circunstâncias políticas do país. Ambas serviram de substrato para a formulação das políticas de desenvolvimento com forte participação estatal.

Assim, o aumento da ação estatal a partir de 1930 ocorreu pela emergência dos acontecimentos que, dada sua gravidade, impuseram a adoção de medidas que pudessem estancar a crise e retomar o desenvolvimento. Foi na tensão do momento de transição política revolucionária e de crise na economia mundial que a necessidade da intervenção estatal consolidou-se.

Seria possível destacar várias medidas que serviriam de bons exemplos dos efeitos da intervenção estatal na economia, mas é suficiente, para os fins deste trabalho, entendermos com maior acuidade um, cuja importância é fundamental para os acontecimentos que se seguiram: o Conselho Federal de Comércio Exterior.

Criado em 1934 por meio do Decreto n.º 24.439/34, o Conselho, funcionou até o ano de 1949 e tinha como atribuições principais a formulação de propostas técnicas para

solucionar problemas econômicos brasileiros nos mais diversos setores da economia, tais como a mineração, tratados comerciais, promoção da indústria, navegação, entre outros. (IANNI, 1991, p. 36)

Composto por representantes de diversos setores (funcionários públicos, empresários e técnicos, para citar alguns exemplos), o Conselho foi palco das discussões acerca de como se daria a organização econômica brasileira, criando alternativas para o desenvolvimento da economia nacional como um todo.

Passou-se a adotar a intervenção estatal como forma de promoção dirigida do crescimento, direção esta baseada em planejamento, criando as condições para o estabelecimento do capitalismo industrial brasileiro. E o Conselho Federal de Comércio Exterior teve papel de destaque nesta passagem, pois sua criação caracterizou-se como a primeira oportunidade de adoção do planejamento estatal no Brasil, na medida em que foi através de suas atividades que novas condições e possibilidades emergiram para a economia brasileira. (IANNI, 1991)

Podemos apontar como resultados da intervenção estatal na economia do período a criação das indústrias siderúrgicas (Cia Brasileira de Álcalis e Cia Siderúrgica Nacional), que fora debatida no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior e, posteriormente, implantada, sendo que a construção das mesmas representa, segundo Ianni (1991) uma tentativa de ruptura com a dependência estrutural a que estava submetida a economia brasileira até então, definindo essa como o momento em que “[...] [as] relações e estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relações e estruturas de tipo imperialista” (IANNI, 1991, p. 44)

Assim, o intervencionismo estatal brasileiro do período visava criar condições para tornar independente a economia nacional, que vinha há tempos atrelada ao capitalismo mundial. Para tanto, desenvolveu-se uma série de mecanismos de proteção para o mercado interno e para a nascente indústria nacional, como forma de criar condições favoráveis a seu pleno estabelecimento.

Por esta razão o modelo ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, pois as medidas de intervenção adotadas tinham como diretriz a mudança do centro dinâmico da economia *de fora para dentro*, isto é, alterar as bases da economia nacional, que até então estavam voltadas para o capital estrangeiro, para nos utilizarmos de um termo que resume o conjunto das operações comerciais e financeiras das quais dependia a economia brasileira da

época, para o desenvolvimento da indústria nacional, da poupança e do mercado interno, condições essenciais para o sucesso do capitalismo industrial.

Melhor explicando, a economia nacional do período dependia quase que exclusivamente do comércio internacional com base na exportação de café e importação de produtos manufaturados, característica que Florestan Fernandes (1975) conceituou como *capitalismo heterônomo*, ou seja, controlado, dominado por fatores externos. Assim, toda a ordem de produção e desenvolvimento, bem como a soma das relações sociais advindas do modo de produção capitalista eram dependentes da economia mundial e realizadas visando seus objetivos, especialmente os dos países mais desenvolvidos.

Como as condições então existentes não permitiram a implantação de um capitalismo industrial cujo dinamismo residisse na própria economia brasileira, uma vez que os modelos de desenvolvimento existentes e aqui empregados tinham como função precípua atrelar ainda mais a economia nacional às centrais, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma dependente, com o eixo dinâmico da economia voltado para o exterior, para a exportação de matérias primas e importação de manufaturados – ou, em uma palavra, heterônomo. (FERNANDES, 1975)

Nestas condições, nosso capitalismo não criaria, por si só, as condições necessárias para seu avanço industrial sem que fosse rompido o mecanismo de dependência que mantinha a economia nacional atada.

Por esta razão, em nosso ver, o modelo de desenvolvimento então escolhido foi o nacional-desenvolvimentismo, pois o objetivo dos então dirigentes, aqui tomados em sentido *lato*, era a de tornar independente a economia nacional, e não somente ingressar no capitalismo industrial, sendo que este seria o meio utilizado para se alcançar a independência econômica e, por conseqüência, a política.

Reforçamos esta questão porque existia uma alternativa para o ingresso do Brasil no capitalismo industrial, pela via dos investimentos estrangeiros, que fora defendida por importantes setores das elites econômicas e políticas da época, a ver o caso da UDN – União Democrática Nacional, cuja plataforma pregava a “igualdade de condições” aos investimentos estrangeiros (IANNI, 1991, p. 88)

No entanto, a despeito das contradições existentes entre a burguesia nacional acerca da participação do Estado na economia¹, durante todo o governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), o modelo escolhido foi o nacional-desenvolvimentismo.

Apesar do sucesso do modelo empregado, o período pós Estado Novo marca uma retomada dos defensores de uma maior participação do capital estrangeiro no Brasil, disputa esta que permeará a história política nacional nos anos posteriores.

Finda a Segunda Guerra, de acordo com Ianni (1991), as condições políticas brasileiras não permitiam a continuidade do governo de Getúlio Vargas nos moldes em que estava estabelecido até então. Ciente da delicadeza da situação e dos interesses que rodeavam sua sucessão, Getúlio teria articulado sua própria transição de modo a manter intactas as bases econômicas de desenvolvimento criadas durante seu governo.

Sabedores desta tática, os opositoristas, congregados pela UDN, lançaram-se em um movimento golpista cuja intenção central seria a de impedir a consolidação da política estatizante e de emancipação nacional que Vargas praticara até então. (IANNI, 1991, p. 89).

Uma vez no poder, colocaram em prática seus preceitos e sua visão sobre o desenvolvimento, eliminando as proteções ao mercado interno e construindo uma nova Constituição onde o capital estrangeiro obteve vantagens, especialmente a de ser tomado em igualdade de condições em relação ao nacional.

Com o Governo Dutra abandonava-se a convicção de que era possível realizar um capitalismo relativamente autônomo no Brasil. A maneira pela qual o poder público foi levado a reorientar e reduzir as suas relações com a economia do País implicava na modificação do sentido e conteúdo da política econômica estatal. [...] Ao recusar o nacionalismo econômico, como princípio básico de política econômica, recusava-se também a possibilidade de um capitalismo de tipo nacional. (IANNI, 1991, p. 92)

A continuação do raciocínio de Ianni (1991) acerca do período 1945-1950 dá a entender que foram os interesses internacionais que articularam as ações da UDN no interregno e posteriormente, formulação com a qual concordamos, mas que não iremos desenvolver tendo em vista que, para fins do presente trabalho, uma última questão acerca deste tema precisa ser abordada, qual seja, o comportamento da burguesia nacional em relação aos modelos de desenvolvimento.

¹ A esse respeito, é notável o debate entre Roberto Simonsen, defensor do modelo intervencionista, e Eugênio Gudin, partidário de práticas liberais. SARETTA (2000) sistematiza a contraposição entre esses dois grandes intelectuais.

Afirmamos acima, ainda baseados em Ianni (1989), que o período em análise reforçou a consciência da burguesia acerca do papel do Estado, mas que esta seria ambígua. A correção desta formulação do autor, em nosso ver, reside nos seguintes elementos.

A burguesia nacional de então, sob a liderança de Roberto Simonsen, participou ativamente do planejamento promovido pelo Estado, seja através dos órgãos estatais de discussão e elaboração, tais como o Conselho Federal de Comércio Exterior e outros, seja por meio de suas entidades associativas e sindicatos.

Ainda, procurou, como vemos nas obras de Ianni (1989), Leme (1978) e Diniz e Boschi (1977), participar do poder utilizando-se de uma gama de mecanismos, tais como a promoção de alianças com as demais classes a fim de estabelecer seus interesses, influenciando nas decisões e orientações governamentais, difundindo a ideologia liberal, entre outros.

Por outro lado, aceitavam a participação do capital estrangeiro na economia, desde que esta ocorresse dentro de determinadas regras que permitissem a coexistência ou até a aliança entre ambos. Ademais, a orientação liberal de nossas elites econômicas, se não era forte o suficiente para impedir seu apoio à medidas protecionistas estatais quando tal movimento lhe interessava, se fazia presente em vários momentos, especialmente em sua organização sindical, como verificamos em Leme (1978) e, Boschi, Diniz e Santos (2000).

É neste ponto que reside a ambigüidade de comportamento da burguesia nacional, que se posiciona ora como liberal, ora como intervencionista, variação esta que obedece ao imperativo de atender seus interesses imediatos.

Com maior propriedade, Fernando Henrique Cardoso (1972) aponta que a burguesia nacional não conseguiu realizar-se enquanto classe porque não era, ao menos em sua maioria, imbuída de uma mentalidade empresarial que lhe dotasse de mecanismos capazes de ampliar sua visão enquanto empresário e em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tal comportamento deriva de dois fatores fundamentais.

O primeiro deve-se à sua formação heterogênea. Obrigada pelas circunstâncias a constituir-se muito rapidamente, a burguesia nacional foi composta de grupos sociais diversos, que variam desde ex-senhores de terra até a imigrantes e seus descendentes, com formação técnica e recursos, mas sem tradição na sociedade.

Tal fato trouxe como conseqüência uma dificuldade de homogeneização dos empresários, que “[...] não reagem como grupo aos problemas com que se defrontam”, comportamento este agravado pela fraca atuação do proletariado enquanto classe, devido a

pouca adequação à “situação urbano-industrial de vida e a euforia relativa ocasionada pelo rápido crescimento da renda nacional e o incremento real dos salários industriais [...]”, bem como pela permanência dos lucros mesmo com a repetição de práticas tradicionais não condizentes com o modelo industrial, razões estas que permitiram à burguesia desenvolver-se sem disputar diretamente a hegemonia dos processos sociais, políticos e econômicos. (CARDOSO, 1972, p. 161)

Ademais, a heterogeneidade da formação da burguesia também acarretou a reprodução de comportamentos familiares tradicionais que impediram o conjunto dos empresários de se enxergarem como iguais em relação à sua classe, fator importante em um grupo formado por ramos sociais tão distintos como ex-senhores do café e imigrantes, dificultando a união e o pensamento dos interesses próprios e da sociedade. (CARDOSO, 1972, p. 163)

O segundo motivo está ligado à formação econômica da burguesia nacional.

Tendo seu desenvolvimento garantido pelo financiamento estatal e pela proteção ao mercado interno, a burguesia consolidou um comportamento acomodado no que se refere à conquista de mercados, uma vez que o consumo dos produtos industriais ocorria sem correlação com seu preço e qualidade, bem como certa contrariedade em relação ao crescimento da concorrência. Essas razões, segundo o autor, contribuíram decisivamente para a formação de um comportamento de classe pouco empreendedor, impedindo que nossa burguesia alcançasse pleno desenvolvimento.

Se acrescentarmos que ao ideal do “mercado fechado” e dos favores governamentais os industriais desta categoria juntam uma visão tradicionalista da empresa, dos operários, do mercado e da sociedade, ter-se-á a imagem do antiempreendedor que a “industrialização extensiva” e a duplicidade tecnológica, favorecidas pelos mercados de concorrência imperfeita, continuam a alimentar. De fato, a semelhança entre as representações formadas por industriais deste tipo e a visão tradicional dos comerciantes e fazendeiros do “velho Brasil” é muito grande. (CARDOSO, 1972, p. 129)

Estes fatores teriam ocasionado na burguesia nacional uma conduta ambígua em relação ao Estado.

Por um lado, o empresário pouco empreendedor, ao qual o autor denomina de capitão-de-indústria, precisa e se utiliza das vantagens de seu relacionamento com o poder para desenvolver seu negócio, na medida em que os capitais necessários para sua expansão são em maior parte estatais. Sem recursos, mas com bons relacionamentos pessoais com os ocupantes dos cargos públicos, os capitães-de-indústria permanecem atentos às oportunidades que possam ser criadas pelo governo para com elas lucrar. “O Estado-patrimonialista, desde que

possa ser manipulado, passa a ser o ideal de organização governamental para estes defensores da “iniciativa privada””. (CARDOSO, 1972, p. 134)

Por outro, quando vislumbram a versão intervencionista do Estado, estes empresários a consideram equivocada, mesmo que as condições para a intervenção sejam semelhantes, senão idênticas, às utilizadas pelo Estado protetor, pois não deseja sua presença na regulação dos mercados nem da vida das empresas. (CARDOSO, 1972, p. 134).

Há ainda outro comportamento ambíguo da burguesia, relacionado com o capital estrangeiro, que ora tenderia a apoiar o proletariado na busca pela estatização da base econômica nacional, ora apóia a presença do capital internacional na economia.

Tal movimento, segundo Cardoso (1972), representaria uma incapacidade da classe de pensar seus interesses e, principalmente, agir de acordo com estes, vendo-se, com isso, obrigada a dividir o desenvolvimento econômico com outros grupos (capital estrangeiro e proletariado), que “[...] nem sempre têm interesse em desenvolver a economia do país em termos que permitam sua hegemonia”. (CARDOSO, 1972, p. 177)

Devido a este conjunto de fatores, a burguesia nacional não conseguiria, de acordo com Cardoso (1972), pensar-se enquanto classe, pois lhe faltaria uma teoria condutora de suas ações, carência esta que acarreta oscilações em seu comportamento guiadas mais pelos acontecimentos do que pela estratégia.

[...] Falta-lhes, pois, uma teoria que conduza coerentemente a ação. Mas esta falta não é acidental: qualquer formulação objetiva do processo de crescimento industrial acaba mostrando que a indústria nacional está presa a um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais. Entre estes dois pólos a burguesia nacional hesita incessantemente, temendo ora a alienação do patrimônio, ora a perda do controle político da nação. Isto quer dizer que qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento e do próprio desenvolvimento acaba apontando um beco sem saída e que, portanto, a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais como rumo do processo histórico. (CARDOSO, 1972, p. 168)

Ainda de acordo com o autor, os industriais identificam-se subjetivamente como “povo”, não como “burguesia”, e tiram proveito desta circunstância ao cobrar benesses do Estado (agindo como povo) e influenciando como burguesia na obtenção de seus desígnios (exercendo então sua hegemonia de classe), reproduzindo e sustentando o processo clientelista que mantém a dominação política de grupos tradicionais, tornando-se o

equivalente a vassallos do Estado, mais precisamente dos que o comandam. (CARDOSO, 1972, p. 168-170).

Desta forma, ao invés de buscar consolidar sua hegemonia em relação às demais classes, o que também pode ser entendido como disputar o controle do Estado a fim de dirigi-lo de acordo com seus interesses, a burguesia, devido à ausência de uma ideologia capaz de moldar suas ações e unir seus membros em torno da busca pelo poder, acabou por conciliar com o sistema de dominação clientelista construído no Brasil desde suas origens e reproduzido em novo formato ao longo do século XX, adaptado aos novos tempos do capitalismo industrial.

Também a contribuição para o tema em questão dada por Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi (1977) deve ser debatida, até porque contrapõe em parte as proposições até aqui apresentadas.

De acordo com os autores, a visão de que a burguesia não precisou empreender luta para consolidar sua hegemonia, bem como se acomodou com a ação estatal e conciliou seus interesses estratégicos com as demais classes não está totalmente correta. Tal interpretação apontaria somente aquilo que a burguesia “não é”, não abordando seu papel na sociedade e obscurecendo as adaptações por ela feitas para conviver com suas limitações estruturais. (DINIZ; BOSCHI, 1977, p.168)

Afirmam, também, que os trabalhos pautados pela tônica da burguesia como grupo social não hegemônico dão excessiva ênfase à convivência e harmonia de interesses entre a burguesia e os setores agrários, e, assim, suprimem da análise o processo de diferenciação em que a burguesia nacional vai progressivamente criando sua própria identidade.

As derivações evidentes deste último tipo de postura remetem-nos à interpretação do papel da burguesia enquanto grupo não hegemônico, conferindo excessiva ênfase à complementariedade e harmonia de interesses, vinculando setores rurais dominantes e setores industriais. A limitação em que se incorre é a de que se perde de vista o processo real de diferenciação de interesses através do qual a burguesia, progressivamente definiria sua própria identidade, o que implica em privilegiar o pólo da conservação no binômio tão amplamente utilizado da “modernização conservadora”, uma vez que a emergência de um novo grupo não levaria a mudanças qualitativas nas relações entre as classes. (DINIZ; BOSCHI, 1977, p.168)

Da mesma forma o inverso: ao se enfatizar somente as diferenças entre os setores agrários e industriais da burguesia nacional, incorre-se na falha da visão dualista de que um grupo automaticamente exclui o outro (no caso, a burguesia industrial excluiria a agrária), o que também não ocorre, pois tanto do ponto de vista liberal quanto do marxista (legitimidade

e hegemonia), “... a política consiste precisamente na busca permanente da adesão do maior número possível de contendores a um projeto específico de dominação”. (DINIZ; BOSCHI, 1977, p.169)

Criticam também as visões culturalistas que buscam criar uma linha de interpretação para toda a evolução política nacional onde a cultura política brasileira seria composta da contraposição entre interesses individuais e coletivos, o que tornaria reprovável a busca pelos interesses individuais, embotando a atuação política da burguesia.

Segundo os autores, esta visão é contestável, pois para cada parte da questão que se deseja ressaltar existem componentes culturais específicos, bem como revela um baixo teor explicativo do comportamento da burguesia enquanto classe. (DINIZ; BOSCHI, 1977, p. 170).

Em um segundo nível de análise, mais específico, os autores analisam as teorias que ressaltam a heterogeneidade interna da burguesia, cujos membros teriam sido recrutados em grupos sociais distintos, bem como que a nova classe ainda não teria tido tempo o suficiente para se consolidar enquanto tal, como fatores que impediram a formação de uma ideologia homogênea e de uma prática comum.

Reconhecendo que a questão da heterogeneidade da formação da burguesia é relevante do ponto de vista estrutural, pois de fato influenciam em seu comportamento político, apontam que a materialização da ideologia de uma classe em sua atuação concreta depende de uma série de fatores externos ao grupo, de condições favoráveis para tanto, que no caso brasileiro seriam a diferenciação e a especialização do Estado, processos simultâneos que devem ser tomados juntos, dificultando precisar qual diferença de classe refletir-se-ia diretamente no comportamento político, bem como que o processo acima descrito abre novas oportunidades para atuação da burguesia, ainda que de forma fragmentada.

Em outras palavras, a conjugação entre ideologia e organização política se dá em contextos onde possam existir condições favoráveis para tal. Ora, o fato de que o fracionamento estrutural da burguesia dificulte a existência de uma ideologia coesa, e, em consequência, um padrão de atuação política concertada, não pode ser visto de maneira separada do processo simultâneo de diferenciação e especialização do próprio aparato estatal. Embora o processo de diferenciação, tanto no que diz respeito às estruturas de classe, quanto no que diz respeito às estruturas de governo seja o ponto central nas teorias de desenvolvimento político e mudança social, o fato é que é extremamente difícil de se perceber, nas análises, a captação dos dois processos de maneira simultânea e interligada: em outras palavras, detectar precisamente que tipo de diferenças ao nível das classes encontraria alguma contrapartida nas alterações ao nível do político. [...] o intuito dessa observação é o de chamar a atenção para o fato de que, com a progressiva diferenciação do aparelho estatal e a fragmentação da burguesia, ao mesmo

tempo em que a última não atua em moldes coesos, tem por outro lado, maiores oportunidades e canais de acesso ao Estado na implementação de aspectos específicos de seus interesses. (DINIZ; BOSCHI, 1977, p.171)

Sobre a ideologia dos empresários brasileiros, os autores afirmam que, em pesquisa empírica feita por ambos puderam constatar, entre outras questões, que os empresários, em sua maioria, não são contra a participação do Estado na economia, desde que limitada, evitando a estatização completa, bem como do capital estrangeiro, porém condicionada às regras impostas pelo Estado, confirmando, portanto, os apontamos de Ianni (1989) já aqui abordados (DINIZ; BOSCHI, 1977, p. 180-181).

Da análise das proposições expostas acerca da formação da burguesia e seu comportamento enquanto classe podemos extrair pontos importantes, que debatemos a seguir.

De início, nos parece estar correta a formulação de Diniz e Boschi (1977) quando criticam as teorias que buscam analisar a burguesia nacional por aquilo que ela “não é” ou “não fez”. Tais formulações operam uma concepção preditiva do que deveria ser nossa burguesia, colocando em relevo o “lado negativo”, procedimento que, muitas vezes, impede a percepção de um caminho singular de construção dessa classe, certamente pontuado por condutas erráticas, mas também por conquistas significativas.

Há pouco debatemos neste trabalho o importante papel que o Conselho Federal de Comércio Exterior teve na formulação das políticas públicas – para nos utilizarmos de um termo que reflete exatamente a dimensão do que desejamos argumentar – que lançaram as bases para a industrialização nacional. Vimos também que a burguesia industrial, capitaneada por Roberto Simonsen, teve papel proativo nas formulações do Conselho.

Também vislumbramos, especialmente nas obras de Simonsen (1932, 1933, 1934), cuja análise mais apurada encontra-se na seção 2, que existia na sociedade da época uma divisão entre os produtores rurais, cujo poder ficou diminuído com a crise de 1929, mas não se extinguiu, e as novas lideranças industriais que precisavam, por sua vez, alcançar ao poder para estabelecerem sua hegemonia.

Estes dois ângulos da atuação da burguesia nos levam a um terceiro, mais profundo, que trata da busca pelo controle do Estado, a fim de garantir a propriedade dos meios de produção e a realização das tarefas não econômicas necessárias à consolidação do capitalismo.

Sabemos que, sem a presença do Estado, as demais forças compositoras do capitalismo (força de trabalho, capital, divisão social do trabalho e outras) não se organizam, cabendo àquele o papel de realizador das condições essenciais à implementação do modelo,

bem como que as relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico estão expressas nas relações entre Estado e economia. (IANNI, 1991)

Partindo desta premissa, podemos apontar que, da mesma forma que as elites cafeeiras controlavam o Estado a fim de garantir a permanência do sistema econômico baseado no comércio de café, utilizando-se de seu poder para criar mecanismos estatais de proteção, garantia de lucros e financiamentos internacionais, atividades estas que podem ser consideradas como frutos da hegemonia por eles então exercida, a burguesia industrial, após a revolução de 1930, também buscou, na tentativa de consolidar-se enquanto classe hegemônica, a utilização dos mesmos mecanismos de ocupação dos postos estatais, seja por meio do Conselho Federal de Comércio Exterior, seja por meio de suas entidades representativas e outros mecanismos, obtendo como resultados a consolidação de uma política de desenvolvimento econômico baseada na industrialização, contemplando, portanto, seus interesses centrais.

Se não podemos afirmar que estes fatores são suficientes para concluir que a burguesia nacional atingiu a hegemonia dos processos decisórios, também não podemos, em nosso ver, desprezar os esforços realizados nesta direção, que podem ter sido permeados de contradições e ambigüidades, mas ocorreram e deram resultados. Logo, nos parece cabível a crítica de Diniz e Boschi (1977) às teorias que optam por analisar apenas os aspectos não realizados do processo de disputa pelo poder por parte da burguesia.

Por fim, a crítica também se ajusta aos argumentos que buscam reforçar aspectos conciliadores e de acomodação entre burguesia, oligarquias rurais, proletariado e capital estrangeiro, pois em nosso ver tais proposições não consideram que a disputa pela hegemonia inclui alianças entre as classes, ainda que pontuais, o que não se confunde necessariamente com acomodação, bem como deixa de lado a análise dos interesses das demais classes, como se as mesmas também aceitassem não disputar seus interesses na sociedade em prol da conciliação com a burguesia.

Tratemos novamente, agora com novos elementos, da questão levantada por Ianni (1989) e Cardoso (1972) acerca da ambigüidade da consciência burguesa nacional. Já debatemos acima as razões pelas quais concordamos com a afirmação dos autores e, neste momento, nosso desejo é introduzir um novo ângulo de análise.

Utilizamos como pressuposto, baseado nos autores supracitados, de que ambigüidade da burguesia direciona-se ao proletariado e, em menor medida, em relação ao capital estrangeiro, mais precisamente em relação às políticas estatais de intervenção na economia,

cujo mecanismo, na essência, é o mesmo utilizado pelo socialismo, o que refletiria um temor de que o Brasil caminhasse neste sentido.

Melhor explicando, não obstante o capitalismo industrial brasileiro tenha se consolidado com base nas políticas de intervenção estatal, que atuaram na execução das condições não econômicas às quais nos referimos a pouco, na medida em que o proletariado foi conquistando novos direitos e maior projeção na sociedade, aumentando seu grau de influência nas decisões políticas, a burguesia nacional apresentava, por vezes, resistência à continuidade de tais políticas, criticando o intervencionismo estatal, defendendo o ingresso do capital estrangeiro, em suma, negando a política que possibilitou sua existência.

Se tais pressupostos forem corretos, o pensamento ambíguo da burguesia, antes de revelar a ausência de uma linha para sua conduta, nos parece representar exatamente uma consciência de classe, de seus interesses e de como agir para garanti-los.

Porque de outra forma, por qual razão a burguesia temeria a manutenção e o aprofundamento de uma política que, em sua essência, lhe garantia lucros altos, não exigia investimentos em melhorias na qualidade da produção, não impunha a concorrência direta, enfim, só lhe trazia benefícios? Como poderia a burguesia ter medo de perder o poder para o proletariado se ela não possuísse, ainda que em um nível preliminar, básico, consciência de que seus interesses eram os do Estado naquele momento?

A mesma contradição aparece em relação à presença do capital estrangeiro. Vimos nas obras de Cardoso (1972) e Diniz e Boschi (1977) que, no geral, o empresariado nacional aceitava a presença do capital internacional como fonte de investimentos, desde que colocados limites pelo Estado, a fim de não permitir que os monopólios multinacionais controlassem a economia.

A nós parece ser esta outra manifestação de consciência de classe da burguesia nacional. Se a burguesia defendia a entrada controlada de capital externo, com o intuito de dele se servir sem perder o controle econômico da nação, esta é, em nosso ver, uma visão estratégica da classe a fim de se manter no poder, por meio de alianças localizadas com as demais classes sociais, mecanismo este que também pode ser descrito em termos weberianos de legitimação do poder com base em alianças com outros grupos de interesse, conforme apontou com propriedade Diniz e Boschi (1977).

Assim, da mesma forma que não podemos afirmar, mesmo com os elementos acima expostos, que a burguesia nacional exercia plenamente sua hegemonia (na medida em que para isto seriam necessários mais elementos, inclusive mecanismos para medir a intensidade e

a profundidade da influência da classe nos rumos seguidos pela economia nacional, os quais não dispomos), também não nos parece totalmente correto afirmar que não havia nenhuma consciência de classe entre os empresários, ainda que tal classe não se apresentasse totalmente coesa.

Também aqui nos utilizamos das proposições de Ianni (1991) acerca do conteúdo das relações entre Estado e Economia, na medida em que, em nosso ver, existem mais resultados a serem buscados, do ponto de vista sociológico, no estudo das práticas dos grupos e classes sociais a fim de entendermos o que de fato permeia suas visões de mundo.

Nestes termos, se a política estatal privilegiava a industrialização, se o Brasil saiu de uma base econômica heterônoma para uma fortalecida rede industrial, se tais transformações econômicas refletiram-se na sociedade de tal forma que a ideologia do desenvolvimentismo (IANNI, 1991) rapidamente ganhou adeptos entre as elites e na sociedade, possibilitando a adoção, pelo Estado, das demais medidas não econômicas essenciais para o sucesso do modelo, não podemos, em nosso ver, afirmar que não havia, na burguesia nacional, formulações de cunho ideológico nem inconsciência de seu papel enquanto classe e em relação aos demais grupos, ainda que tais elementos não tenham se desenvolvido plenamente entre seus membros.

Observando o mesmo período histórico, João Manoel Cardoso de Mello afirma que o primeiro passo da industrialização na América Latina foi a inversão do “centro dinâmico” da economia “de fora para dentro”, ou seja: o foco deixou de ser a demanda externa e passou a ser o investimento na criação de uma estrutura industrial interna capaz de gerar desenvolvimento. Para tanto, surgiu o modelo conhecido como “substituição de importações”, cujo cerne era reduzir a dependência externa. (MELLO, 1994, p. 97)

Ainda de acordo com Mello, a industrialização da América Latina é específica, tanto por seu ponto de partida, qual seja, as economias exportadoras capitalistas nacionais, quanto pelo seu momento, que era o de completa formação do capitalismo monopolista mundial, da economia mundial capitalista. (MELLO, 1994, p.98)

Para o surgimento do capitalismo industrial, segundo o autor, é necessária a existência de alguns pré-requisitos que, no caso brasileiro, foram cumpridos pela burguesia cafeeira. A cultura e os recursos do café movimentaram a economia nacional, fomentando o comércio exterior e interior, o plantio e o capital financeiro, lançando as bases capitalistas que precedem o modelo industrial. Neste sentido, Mello afirma que:

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. (MELLO, 1994, p.99)

Desse modo, foi a burguesia do café que dispôs dos recursos necessários para a construção do capitalismo industrial brasileiro, representando, pois, sua matriz social, na medida em que as primeiras atividades tipicamente capitalistas foram por ela desenvolvidas, em decorrência da produção cafeeira. Além disso, o momento econômico deste capital, de extrema segurança, fez com que os riscos deste tipo de investimento fossem pequenos se comparados à rentabilidade dos mesmos.

Ademais, a política econômica do Estado facilitava o crédito para investimentos, permitindo até mesmo que os bancos se tornassem empreendedores; e a existência de trabalhadores assalariados livres, oriundos dos processos de imigração em massa, constituiu-se em força de trabalho e mercado interno.

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, **o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador.** (MELLO, 1994, p.101, grifos do autor).

Mas essas relações entre os capitais cafeeiro, predominantemente mercantil, e industrial ocorrem em um modo de articulação “contraditória, em que se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial.” (MELLO, 1994, p. 104)

A produção do café implicava em determinados custos (salários, terras, depreciação de maquinários e outros) e lucros. Parte de seus custos são os lucros de outros setores da economia nacional de então (comercial-financeiro, transporte e outros), formando um ciclo econômico baseado na exportação. Assim,

a produção de café é, simultaneamente, demanda por terras, meios de produção e força de trabalho, pelo lado da acumulação, e, pelo lado do gasto corrente, demanda por alimentos, bens de consumo assalariado e bens de consumo capitalista. (MELLO, 1994, p. 105).

Logo,

A acumulação de meios de produção e o consumo capitalista se financiam com a capacidade para importar gerada pelo próprio complexo exportador

cafeeiro. Somente a demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo assalariado, uma vez constituídos a agricultura mercantil de alimentos e o setor industrial, é atendida por produção interna, com o que se internaliza a reprodução da força de trabalho. (MELLO, 1994, p. 105)

Com isto, estabelece-se uma mútua dependência entre o capital cafeeiro e o capital industrial.

De um lado, a reprodução ampliada do capital cafeeiro passa apenas parcialmente pelo setor industrial, que permite, produzindo bens de consumo, reproduzir a força de trabalho empregada no complexo exportador, bem como abre oportunidades de inversão para parte dos lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira. [...] De outro lado, o capital industrial depende, duplamente, do capital cafeeiro para sua expansão. Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira, que faz as vezes, assim, de um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, anda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil. (MELLO, 1994, p. 106)

O fim desta mútua dependência permitiu a ascensão da indústria no processo econômico nacional. Com a crise de 1929, todos os setores são fortemente afetados, mas a indústria se aproveita da queda do poder de importar e se fortalece, utilizando sua capacidade ociosa para, gradativamente e apoiada no Estado, desenvolver-se enquanto força econômica no decorrer das décadas seguintes.

Ainda, foi através do Estado que outros dois pontos cruciais para a industrialização foram atacados: a implantação das indústrias de base, já a partir do Estado Novo e a dinamização do mercado interno, sem o qual o surto industrial programado, baseado na substituição de importações, não surtiria efeito.

Importa ressaltar que a obra Mello (1994) vislumbra do ponto de vista econômico a consolidação da burguesia industrial brasileira e os instrumentos e mecanismos por ela utilizados para tanto. Para os limites deste trabalho, o melhor entendimento da passagem acima obtemos analisando a questão em conjunto com a proposição de Ianni (1989), já aqui debatida, sobre a maneira pela qual se deu tal processo, aproveitando os enfoques sociológico e econômico dados por cada autor, análises que em nosso ver comunicam-se e complementam-se.

Do ponto de vista de sua organização enquanto classe/interesse, os industriais já possuíam associações regionais desde 1904, com a fundação do Centro Industrial do Brasil,

no Rio de Janeiro, que se voltava a representar as indústrias daquele e de outros Estados também, bem como congregava praticamente todos os setores de produção industrial, conforme explica Leme (1978, p.16).

Segundo a autora, a partir da Revolução de 1930 estas organizações ganham força, dado o incentivo estatal na formação de sindicatos e associações patronais. Em 1933, surge a Confederação Industrial do Brasil, ainda na forma de associação civil, entidade que, em 1937, sob a direção de Roberto Simonsen, lança as bases para que, em 1938, seja fundada a Confederação Nacional da Indústria – CNI, composta pelas Federações das Indústrias de SP, RJ, MG e RS, incorporando em seguida as de PE e PR. (LEME, 1978, p.16).

Ainda, as elites empresariais sempre procuraram manter organizações paralelas às criadas com base nos mecanismos estatais, conforme Leme (1978) e Boschi *et al* (2000). Foi com base neste comportamento que entidades como Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e outras se mantiveram vivas e atuantes a despeito de também existirem as federações oficiais.

Também neste ponto é possível fazer uma intersecção com as teses de Ianni (1989) e de Diniz e Boschi (1977) no que diz respeito ao comportamento da burguesia em relação ao Estado, qual seja, de apoiar sua intervenção na economia e na sociedade, desde que dentro de determinados limites que o impeçam de a controlar por completo, hipótese que se encaixa à situação acima descrita e que será novamente abordada com maior detalhe na Seção 2 deste trabalho.

Como visto, a Revolução de 30 abriu caminho para a formação completa do Estado brasileiro, mais precisamente deste nos moldes da burguesia industrial. De acordo com Octávio Ianni,

[...] o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do *Estado burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. (IANNI, 1991, p. 25).

Assim, industrialização e Estado Moderno, ambos característicos do modelo de capitalismo industrial, somente se consolidaram no Brasil a partir da revolução de 1930.

1.1. Os anos JK e a presença do capital estrangeiro na economia

O período que segue do fim do Governo Getúlio Vargas até a Ditadura Militar, em 1964, é marcado, do ponto de vista político, pela ascensão ao poder de Juscelino Kubitschek e de João Goulart e do econômico, pelo deslocamento do padrão de desenvolvimento autárquico em benefício do modelo de capitalismo dependente ou associado.

De acordo com Octávio Ianni (1991), o governo de Juscelino Kubitschek e seu Programa de Metas consistiram no aprofundamento das relações entre Estado e Economia, transformando o sistema econômico nacional, pois diferente do que ocorria até então, a orientação das políticas públicas de desenvolvimento e intervenção do Estado não eram guiadas tendo como base o “estrangulamento do setor externo”, mas sim as necessidades do sistema econômico existente.

De fato, durante o Governo Kubitschek aprofundaram-se bastante as relações entre o Estado e a Economia. O poder público passara a atuar no sistema econômico do País lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. A industrialização já não era mais um processo induzido pelo estrangulamento do setor externo. A partir desta época, a política econômica governamental precisou orientar-se, muito mais, pelas determinações do sistema econômico instalado no País. [...] Tanto os investimentos no setor industrial como aqueles realizados na infra-estrutura (para eliminar ou reduzir certos pontos de estrangulamento) realizaram-se segundo as possibilidades abertas pela estrutura econômica criada nos anos anteriores. Em outros termos, as relações de interdependência e complementariedade, inerentes a qualquer sistema econômico, haviam estabelecido as condições, áreas e setores em que os investimentos se tornavam necessários. (IANNI, 1991, p. 152)

Ainda, o autor destaca que o fim da Segunda Guerra permitiu aos Estados Unidos o controle da economia capitalista mundial, substituindo o imperialismo colonial pela supremacia econômica, que se deu com maior intensidade sobre os países subdesenvolvidos. (IANNI, 1991, p. 154).

Tais fatores, afirma Ianni, foram fundamentais na criação e implantação do Programa de Metas, e somente considerando-as em conjunto consegue-se apreender por completo porque o Plano representou um aprofundamento das relações entre o Estado e a Economia.

De um lado, estavam as exigências estabelecidas pelas relações de interdependência e complementariedade inerentes à estrutura econômica brasileira de então. Quando a economia atingiu uma fase determinada do seu

desenvolvimento, a industrialização deixou de ser induzida principalmente pelo estrangulamento do setor externo. E, por outro lado, manifestavam-se as exigências estabelecidas pela própria reprodução capitalista, em âmbito mundial. Assim, quando os Estados Unidos consolidaram a sua hegemonia sobre a Europa e o Japão, o governo e as empresas mais poderosas norte-americanas puderam reformular as suas relações econômicas, políticas e militares com os povos coloniais e dependentes. São estas duas tendências, pois, que explicariam, em boa parte, as condições propícias surgidas para a formulação e a execução do Programa de Metas. Ou seja, esse Programa seria uma expressão possível das tendências do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos. (IANNI, 1991, p. 155)

Ianni ainda analisa outros fatores que considera importante na implantação do Programa de Metas e para a transformação das relações entre Estado e Economia. Segundo o autor, concorreram para tanto o acúmulo do poder público brasileiro no planejamento da economia, que vinha desde os anos 30; os estudos acerca das vantagens da estruturação econômica que a colocavam de forma técnica, especialmente os da CEPAL, mais palatáveis para as correntes políticas dominantes na América Latina; e a aceitação dos EUA e de suas empresas da participação estatal na economia, vista como um mal menor se comparado aos riscos que a luta pela industrialização de uma economia dependente poderiam causar. (IANNI, 1991, p. 158)

Por todos estes motivos, Ianni afirma que o Programa de Metas realizou uma profunda transformação nas relações entre Estado e Economia, especialmente porque foi neste período e motivado pelos fatores anteriormente discutidos que se alterou a estratégia política de desenvolvimento nacional, passando-se a estimular o capitalismo dependente, ou associado, em detrimento do nacional.

O que é essencial para a compreensão deste governo e da sua política econômica, é que se adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; ou associado, segundo a perspectiva do governo da época. Assim, o que distinguiria as políticas econômicas dos governos Getúlio Vargas (1951-54) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) seria o seguinte: teria havido uma transição (casual ou deliberada, conforme o nível em que se desenvolve a análise) de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente ou associado. Isto é, durante o Governo Kubitschek predomina uma das tendências do movimento pendular que caracteriza a história econômica do Brasil. (IANNI, 1991, p.159)

Como resultado deste processo de transformação das relações entre Estado e Economia, Ianni destaca que houve um fortalecimento da parcela da burguesia que se associou ao capital internacional, inclusive no relacionamento com o Estado, na medida em

que as políticas de desenvolvimento, como visto, promoviam tais setores (IANNI, 1991, p. 174).

Ainda, esta nova forma de relação consolidou-se de tal forma na sociedade brasileira que toda proposta de alteração estrutural da economia, especialmente as que buscavam dar maior autonomia de decisão ao governo, era rapidamente classificada como “ataque à democracia representativa”.

De fato, a partir de então – ao menos em parte – o futuro da economia brasileira está determinado. A forma pela qual o poder público passara a participar das decisões e realizações econômicas criara algumas das condições, possibilidades e limites para os desenvolvimentos posteriores. Assim, por exemplo, quando o Governo João Goulart procurou reorientar a política econômica estatal, no sentido de um sistema econômico com autonomia de decisões, verificou-se que esta opção já não era mais possível, nos quadros políticos da “democracia representativa”. Da mesma forma, quando o Governo Castello Branco reformulou a política econômica, no sentido da competição internacional, do privatismo e da modernização, verificou-se que essa opção havia sido engendrada no interior do subsistema econômico criado com a execução do Programa de Metas. Ao menos, era um dos conteúdos do sistema econômico amadurecido nos anos de 1956-60. [...] Em outros termos, a formulação e a execução do Programa de Metas implicou numa opção política. (IANNI, 1991, p. 175)

As relações de interdependência entre Estado e economia nos moldes acima expostos continuarão a guiar a política de desenvolvimento nacional ao longo dos anos 70, até que uma nova crise econômica mundial traz como consequência a reformulação de parte destas relações, com a ascensão dos setores ligados ao capitalismo financeiro.

1.2. Crise econômica dos anos 1970: o início da primazia do capitalismo financeiro

A partir do final dos anos 1970, o capitalismo entra em uma nova fase.

Desde o início do século XX, o capitalismo industrial expandiu-se e se impôs às outras formas de organização social e econômica. Este modelo substituiu o antigo modelo colonial, consubstanciado pela exploração de matérias primas, por outro, assentado num conjunto de práticas produtivas que foi consagrado sob o título de “fordismo”.

Gramsci (1968) explica que o fordismo e o americanismo são modos de organização da produção e, conseqüentemente, das relações sociais. Representam a transição do individualismo econômico para a economia programática.

Tal modelo necessitou formar um “novo tipo de ser humano” capaz de habituar-se às novas exigências da produção, ao que Gramsci (1968) chama de adaptação psicofísica,

reforçada e facilitada pelo fato de que a ausência de uma história de classes nos EUA manteve a massa em seu estágio primitivo de organização, facilitando a implantação, bem como precisou da ação do Estado, mais precisamente do Estado Liberal, para sua consolidação como modo de produção capitalista mundial.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente no período posterior ao fim das Guerras Mundiais, o sistema capitalista viu-se diante de circunstâncias com as quais não havia ainda se deparado, entre as quais destacam-se a ascensão da URSS como potência mundial, disputando com os EUA a hegemonia mundial e a crescente organização dos trabalhadores, cuja expansão está diretamente ligada ao crescimento do fordismo como modelo de produção e às lutas por novos direitos conduzidas pelos movimentos operários em vários países.

Tais circunstâncias resultaram na necessidade de um aumento da intervenção estatal na economia, não só para a garantia dos meios de produção e do crescimento econômico, mas também como arma na luta ideológica contra o socialismo.

Este aumento da participação do Estado, que se deu centralmente com base nas formulações de Keynes (1983), consistia na garantia estatal de condições mínimas de sobrevivência e subsistência aos trabalhadores, possibilitando o pleno acesso a uma gama de proteções e direitos. Era o Estado de Bem Estar Social, nascido das lutas trabalhistas pelos direitos sociais e da necessidade do capitalismo de reproduzir-se em novas bases.

Tal modelo era resultado direto de uma aliança tácita entre o Estado, a burguesia e o proletariado a fim de garantir o desenvolvimento econômico e os direitos sociais, atuando, portanto, em duas frentes distintas, porém totalmente relacionadas.

De um lado, o crescimento econômico alcançado com base no fordismo-keynesianismo servia de contraponto ao desenvolvimento das economias socialistas, cujo modelo de planificação tinha alcançado, no período, resultados bastante significativos. De outro, servia como recurso ideológico de contraposição aos avanços sociais que os países socialistas haviam construído, especialmente no que tange aos trabalhadores.

Assim, o modelo fordista-keynesiano foi a resposta capitalista a dois problemas que cercavam o sistema desde o começo do século: a falta de crescimento, sendo a crise de 1929 e as duas guerras mundiais seus sinais mais evidentes e o avanço do socialismo, cujo combate tornou-se a principal diretriz ideológica nos anos seguintes.

Finda as Guerras e financiado pela participação estatal, o capitalismo industrial alavancou o crescimento das economias mundiais por décadas, especialmente no período

compreendido entre as de 1940 e 1960, onde a combinação Estado e industrialização experimentou um período de expansão.

Também nesta época foram firmados os acordos de Bretton Woods, estabelecendo o dólar como moeda internacional de livre conversão em ouro, bem como foram criados os mecanismos de regulação financeira internacional, notadamente o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Acordo Geral de Comércio e Tarifas – GATT, entre outros, circunstâncias que concorreram para a consolidação do capitalismo financeiro no Mundo. (SOUZA, 2001)

No entanto, a partir do final da década de 1960 o modelo fordista de produção passou a apresentar problemas.

O mercado europeu e japonês, recuperados da guerra, já geravam excedentes de produção que precisavam ser equacionados. Se finda a II Guerra estes países dependiam quase que totalmente do financiamento americano para se recuperar da destruição a que foram submetidos durante os combates, no final dos anos 1960 o Japão e vários países europeus, notadamente a Alemanha, tinham completado o ciclo de reconstrução de sua economia e estavam aptos a disputar com os EUA posições mais vantajosas no mercado internacional.

Esta nova configuração resultou na perda da eficácia do controle mundial da economia exercida pelos mecanismos de regulação monetária, cujas medidas, quase sempre favoráveis à manutenção da hegemonia americana, foram gradualmente sendo contestadas pelos demais países, resultando na diminuição da condição monopolista do mercado dos EUA e de seus lucros. (SOUZA, 2001, p. 61)

Ainda, a crescente união dos países do então chamado “terceiro mundo” fez com que o preço das matérias primas e demais produtos primários exportados pelos países dependentes fossem acrescidos em 70% entre os anos de 1967 a 1973, contra a elevação de 33% nos preços dos produtos industrializados (SOUZA, 2001, p. 61), o que significou um acréscimo nos custos de produção para os países centrais.

Por fim, o crescimento industrial registrado entre 1940 e 1960 reduziu substancialmente o número de desempregados mantidos na condição de exército industrial de reserva, fator decisivo para o aumento do poder de negociação do movimento operário, poderes estes que resultaram em aumentos salariais e, em alguns casos, reduções consideráveis na massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores, na medida em que, ainda que por um curto período (de 1960 a 1968), os salários no Japão, na Alemanha e nos EUA

cresceram em escala superior ao incremento produtivo, de acordo com Souza (Idem, 2001, p. 62)

Neste cenário, a redução da taxa de lucro se reflete no ciclo produtivo como um todo, provocando corte nos investimentos, que por sua vez causa uma redução da produção e do mercado, os produtos se acumulam em estoque, o que gera desemprego. Em seguida, as reduções irradiam-se para os demais setores da economia, freando o consumo e, conseqüentemente, o giro do capital. A explicitação da contradição entre a produção e a capacidade de consumo pode ser uma das traduções da crise instaurada no capitalismo nos anos 1970.

Os reflexos desta crise acarretaram uma transformação no capitalismo mundial, mudança esta que resultou no aumento da especulação financeira internacional, em detrimento da produção.

De forma resumida, o mecanismo de desenvolvimento da economia capitalista consiste no retorno dos excedentes financeiros para o processo produtivo, na forma de novos capitais. No momento em que estes capitais deixam de retornar à produção e passam a circular pela especulação financeira, reproduzindo-se na forma de juros, o ciclo produtivo se quebra, gerando estagnação econômica. E foi este processo que a crise econômica mundial dos anos 70 deu início.

Como conseqüência, advieram a crise do petróleo, em 1973, o rompimento do acordo de Bretton Woods e uma crise de investimentos que levou a recessão para várias economias do mundo. Concretiza-se no mesmo período o processo de substituição, na primazia da produção, do setor industrial, até então reinante, pelo de serviços e o financeiro, mais adaptados às novas necessidades do capital.

De acordo com Wilson Cano (2007, p. 18), desde as décadas de 60 e 70 o capitalismo deslocou-se do setor industrial para o financeiro, fator este que, somado à elevação das taxas de juros nos EUA, provocou uma crise de produção e de investimentos que resultaria, duas décadas depois, em concentração de mercados e numa inversão do desenvolvimento econômico para outros setores da economia, em detrimento da indústria, refletindo-se nos países em desenvolvimento, no caso o Brasil, ocasionando estagnação econômica e diminuindo o poder do Estado em intervir e promover a economia, situação esta agravada pela crise fiscal, afetando o setor industrial brasileiro e suas elites.

Contudo, a crise da economia internacional que se inicia por volta de 1973 tomaria rumos inesperados a partir de fins de 1979, decorrentes da mudança da política fiscal dos EUA, notadamente a brutal elevação de sua taxa de

juros. Subseqüentemente, restaurariam sua hegemonia e instaurariam, com outras atitudes, o maior poder imperial no sistema capitalista de produção. O efeito imediato para os países subdesenvolvidos e fortemente endividados, como o Brasil, foi o corte substancial do financiamento externo, desdobrando-se em outros feitos perniciosos: alta inflação, queda do investimento, baixo crescimento, crise crônica de balanço de pagamentos, corte do crédito interno, elevação acentuada das dívidas públicas externa e interna, e aprofundando as crises fiscais e financeiras do estado nacional, debilitando ainda mais o gasto e os investimentos públicos. Durante a década de 1980 – a chamada década perdida – essa conjunção fez que com que diminuísse a ação do estado no plano nacional e regional e também se debilitasse o investimento privado, notadamente o industrial, atingindo principalmente o núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo – que estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial. (CANO, 2007, p. 18).

Em relação às indústrias, houve uma formação de conglomerados monopolistas visando aumentar o poder de atuação nos mercados em crise, passando por um intenso processo de fusões para aumentar a concentração de capital e a difusão de suas atividades, alterando a organização do capitalismo em torno da dispersão das atividades, por meio das comunicações e do trânsito de informações. (HARVEY, 2003)

É neste cenário de crise e de mudança mundial que o Brasil entra nos anos 80 prestes a ver alteradas o conjunto de suas relações sociais e econômicas, conforme veremos na Seção 3 deste trabalho.

2 BREVES FORMULAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE ELITES E A FORMAÇÃO DIFERENCIADA DE SEUS MEMBROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar de não ser o objetivo principal do presente trabalho estudar com profundidade as teorias de formação das elites e suas implicações nas ciências sociais, se faz necessária uma introdução ao tema, a fim de melhor compreendermos em que termos nosso objeto de estudo situa-se neste campo, bem como as contribuições que o entendimento destas teorias possam trazer, ainda que em um nível preliminar.

Igualmente, estudaremos de forma resumida a formação das elites paulistas, buscando entender as razões de seus comportamentos ao longo do processo social aqui estudado.

2.1. Breve análise teórica acerca das elites políticas

Para a análise que aqui se pretende desenvolver, nos utilizaremos das teorias de Bottomore (1974 e 1979) e de Lasswell (1979), em cujas contribuições encontramos o fundamento teórico para o objeto de estudo deste trabalho. Ainda que esses autores respondam por uma pequena parte da vasta bibliografia existente sobre o tema, nos restringiremos à sua contribuição, de modo que não estarão aqui delineadas as principais correntes desse debate, mas apenas os autores indicados, com os quais desenvolvimentos maior afinidade e cujas proposições entendemos melhor se adequarem aos nossos propósitos.

De acordo com Bottomore, o termo francês “*élite*” era utilizado para distinguir mercadorias de qualidade excepcional, passando posteriormente a ser empregada para a distinção de tropas especiais e, por fim, empregado às classes sociais por meio da teoria de Vilfredo Pareto. (BOTTOMORE, 1974, p. 08)

Analisando a teoria de Pareto, Bottomore afirma que, para aquele, elites são os estratos superiores da sociedade, que contemplam as pessoas de maior destaque em determinadas áreas. Fornece como exemplo o seguinte modelo: caso fossem atribuídas notas aos indivíduos de acordo com suas qualidades e riquezas, pertenceriam à elite aqueles que auferissem “nota dez” ou quase isso, enquanto, por outro lado, aqueles que conseguissem “nota zero” ou quase isso seriam a “não-elite”. Esta elite dividir-se-ia em *governante*, compreendendo aqueles que participam de uma forma ou de outra do governo, e *não-*

governante, contendo aqueles que não participam do governo, mas possuem riquezas e poder. (BOTTOMORE, 1974, p. 08-09)

Outro teórico das elites analisado por Bottomore é Gaetano Mosca, segundo o qual em todas as sociedades, não importando o grau de desenvolvimento, existiriam somente duas classes: as *dirigentes*, que seriam uma minoria responsável por todas as decisões políticas, monopolizariam o poder e gozariam de seus privilégios, e outra *dirigida*, que é a mais numerosa e, por isso mesmo, menos organizada, ao contrário da primeira, que exatamente por ser menor consegue ter um alto grau de organização que a faz apta a comandar a outra, além do fato desta minoria ser integrada por indivíduos destinados a tanto. (BOTTOMORE, 1974, p. 12)

Ainda segundo Bottomore, Mosca aponta para a existência de uma *subelite*, que compreenderia as classes médias e os pequenos chefes em geral (gerentes, empregados qualificados, funcionários públicos e outros) bem como os intelectuais, sendo que esta parte das elites seria o seu repositório, fornecendo novos integrantes para o restrito grupo de dirigentes e auxiliando este em sua tarefa de direção da sociedade. (Idem, ibidem).

Comparando as duas teorias, Bottomore aponta que:

Assim, o esquema conceptual transmitido por Mosca e Pareto compreende as seguintes noções comuns a ambos: em toda sociedade existe, e não pode deixar de existir, uma minoria que controla o restante da mesma. Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante”, composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas – sofre mudanças na sua composição dentro de um certo período de tempo, em geral através do recrutamento individual de novos membros nos estratos inferiores da sociedade, por vezes pela incorporação de novos grupos sociais e ocasionalmente pela substituição total da elite estabelecida por uma “contra-elite”, como ocorre nas revoluções. (BOTTOMORE, 1974, p. 13)

Criticando a teoria de Pareto sobre a circulação das elites, Bottomore afirma que em sua obra encontram-se duas formulações para o movimento: entre elites e não-elites e inter-elites, sendo que aquele não esclarece qual das duas deseja afirmar, apesar de dar mostras de que fala da primeira. (BOTTOMORE, 1974, p. 44)

Outra crítica de Bottomore a Pareto recai sobre a tentativa deste de explicar a circulação entre as elites por aspectos psicológicos dos membros e dos candidatos a integrarem-na, fornecendo para tanto uma explicação baseada no conceito um tanto fugidivo de “resíduos”.

Assim, as revoluções se dariam pelo acúmulo destas mudanças de comportamento das classes: nas dominantes, dos aspectos decadentes; nas dominadas, dos de qualidade, sendo

que ambas aconteceriam de maneira “não-lógica”, impulsionadas pelos “resíduos” a que nos referimos acima, que por sua vez resultam em seis: combinações, persistência dos agregados, sociabilidade, atividade, integridade do indivíduo e do sexo, sendo que tais definições, segundo Bottomore, são utilizadas de acordo com os caprichos de Pareto (BOTTOMORE, 1974, p. 47).

Explica o autor que Pareto não se ocupou em aplicar métodos científicos rigorosos nas investigações que fez sobre os tipos de personalidade das elites, não os descrevendo do ponto de vista psicológico nem se ocupou em saber se haveriam outros tipos.

Mesmo admitindo-se a existência de tais tipos de personalidade e sua relevância para a vida política, ainda seria necessário demonstrar serem as mudanças de opinião e de estado de espírito, de idéias e de sentimentos, dos membros da elite, produzidas independentemente de transformações sociais, e que, pelo contrário, elas é que produzem a circulação de elites” (BOTTOMORE, 1974, p. 48)

Em relação à Mosca, Bottomore afirma que sua explicação para a circulação das elites – o surgimento de novos interesses e ideais e o aparecimento de novos problemas no interior da sociedade – é bem melhor que a de Pareto e se assemelha a Marx, fato que incomodava ao próprio Pareto, forçando-o a guiar sua teoria para um terreno mais para próximo de Weber, mais propensa a valorizar a influência da moral e da religião nestas mudanças, em detrimento da análise histórico-econômica (BOTTOMORE, 1974, p. 51-52)

Bottomore também criticou as formulações de Wright Mills acerca das elites.

De forma sumária, Mills (1968) defende que as elites são compostas de três grupos fundamentais, os líderes políticos, os militares e os empresários, que juntos formariam a *elite do poder*, conceito este que difere do de classe dominante na medida em que não associa necessariamente o poder político ao poder econômico.

Segundo Bottomore (1974), a teoria de Mills, na tentativa de negar o conceito de classe dominante, acabou por não definir com clareza o que seria esta “elite no poder”, nem a origem dos atributos dos indivíduos que alçaram a tal condição. Bottomore sustenta ainda, que ao eliminar o conceito de classe dominante, Mills eliminou também seu correlato, o de classes em oposição, o que empobreceria decisivamente esta formulação. Nestes termos, o autor afirma que a teoria marxista de classe dominante supera a de seus críticos (Pareto, Mosca, Mills e outros) exatamente porque aponta com clareza a origem do poder que exercem sobre as demais classes, que é a propriedade das riquezas. (BOTTOMORE, 1974, p. 29)

Ainda acerca do tema da circulação entre as elites, que interessa diretamente a nosso objeto de estudo, Bottomore defende a teoria marxista das revoluções como sendo a que

melhor explicaria a questão, mas amplia seu alcance afirmando haver, na ascensão e queda das elites, dois processos: um em que um estrato vai tomando o lugar do outro de forma gradual, por meio de alianças com os membros estabelecidos, e um outro, por meio de um confronto violento entre um grupo constituído e o grupo dirigente.

Uma coisa que surge claramente desses trabalhos mais recentes sobre o assunto, confirmando a teoria de Marx, é que as revoluções modernas não podem ser explicadas pelas atividades de pequenos grupos de elite – produzem-se devido às atuações de classes inteiras. Essas classes precisam ser lideradas; mas o grupo de elite de líderes surge delas, e, até certo ponto, simultaneamente a sua formação e desenvolvimento – essa elite não cria a classe, e também não produz, por si só, um movimento revolucionário. O mesmo se aplica, creio eu, no caso de mudanças mais gradativas na posição de grupos na hierarquia do poder. É devido ao fato da situação de grupos relativamente grandes da população mudarem que novas elites podem formar-se e podem, em um determinado espaço de tempo, arrebatam uma fatia do poder político dos dirigentes consagrados da sociedade. (BOTTOMORE, 1974, p. 61)

Aprofundando a tese de que eventuais alterações no quadro de componentes das elites somente ocorre mediante mudanças sociais, Bottomore afirma que:

Não há contexto em que a noção de elites seja invocada com maior frequência atualmente do que nas discussões dos problemas e perspectivas dos ‘países subdesenvolvidos’. Isso não deveria surpreender, pois, como já vimos, existe uma profunda associação entre mudanças na estrutura social e a ascensão e queda de elites. Mudanças econômicas, políticas e outras de início provocam modificações no prestígio e poder de diferentes grupos sociais, e, a seguir, os grupos que estão aumentando seu poder procuram assumir o controle das mudanças e levá-las adiante. Ao mesmo tempo, a necessidade de líderes e elites proeminentes é sentida com maior intensidade pela população sempre que se estão processando complexas e difíceis mudanças sociais e vão desaparecendo os estilos de vida familiares (BOTTOMORE, 1974, p. 84).

Por fim, em relação às teorias que viam na democracia representativa um modelo de circulação entre as elites, Bottomore aponta que:

Tem sido bastante admitido [...] que o desenvolvimento de um sistema político democrático exige, além da competição entre elites, modificações na estrutura e composição das elites, em suas autoconcepções, e em suas relações com o restante da população. [...] Se agora olharmos para as democracias ocidentais dos dias de hoje, veremos que, embora se enquadrem bem no modelo competitivo de democracias, são deficientes em relação a essas outras condições: não há nenhuma circulação rápida do pessoal das elites, as quais ainda são recrutadas predominantemente da classe superior da sociedade; a visão do mundo das elites só se tem modificado lentamente, e a velha visão aristocrática de suas funções é mantida viva pelo seu recrutamento da classe superior, pelas próprias teorias de elite e pelas doutrinas sociais dominantes de “ir para a frente” e chegar “lá em cima”; e finalmente, o “nivelamento” de condições nas sociedades ocidentais tem-se dado tão lentamente que os dirigentes ainda podem ser distinguidos com

bastante nitidez, econômica e socialmente, dos dirigidos. (BOTTOMORE, 1974, p. 109)

Depreende-se do acima exposto que a formulação de Bottomore acerca da circulação entre os membros das elites não se dá nos termos propostos originalmente por Mosca e Pareto, bem como não transcorre com a naturalidade que pretendem os defensores da tese que propõe que o modelo democrático pressupõe a circulação *inter* elites tendo em vista as eleições regulares. Para o sociólogo canadense, tais processos dessa natureza ocorrem, mas sim somente ocorre quando há uma mudança social significativa, seja na sociedade como um todo, seja na classe dominante.

Esta mudança, pois, dar-se-ia de duas formas, como já vimos acima: por meio de revolução, quando uma classe substitui a outra no poder, ou por meio de mudanças no pensamento de parte da sociedade ou da classe dominante, permitindo a movimentação entre seus membros.

Nestes termos, a teoria de Bottomore sobre a circulação entre os membros da elite serve como modelo para nosso trabalho, na medida em que apoiamos na mudança social que teria ocorrido na sociedade brasileira nos anos 1980 a explicação para a ascensão de novas lideranças, representantes do então nascente pensamento neoliberal, que ganharia proporções mundiais a partir dos anos 1980 e chegaria ao Brasil no esteio da crise econômica do mesmo período, momento de enorme indefinição política acerca dos rumos que o país deveria trilhar a fim de retomar o desenvolvimento econômico, conforme discutiremos com maior profundidade na Seção 3 deste trabalho.

Importa ressaltar que, em nosso modelo, é nas elites onde acontece a transformação de pensamento que possibilitou a implantação do neoliberalismo no Brasil. Evidente que outros grupos e classes sociais também trabalharam seus interesses neste sentido, a favor ou contra as “reformas”. No entanto, nosso objeto é o estudo destas mudanças nas elites econômicas e políticas, razão pela qual concentramos neste grupo o desenvolvimento de nossas análises.

Ainda, não é nosso desejo afirmar que outro grupo social surgiu e integrou-se à disputa pelo poder, mas que no interior do empresariado nacional e nas elites políticas parte das lideranças destes segmentos mudou ideologicamente de posição, passando a adotar o novo ideário liberal em detrimento do desenvolvimentismo, bem como as que não efetuaram tal movimento acabaram substituídas por outras nos postos de maior destaque social. Tal ressalva é importante a fim de que não incorramos em imprecisões no uso dos conceitos sociológicos aqui dispostos.

Tal formulação decorre de nosso entendimento de que os conceitos de classe social e elites são complementares, na esteira do pensamento de Bottomore (1974), já aqui exposto, e de Miliband (1972)

De acordo com o autor, a crítica feita pelos teóricos das elites – de cunho liberal e dirigida ao marxismo – de que não seria possível utilizar o conceito de classe dominante em face da fragmentação do poder econômico em diversos grupos não coesos e sem objetivos comuns não está correta, uma vez que, não obstante a classe dominante seja composta de grupos econômicos diversos, se comparadas às demais classes sociais vemos claramente que o número de indivíduos que são detentores da propriedade (aqui representando as riquezas de um modo geral) é muitas vezes inferior ao de pessoas que não são detentores de nada que não seja a renda de seu trabalho. (MILIBAND, 1972)

[...] pode-se afirmar com segurança que existe realmente uma pluralidade de elites econômicas nas sociedades capitalistas avançadas e que, apesar das tendências à integração do capitalismo avançado, tais elites constituem grupos e interesses distintos, cuja competição afeta consideravelmente o processo político. Esse ‘pluralismo de elites’ não impede, porém, as distintas elites da sociedade capitalista de constituir uma classe econômica dominante, caracterizada por um elevado grau de coesão e solidariedade, com interesses e objetivos comuns que transcendem bastante suas diferenças específicas e suas discordâncias. (MILIBAND apud BARNABÉ, 1999, p. 113)

Assim, é confrontando a classe dominante em relação às demais que conseguimos identificar com clareza a intersecção desta com o conceito de elite: em seu interior há grupos de interesse distintos, cuja atuação traz reflexos para sua atuação enquanto classe. No entanto, o fato de ser composta por diversos grupos que representem interesses próprios não impede, por si só, que esta classe dominante atue na sociedade, defendendo aquilo que é de interesse comum entre os grupos que a compõe.

Transposta essa formulação ao nosso objeto de estudos, ela estaria a indicar que as elites econômicas e políticas nacionais são compostas de grupos cujos interesses nem sempre se coadunam – tais como, por exemplo, capitalistas industriais e financeiros, capital nacional e estrangeiro, entre outros, fato patente quando considerada a heterogeneidade da formação da burguesia no Brasil, já aqui analisada. Mas esta diferenciação, ainda que dificulte a atuação da classe na busca pela hegemonia, não impede sua ação.

Assim, nesta primeira parte, nossos estudos apontam para a seguinte conclusão: formada por grupos diversos, a burguesia nacional rumou pelo caminho do nacional-

desenvolvimentismo até a década de 1980, pois esta era a ideologia da maioria dos atores que a compunham, não obstante houvesse uma parte da classe contrária a reprodução do mesmo.

Com a crise do modelo e o avanço do ideário neoliberal no mundo, aqueles que se opunham ao modelo intervencionista ganharam maior projeção, guiando a classe dominante pelos caminhos do projeto de “reformas”. A atuação, portanto, foi como classe, fazendo valer o peso de seu poder, mas o projeto era de determinados setores que a compunham.

Outra importante contribuição para as teorias que buscam explicar a composição e atuação das elites é a de Lasswell (1979).

Antes de analisarmos suas formulações acerca das elites, importa destacar que o autor adota na obra aqui estudada conceitos oriundos da teoria interacionista, cujos postulados principais, tendo em vista a natureza do presente trabalho serão aqui colocados de forma sumária. De forma resumida, a perspectiva interacionista pode ser definida como sendo aquela que estuda o comportamento dos indivíduos em relação à sociedade, ao meio em que vivem.

Assim, na criação de sua identidade, o indivíduo escolheria seus comportamentos e decisões com base nas relações sociais que estabelece com os outros, que por sua vez também com ele se relacionam da mesma forma. Logo, a realidade social seria construída na forma de processo, com as relações dinâmicas entre os indivíduos negociando a vida social. Para um maior detalhamento da teoria interacionista e de seus pressupostos, ver Anselm Strauss (1999), especialmente a obra *Espelhos e Máscaras*.

Retomando a discussão acerca das elites, Lasswell destaca que estas, de forma preliminar, seriam compostas por aqueles que são “influentes”, que detém maior poder de conquistar seus interesses na relação com os demais indivíduos.

Essa influência deve ser exercida dentro de um contexto, pois é do processo social, da interação entre os indivíduos que surgirão aqueles que influenciarão as decisões e escolhas da maioria.

As elites do poder refletem e reformulam as relações internas de todo o corpo político organizado dentro da civilização ou de comunidades primitivas. [...] A forma mais geral de considerar o processo social é vê-lo como uma “interação” de “pessoas” entre si e com o seu “ambiente de recursos”. [...] Interagir é afetar os outros e, por sua vez, ser afetado”. (LASSWELL, 1979, p. 28)

Assim, os indivíduos buscariam alcançar resultados de um valor máximo, praticando para tanto determinados atos, em detrimento de outros. Estas práticas, que o autor denomina de “institucionais”, influenciariam nas conseqüências delas advindas, às quais Lasswell

chamou de “conseqüências de valor”. Logo, o contexto social é resultado direto da interação entre estes valores, do resultado desta. (LASSWELL, 1979, p. 28-29).

Acerca das “conseqüências de valores”, o autor as classifica em oito, cada uma com sua respectiva instituição social, da seguinte forma: 1) conseqüências do “poder”, que incluem a tomada de decisões finais, cujas instituições seriam, por exemplo, o governo e a política; 2) conseqüências do “esclarecimento”, que é a circulação das informações, cujas instituições seriam os meios de comunicação e de pesquisa; 3) conseqüências da riqueza, tais como o comércio, cujas instituições seriam as unidades de produção e os mercados; 4) conseqüências do bem estar, entre as quais a saúde e a segurança, com as respectivas instituições promotoras destes bens; 5) conseqüências da aptidão para as artes ou ofícios, que têm como instituição os processos de treinamento; 6) conseqüências da afeição, entre elas o amor, que teria como instituição a família e a amizade; 7) conseqüências do respeito, entre elas o recebimento de condecorações, cujas instituições seriam as distinções recebidas; e 8) as conseqüências da “retidão”, entre as quais se destacam a ética e a virtude, tendo como instituições todas aquelas que promovem tais padrões. (LASSWELL, 1979, p. 29)

Desse processo de interação entre os indivíduos e seus grupos de interesse surgem aqueles que mais participam das decisões sociais, as quais Lasswell conceitua como sendo as opções cujas conseqüências influenciam a sociedade como um todo do ponto de vista institucional, inclusive com a aplicação de medidas coercitivas para a garantia de alcance dos resultados, e das escolhas sociais, as quais o autor classifica como morais, pois apesar de obrigarem àqueles que as escolhem, não o fazem em relação ao conjunto da sociedade. (LASSWELL, 1979, p. 31)

Assim, comporiam a “elite do poder” aqueles que, detentores do poder de influenciar aos demais indivíduos, também dispusessem dos instrumentos necessários para impor suas vontades ao conjunto da sociedade.

Recrutada nos diversos grupos de interesse, que o autor define como sendo aqueles que partilham expectativas de vantagens comuns (LASSWELL, 1979, p. 34), a composição da elite do poder compreende a seguinte dinâmica:

Em qualquer momento, podemos considerar como membros da classe da elite do poder de uma estrutura política os seguintes: a) todas as pessoas que ocupam altos postos durante o período; b) todas as pessoas que ocupam altos postos em períodos anteriores e que se consideram, e são por outras consideradas, como estando em harmonia com a ordem vigente; c) todas as pessoas que, embora não ocupando cargos elevados, ou quaisquer cargos, são consideradas como muito influentes nas decisões importantes; d) todas as pessoas que, embora consideradas como partidárias de uma contra-

ideologia, são capazes de exercer uma influência significativa sobre decisões importantes; e) os membros de uma família fechada. (LASWELL, 1979, p. 35)

É neste ponto, em nosso entendimento, que a teoria acerca das elites trabalhada por Lasswell (1979) pode ser incorporada ao presente trabalho.

Não obstante as críticas que tal modelo pode sofrer, a começar pelas dirigidas à teoria interacionista, a descrição de uma composição de elites que englobam grupos diversos que se alternam nos postos de controle da sociedade sem necessariamente perder sua condição de participantes daquelas, encaixa-se na hipótese de nosso trabalho de que parte dos dirigentes defensores do modelo estatal-desenvolvimentista foram substituídos por outros líderes alinhados ao neoliberalismo.

Assim, quando ao longo do texto nos referimos à “ascensão”, “queda” e mesmo “substituição” de elites, não desejamos afirmar que determinado grupo foi extinto nem que seu poder deixou necessariamente de existir, mas sim nos utilizamos da formulação de Lasswell (1979) de que é possível a determinado grupo integrar a elite sem estar necessariamente exercendo o poder ou dele participar com destaque ou mesmo diretamente, bastando para isso que as condições sociais que estejam guiando os processos de interação social apontem para tal adaptação, modelo que também se interliga com a conclusão que há pouco chegamos acerca da composição fragmentada da classe dominante. (BOTTOMORE, 1974; MILIBAND, 1972)

No caso aqui analisado, na década de 1990 parte dos industriais paulistas abandonou o estatal-desenvolvimentismo em favor do neoliberalismo, substituindo as lideranças anteriores nos principais postos sociais, o mesmo ocorrendo em relação às elites políticas, cujos partidos ligados ao modelo desenvolvimentista, especialmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, perderam espaço político para outras agremiações cujas plataformas eram baseadas em mudanças na forma como o Estado se relacionava com a sociedade, sendo que tal movimento não extinguiu as principais forças nele envolvidas, não obstante tenha havido uma troca nas posições de comando.

Da aplicação das formulações de Lasswell (1979), Bottomore (1974) e Miliband (1972), ao caso em estudo, temos que a mudança social poderia ser representada pela crise econômica ocorrida no Brasil nos anos 1980, que se iniciou pouco antes do fim do regime militar e perdurou ao longo da década. Um de seus efeitos foi o de abrir espaço para a ascensão de grupos que defendiam um modelo de desenvolvimento diverso, o neoliberalismo, em substituição a outros mais ligados ao “antigo” desenvolvimentismo, que não deixaram de

existir e nem foram vitimados pela ascensão revolucionária de outra classe ao poder, mas perderam parte de seus espaços na sociedade para aqueles.

Estes “novos setores” não são oriundos de outra classe social nem foram recrutados em outros grupos, mas são parte da burguesia nacional e de outros estratos de classe dominante que, diante da crise instalada, alteraram suas formulações ideológicas acerca do problema.

Conforme verificaremos ao longo do trabalho, no campo do empresariado foi a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, quem primeiro propôs a seus representados a mudança na forma de pensar o desenvolvimento da economia. No campo da política, o nascimento do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB deu-se centralmente da ação de parte das lideranças do PMDB, partido ao qual viria a substituir anos depois no comando da política nacional.

Assim, o modelo teórico aqui formulado contemplaria, em nosso ver, a realidade estudada, dando conta de explicar do ponto de vista sociológico o rearranjo de posições entre as elites econômicas e políticas face ao advento do neoliberalismo.

2.2. Aspectos da formação do Estado de São Paulo e o reflexo destes na composição e atuação de suas elites

Da mesma forma que se fez importante o diálogo, ainda que de forma preliminar, com as teorias que delimitam o surgimento e a atuação das elites, se faz premente a necessidade de entendermos um pouco mais aprofundadamente a formação do Estado de São Paulo e de suas lideranças, a fim de compreendermos seu papel de destaque no período estudado no presente trabalho.

De acordo com Leme (1978), desde a década de 1910 a indústria de São Paulo já superava em volume de produção a do Rio de Janeiro, outro grande centro industrial brasileiro. No entanto, no que tange à organização em classes, desde 1904 já existia no RJ o Centro Industrial do Brasil, entidade criada para representar os interesses dos industriais cariocas e também dos demais espalhados no Brasil, enquanto somente em 1928 será criado o CIESP, sendo que, até então, era a Associação Comercial de SP que representava os interesses industriais. De acordo com a autora,

Apesar de SP superar o Distrito Federal [RJ] na produção industrial, já a partir de meados da primeira década deste século, o empresariado paulista, no que toca à organização classista, permanece em situação de inferioridade face aos industriais cariocas. É somente na segunda metade do século, ou

seja, na da década de 1920, que o processo social de fundação de entidades de classe industriais se acelera no Estado de São Paulo, ainda permanecendo, todavia, aquém do que ocorre no Distrito Federal (LEME, 1978, p.15)

Ainda, Wilson Cano (2007) aponta que São Paulo já era a maior potência industrial do Brasil. Mesmo antes de 1930, o Estado concentrava 37,5% de toda a produção brasileira da indústria de transformação, índice que alcançou o ápice de 58,1% na década de 1970 graças ao incentivo à industrialização.

Desde logo, é bom lembrar que São Paulo, mesmo antes de 1930, já era o principal parque industrial do país, e, a partir da Crise de 1929 e das políticas macroeconômicas iniciadas pela Revolução de 1930 – o primeiro governo da Era Vargas -, reforça seu caráter de ser o principal centro dinâmico da economia nacional, liderando o processo de industrialização e integração do mercado nacional. (CANO, 2007, p. 17)

Outro diferencial do Estado de São Paulo era o comportamento de suas lideranças. Uma delas merece estudo mais aprofundado.

Roberto Simonsen tornou-se um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da época. Foi em grande parte através de suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica de então. Entre estas, podemos destacar a fundação da CIESP, em 1928, momento em que Simonsen lança-se como liderança da classe.

Ainda, destaca-se sua preocupação com a formação intelectual das elites paulistas, que em seu ver necessitavam aprimorar seus conhecimentos sobre a realidade brasileira para que pudessem melhorar sua intervenção na sociedade, abalada pela derrota de 1932.

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas. São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino.

[...] Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente de aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo. (SIMONSEN, 1933, p. 07 e 34)

Importante a contribuição de Del Vecchio e Diéguez (2008) acerca da participação de Simonsen na fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nos anos 1930. Criticando uma formulação que diminuía a participação do mesmo no processo, os autores afirmam que

O projeto da Escola Livre de Sociologia e Política é obra complexa, que certamente demandou esforços de um grupo de tamanho e qualificação

consideráveis, por um período relativamente curto, compreendido pelo lapso de tempo de dez meses, entre a derrota em julho de 1932 e a fundação da Escola em abril de 1933. Num tempo tão restrito e com a requisição de grande investimento intelectual e político, o projeto não poderia estar concluído senão em momento próximo à fundação da Escola, e é certo que somente depois desse momento adquiriu contornos mais definidos. Nessa medida, a afirmação de que Simonsen “não seria autor do projeto” deve ser relativizada. São incontestados os fatos de que ele exerceu decisiva influência na conformação inicial da instituição e de que tal influência expressou-se em aspectos que vão do perfil dos titulados até a definição dos próprios temas das pesquisas que viriam a ser desenvolvidas. (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p.10)

Simonsen também ocupou-se das questões econômicas, tendo formulado a política da FIESP/CIESP acerca do tema por longo tempo. Para os fins deste trabalho, importa ressaltar que Simonsen tinha uma visão muito clara acerca dos rumos que a economia nacional deveria seguir: a industrialização.

Em toda parte as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo. Os núcleos devotados as pesquisas industriais são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permutas de idéias, centros de irradiação de inteligência e de progresso. [...] Foram as máquinas que reduziram o preço de custo das utilidades, pondo ao alcance dos bolsos mais modestos o que antes era privilégio dos ricos. [...] A máquina aumentando sua produtividade, afasta-o [o homem] do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade! [...] Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola. A independência econômica e, portanto, a perfeita independência política só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados em que se conjugam em perfeita em estreita harmonia e íntima interdependência a agricultura e a indústria. (SIMONSEN, 1932, p. 168 e 169)

Ainda sobre a relação entre independência econômica e financeira, Simonsen afirma que:

A independência política de uma nação só efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas. Não traduz de fato, como que uma injusta restrição da sua liberdade, ser o produtor obrigado a entregar o fruto de seu trabalho em troca de valores inferiores? (SIMONSEN, 1932, p. 177)

Simonsen era detentor de uma visão profunda sobre os problemas políticos e econômicos brasileiros, demonstrando um diferencial em relação às demais lideranças da época, que possuíam um viés mais regionalizado e individualista.

Desde o início de minha carreira procurei compreender o meio em que vivíamos e empreguei os maiores esforços para vencer a rotina. [...] No terreno econômico não houve problema nacional de vulto que não despertasse minha atenção e nunca poupei energias para colaborar em sua solução e na formação da consciência de nossas verdadeiras necessidades. [...] Tratei de encarar sob um ponto de vista nacional os problemas econômicos que interessavam o país. Apaixonado pela ciência, sempre entendi que nela deveríamos buscar as soluções para os nossos casos. Deixá-los à discrição das ações e reações das forças naturais e dos livros fatores econômicos seria ainda por muito tempo conduzir o país a uma servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações melhor aparelhadas. Intervencionista, nunca o fui para combater leis naturais, mas sim exclusivamente com o intuito de criar situações em que o Brasil pudesse aproveitar em seu favor as resultantes dessas leis. (SIMONSEN, 1932, p. 08)

Defensor do intervencionismo do Estado para regular a economia, a fim de gerar desenvolvimento, Simonsen via na discussão sobre a execução ou não de medidas de proteção à indústria um atraso ao crescimento do Brasil como um todo:

Quanto à estafada discussão entre protecionismo e livre-cambismo que se quer transplantar para o nosso país, não encontro expressões suficientemente fortes para lamentá-la. A adoção de doutrinas copiadas ou importadas de terras estranhas e não aplicáveis às condições do Brasil, só pode concorrer para o acentuamento da nossa depressão econômica. No atual estágio da civilização e da política internacional não se pode conceber a idéia de nação sem a do protecionismo. Afirmar que o Brasil só pode produzir em condições econômicas o café e pregar a destruição das barreiras aduaneiras com o intuito fantasista de se conseguir em troca, maiores mercados para a colocação desse produto, é admitir a transformação do país num vasto cafezal com o desmantelamento de muitas de nossas atividades, com o rebaixamento do padrão de vida e com um grande recuo de nossa civilização. O livre-câmbio traduz a liberdade de escambo entre nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes muitas vezes em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. (SIMONSEN, 1932, p. 09)

Há ainda outras faces do pensamento de Simonsen que mereceriam melhor análise, que não faremos no presente trabalho face ao objeto aqui estudado, mas que podem ser encontradas nas obras de Del Vecchio e Diéguez (2008), Berlinck (1948), Lima (1963; 1976), Carone (1971) e Maza (2004).

Este diferencial dos industriais paulistas também foi destaca por Fernando Henrique Cardoso (1972).

De acordo com o autor, a antítese do empresário não empreendedor, cujas características principais discutimos na Seção 1 deste trabalho, seria o homem-de-empresa. Este novo dirigente industrial teria como diferencial de seus pares tradicionais uma visão geral dos problemas da sociedade e de como fazer para nela atuar, na busca de construir a industrialização e o capitalismo no Brasil (CARDOSO, 1972, p. 140-141)

Mais ligados à ideologia liberal propriamente dita, estes homens-de-empresa defendem a livre concorrência, que consideram salutar, ocupam-se em melhorar a qualidade de sua produção e não vêem problemas com a associação ao capital estrangeiro, de cujos benefícios se servem, buscando participar ativamente da sociedade com vistas a construir uma ordem social que lhe seja favorável à iniciativa privada, revelando uma preocupação geral com a economia e com o desenvolvimento do país.

Entretanto, para o homem-de-empresa o problema, muito mais que o da *sua* indústria, é o da *Indústria*. Por isso, a influência que pretendem alcançar é muito mais geral e completa. Não querem apenas subornar, mas impor os pontos de vista da indústria à maioria. Para isso, visam aumentar o controle dos meios de difusão da cultura e de comunicação em massa e programar campanhas que convençam a Nação das vantagens do capitalismo e façam do “homem comum” um defensor da democracia e da propriedade privada”. (CARDOSO, 1972, p. 148-149).

De acordo com o autor, é em São Paulo onde se concentram parte destes industriais imbuídos da ideologia dos homens-de-empresa, uma vez que, para estes, a associação com o capital estrangeiro não só é tomada por benéfica como seria a única forma de se alcançar o desenvolvimento econômico.

No conjunto, industriais deste tipo formam um setor importante da burguesia industrial brasileira, principalmente em São Paulo. Para estes, pelas próprias condições através dos quais conseguem a expansão econômica e o lucro, industrializar o país significa fazê-lo solidário da “prosperidade ocidental” como sócio-menor. (CARDOSO, 1972, p. 171)

Em conclusão, Cardoso (1972) destaca que o avanço da industrialização, cuja expansão é devida ao crescente número de associações das empresas nacionais com o capital estrangeiro, irá pouco a pouco livrar da ideologia dos capitães-de-indústria o conjunto do empresariado, abrindo espaço para a perspectiva dos homens-de-empresa, que traria uma reformulação na burguesia enquanto classe, melhorando sua atuação na busca de seus interesses. (CARDOSO, 1973, p. 174-175)

Ainda acerca da formação específica do Estado de São Paulo e de suas elites, a contribuição de Simon Schwartzman deve ser considerada.

De acordo como autor, entender o papel de São Paulo na formação do Brasil é fundamental para a perfeita compreensão dos episódios históricos nacionais dos últimos séculos. Isto porque as especificidades paulistas tornaram-no o Estado mais poderoso da nação do ponto de vista econômico, sem que tal poderio se refletisse em igual proporção na disputa pelo poder político, sempre concentrado nas lideranças de outros estados.

Impressionante e muito pouco compreendido é também o fato de o principal Estado da Federação brasileira, São Paulo, nunca ter desempenhado um papel político correspondente à sua importância econômica e demográfica no contexto nacional. São Paulo, desde o início do século XX, tem sido o setor maior, mais rico, mais industrializado e moderno do país. Existe ampla evidência, no entanto, de que esse desenvolvimento social e econômico progressivo tem sido acompanhado de relativa debilidade política. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 19)

Schwartzman centra sua abordagem na utilização do conceito de patrimonialismo e considera ser a excessiva concentração de poderes no Estado uma das causas da não articulação e representação social dos interesses. Segundo o autor,

Quando isso ocorre, as tentativas de aumentar e articular a representação de interesses na sociedade são suprimidas e cooptadas, e o resultado é a debilidade e dependência contínuas dos grupos sociais articulados, em relação ao centro político. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 21)

Por patrimonialismo, podemos entender tratar-se de um comportamento político que busca a ascensão ao poder com vistas a obter lucros a partir de seus instrumentos. Assim, as disputas entre os diversos grupos sociais pelo controle do Estado não teriam como objetivo a representação de determinados interesses, mas sim a obtenção de ganhos a partir da utilização das funções de Estado.

Nos sistemas patrimoniais tradicionais não havia diferença entre as esferas política e econômica da sociedade. A ligação íntima entre estes aspectos é também uma característica predominante de sociedades em que o aparato estatal é grande e multifuncional e antecede, historicamente, ao surgimento de grupos de interesse autônomos e articulados. Nesses contextos, a busca do poder político não é simplesmente feita para fazer prevalecer esta ou aquela política, mas visa à posse de um patrimônio de grande valor, o controle direto de uma fonte substancial de riqueza. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 22)

Assim, de acordo com o autor, em formações políticas onde tal fenômeno predomina, como no caso brasileiro, não há espaço para a disputa de interesses na sociedade, pois o processo que guia as relações políticas é o da cooptação política.

A 'cooptação política' é sugerida para referir-se a um sistema de participação política débil, dependente, controlado hierarquicamente, de cima para baixo. A primeira condição necessária para a existência de tal sistema é que algumas pessoas e grupos sociais, previamente fora da arena política, tratem de participar dela e fazer-se ouvir. [...] [a] segunda condição

de existência: [...] os que controlam o sistema político tenham meios para comprar ou, de alguma forma, incorporar esses esforços de participação, de tal maneira que sejam estabelecidos vínculos de dependência entre os detentores do poder e as lideranças políticas emergentes. Assim, a participação política deixa de ser um direito e torna-se um benefício outorgado, em princípio revogável. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 23)

Não obstante seja a cooptação o modelo mais presente no sistema do poder brasileiro, em São Paulo, segundo Schwartzman, este não se reproduziu totalmente, dando um lugar a um sistema embrionário de representação política.

É possível demonstrar que, se formas embrionárias de representação política existiram no Brasil, elas tenderam a concentrar-se na área de São Paulo. Nunca chegaram a ser suficientemente fortes para moldar o quadro político nacional, mas foram suficientemente significativas para manter o Estado de São Paulo como uma entidade politicamente diferenciada dentro do país. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 25)

Analisando a formação histórica do Estado brasileiro, Schwartzman destaca que o processo de ocupação territorial deu-se de acordo com o modelo português, baseada na centralização das decisões.

O poder se concentrava na Casa de Avis, e isso auxilia a explicação do notável impulso empresarial de Portugal nos séculos XV e XVI. Vinda para o Brasil, a estrutura centralizada, burocrática e patrimonialista de governo foi transplantada, inicialmente com o estabelecimento do Governo Geral de 1548 e, muito mais tarde, com a mudança de toda a Corte portuguesa para o Rio, em 1808. Tornado independente em 1822 por um membro da realeza portuguesa, a linha de continuidade nunca foi completamente quebrada, e isso é importante para a compreensão da institucionalização estável do Governo brasileiro durante o período colonial e, mais tarde, na segunda metade do Século XIX. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 26)

Neste sentido, o autor destaca que, no Brasil, a ocupação territorial criou três tipos de região: uma primeira, caracterizada pelo Rio de Janeiro, onde se concentra a administração política e os principais traços de modernidade da época; uma segunda, “tradicional”, que aqui teria se desenvolvido com uma característica diferente, qual seja, a de serem regiões que experimentaram grande progresso econômico e, em seguida, de declínio econômico e político, como Minas Gerais e Pernambuco (SCHWARTZMAN, 1982, p. 26-29); e uma terceira, São Paulo, cujo desenvolvimento teria se dado de forma diversa.

A terceira região, representada por São Paulo, forma a diferenciação mais importante. Desde o início da história do país, a antiga Capitania de São Vicente se desenvolveu independentemente da administração central. São Vicente foi o primeiro núcleo de colonização que se moveu da costa para o interior, em total contradição com a política de expansão da Coroa portuguesa. A história da expansão de São Vicente inclui as expedições de captura de índios que se embrenhavam cada vez mais para o Sul, até o choque militar com as missões jesuítas espanholas; as expedições de busca

de ouro e pedras preciosas, até o choque com outras correntes migratórias provenientes do Norte que se dirigiam para as áreas mineiras, durante a Guerra dos Emboabas; e a acentuada ausência da Província de São Paulo da vanguarda dos eventos nacionais, até a expansão da cultura do café no século XIX”. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 30)

O modelo de colonização português, baseado na centralização do poder e na dispersão de postos de colonização ao longo do território, caracterizou-se no Brasil, segundo o autor, pelos conflitos existentes entre o exercício do controle social e econômico da colônia e a resistência a tal movimento.

Efetivamente, o processo de centralização e crescimento do governo central se dava em um contexto de conflitos e pressões de todo tipo, e grande parte da história política do Brasil gira em torno do tema centralização vs. descentralização. É fundamental, para entender este problema, ter uma interpretação adequada da natureza da colonização portuguesa, que combinava uma tendência constante à centralização com a grande dispersão territorial dos postos de colonização [...]. Não admira, assim, que estes núcleos de colonização se desenvolvessem por conta própria e, freqüentemente, de forma contraditória. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 57)

Neste ambiente de contradições entre metrópole e colônias, não tardou para que o governo central dirigisse suas atenções para São Paulo. Este estado experimentou grande crescimento ao longo do período de exploração da mineração em Minas Gerais, tendo sido responsável pela fundação de várias cidades mineiras. Os paulistas beneficiaram-se, também, da invasão holandesa em Pernambuco, que causou a transferência das áreas de cultivo de cana-de-açúcar para outras regiões e aqueceu o comércio de escravos índios, na medida em que o tráfico negreiro estava dificultado pelo bloqueio marítimo holandês. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 59-60).

Na disputa pelo controle da província, que segundo o autor está representada pela Guerra dos Emboabas, venceu Portugal, que assim pode exercer controle absoluto sobre a região das Minas Gerais. No entanto, Schwartzman aponta que

A derrota frente aos portugueses recém-chegados teve, para os paulistas, uma conseqüência que os diferenciou dos pernambucanos: isolados do resto do país, não desenvolveram em seu próprio estado uma estrutura política de dependência em relação à administração central, tal como a criada pela elite do açúcar. As características de isolamento da área de São Paulo, foram assim, preservadas, o que teve muita importância nos desenvolvimentos que iriam ocorrer um século e meio depois. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 65)

Desta forma, de acordo com o autor, o fato da estrutura política paulista ter sido construída de modo não dependente da Coroa portuguesa, e por conseqüências de seus

métodos de relacionamento político centrados no patrimonialismo e na cooptação política, seria um dos fatores pelos quais São Paulo manteve posturas diferentes dos demais estados.

Já no século XIX, a expansão da cultura do café e a retomada do crescimento da economia nacional, que de acordo com Schwartzman atravessara quase cem anos de estagnação, seguindo a tendência da economia internacional, fez com que São Paulo se tornasse o principal produtor e, portanto, o mais destacado ator no processo de produção cafeeiro, cuja explicação advém da solução encontrada pelos paulistas para a questão da mão-de-obra. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 78)

Enquanto os modelos de relacionamento com a mão-de-obra adotados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais não obtiveram sucesso, seja pela dependência aos empréstimos do Governo, que financiavam quase a totalidade das etapas de produção do café sem maiores exigências de retorno financeiro, o que impedia os agricultores de adotarem outra política para a obtenção de trabalhadores que não a determinada pelo Estado, seja pelo insucesso das relações de parceria, em São Paulo o método de relacionamento com a força de trabalho rendeu maiores frutos.

Em São Paulo, a produção do café foi estimulada por uma política ativa de atração de imigrantes europeus e de sua submissão a um sistema de exploração do trabalho bastante intenso, de características semelhantes ao capitalismo. Há dois padrões mais gerais de imigração no Brasil, um deles conhecido como “colonização” e o outro como “imigração” simplesmente. O primeiro, que tendeu a ser dirigido e introduzido pelo governo central, foi uma tentativa de criar no país um campesinato de tipo europeu, independente e produtivo. O outro, mais diretamente promovido pelos agricultores de São Paulo e, posteriormente, pelo governo estadual, visava, especificamente, à provisão de mão-de-obra para as fazendas de café. O padrão de “colonização” obteve êxito relativo nos estados sulinos do Rio Grande e Santa Catarina, onde se estabeleceram grandes colônias de alemães. O de imigração, entretanto, foi o dominante, e São Paulo tornou-se, cada vez mais, a área promotora e de destino deste fluxo. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 81)

Em relação à manutenção dos preços internacionais do café, Schwartzman explica que também foi São Paulo o estado que maior pressão exerceu junto ao Governo e aos demais produtores para a criação de mecanismos que protegessem os investimentos e o preço do produto, fomentando a assinatura do Acordo de Taubaté, em 1906, na medida em que o regime de trabalho adotado no Estado – de colonato, baseado em contrato e remuneração pelo trabalho executado – tornava-o mais vulnerável às flutuações internacionais do preço do café do que Minas Gerais e Rio de Janeiro, cujo sistema de parceria oferecia maior segurança em períodos de crise. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 82-83)

No entanto, tal poder não significou, segundo o autor, o controle político do Estado por parte dos cafeicultores – mas sim o inverso, na medida em que a dependência daqueles em relação aos favores estatais limitava sua atuação social, impedindo-os de alcançar o poder.

[...] o Estado patrimonial foi capaz de sobreviver ao limitar as oportunidades de organização e manifestação política independente por parte de grupos nacionais que detinham uma base produtiva própria, fossem industriais, capitalistas ou trabalhadores. Confrontados com um setor político dominante, que gozava do apoio de interesses econômicos estrangeiros poderosos, os grupos nacionais podiam implorar, pressionar ou reivindicar favores especiais e concessões dos detentores do poder político, mas nunca poderiam aspirar conquistá-lo e submetê-lo a seus próprios fins. É por isso que coalizção conservadora dos interesses dos cafeicultores com o governo federal não teve como resultado, a longo prazo, a subordinação da política federal aos interesses do café, mas, ao contrário, a progressiva dependência dos interesses do café em relação ao governo do Rio de Janeiro. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 87)

Durante o período histórico do “café-com-leite”, na República Velha, Schwartzman não vê São Paulo no controle do processo político nacional ou mesmo melhor representado nele, pois segundo o autor, não obstante os paulistas controlassem parte dos mecanismos econômico-administrativos relacionados ao café, viviam marginalizados da vida política nacional porque, ao contrário dos mineiros, por exemplo, não eram especialistas em cooptação e clientelismo.

[...] O que os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios, e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era o seu negócio. E é nisso que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado.” (SCHWARTZMAN, 1982, p. 104)

Mesmo após a Revolução de 1930 o peso de São Paulo no cenário nacional não teria aumentado, de acordo com o autor, apesar de ter ocorrido uma maior aproximação entre este e o Governo Federal.

No entanto, a vitória de Jânio Quadros em 1960, único presidente paulista eleito desde a República Velha, mesmo que por um curto período, representou a nacionalização da disputa, o que não acontecera até então.

A vitória de Jânio Quadros e João Goulart, em 1960, une, por um breve período, os dois sistemas, de uma forma duplamente inovadora. Em primeiro lugar, o sistema partidário paulista, até então marginal ou caudatário dos partidos políticos nacionais, passa ao primeiro plano, com a UDN aderindo a Jânio. Trata-se de um verdadeiro processo de “nacionalização” da política, que coloca em segundo plano as clivagens regionais e ofusca a diferença

entre os sistemas de cooptação e representação, até então bastante estanques. Em segundo lugar, esta nacionalização da política se dá através de um processo de mobilização crescente e polarização ideológica em nível nacional. [...] O sistema eleitoral, baseado na cooptação de líderes políticos, no paternalismo e no isolamento político do centro econômico e dos núcleos urbanos, não resistiu ao crescimento da mobilização e à nacionalização da política, que fizeram do peso eleitoral de São Paulo o fator decisivo da vitória. (SCHWARTZMAN, 1982, p. 133)

Pelo exposto, concluímos que a tese central de Schwartzman é a de que São Paulo difere dos demais estados brasileiros porque, ao contrário destes, fundados na tradição patrimonialista portuguesa, organizou-se politicamente de forma a criar, ainda que não completamente, uma sociedade e um sistema político mais permissivo à atuação dos grupos representantes de interesses.

Melhor precisando a questão dos interesses regionais e da dominação pelo Estado dos instrumentos de atuação política dos grupos sociais, Maria do Carmo Campello de Souza (1976) afirma que foram criados mecanismos de articulação dos interesses econômicos e políticos fazendo com que estes se manifestassem “por dentro” das estruturas burocráticas, e não por meio dos caminhos tradicionais, tais como os partidos. Para tanto, desenvolveram-se uma série de estruturas estatais que auxiliaram o processo de centralização.

Uma delas foi o sistema de interventorias, meio pelo qual o poder central nomeava interventores nos Estados, assumindo o poder regional. Tal intervenção não se dava com o intuito de confrontar as elites regionais, mas sim de estabelecer com elas um termo de convivência, sem eliminar por completo sua influência. Os interventores escolhidos tinham como características a construção de sua liderança fora, até certo ponto, das máquinas partidárias regionais, não obstante fossem oriundos dessas elites.

Segundo a autora,

[...] as interventorias situavam-se, assim, a meio caminho entre a identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais. O elemento novo, contudo, que lhe confere caráter de inovação institucional, é o fato de haver sido implantado como um sistema, em todo o país, como instrumento de controle e uma cunha do poder central em cada Estado. (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 89)

Ainda, o DASP, que fora criado com o intuito de ser um departamento central da administração, tornou-se responsável, através de suas regionais, os “Daspinhos”, pelo controle das administrações dos estados e dos municípios, exercendo sobre estes grande poder regulatório.

Por fim, os institutos, autarquias e grupos técnicos também atuaram de forma destacada na centralização pretendida pelo Estado, pois buscavam fortalecer o governo central, pautando as decisões de caráter econômico tomadas no período. Alguns possuíam poder regulatório; outros, apenas consultivo. Mas o mais importante é que serviam de acesso ao processo decisório de novos atores das elites econômicas de então, notadamente os industriais, sendo que, no caso das autarquias voltadas à promoção das questões rurais, tratava-se de inscrever tais interesses tradicionais no corpo do Estado.

Estes órgãos, também de acordo com Campello de Souza (1976, p. 91), nascidos para eliminar os intermediários entre o poder e o povo, acabaram por fazer as vezes dos partidos, pois era em seu interior que as discussões sobre as políticas públicas se davam. As pressões de organizações representativas constituídas fora dos ditames da burocracia então existente se tornaram a exceção, pois a regra era a atuação das entidades de classe criadas para fazer a ligação direta com o poder, sem partidos.

As proposições de Cardoso (1972), Campello de Souza (1976) e Schwartzman (1982) refletem uma corrente importante da Sociologia, também encontrada em Raymundo Faoro (2000) e Victor Nunes Leal (1997), que em suma considera que a formação da sociedade brasileira deu-se centralmente sob a tutela do Estado, cujos instrumentos de dominação e cooptação impediram a formação dos grupos de interesse na sociedade de forma livre, na medida em que o conjunto de regras estatais que tutelaram o surgimento e o funcionamento dos partidos políticos, associações, sindicatos e outras instituições representativas dos grupos ou classes sociais acabou por suprimir sua efetiva participação nos processos sociais.

Tal dominação/cooptação, que no Brasil assumiu um caráter regional devido à própria formação do país desde o período colonial, permeou a formação política da sociedade brasileira, impedindo a disputa entre os grupos de interesse pelo poder, uma vez que os mesmo somente poderiam expressar-se pelos meios estatais, o que acabou por reduzir a formação da consciência de classe tanto da burguesia quanto do proletariado, bem como teria impedido a consolidação burguesa junto ao Estado, uma vez que este espaço estaria ocupado pelos praticantes da dominação pela cooptação.

Em São Paulo, no entanto, o sistema social e político, desenvolvido com base nos eixos acima expostos, possibilitou a atuação dos grupos acima referidos, o que poderia explicar a questão levantada por Leme (1978) acerca da pouca participação política dos industriais paulistas, também um diferencial em relação aos seus congêneres cariocas, na

medida em que os paulistas não encontram espaços no poder central para atuar, face ao sistema de dominação/cooptação.

Tal argumento vai ao encontro do proposto por Boschi, Diniz e Santos (2000) de que as elites paulistas, não obstante tenham criado entidades representativas nos termos da legislação sindical dos anos 1930, também mantiveram em apartados suas estruturas associativas, de forma a manter a independência de suas ações. Ambas as questões já foram ou serão aqui debatidas e, de alguma forma, corroboram parte da tese de Schwartzman sobre a formação de São Paulo.

Ainda, a argumentação de Schwartzman auxilia em muito no entendimento de nosso objeto, na medida em que apresenta elementos que servem de explicação para as razões pelas quais foram as lideranças paulistas que encabeçaram o processo de implantação do neoliberalismo no Brasil, utilizando-se para tanto de suas posições na política, com a fundação de um novo partido, e nas elites econômicas, através da FIESP, conforme veremos na Seção 3.

Como crítica, comparando as hipóteses acima com as proposições de Ianni (1989) anteriormente debatidas, vemos que a atuação do Estado deu-se em termos de suprir (e não suprimir) a ausência de classes, partidos e organizações capazes de representar politicamente a burguesia industrial, dispondo de seus instrumentos para estabelecer as práticas necessárias para tanto, inclusive a criação de partidos e organizações sociais, tese que nos parece ser mais aceitável.

Já debatemos no Capítulo 1 que a atuação do Estado foi fundamental para a consolidação do capitalismo industrial brasileiro. Antes da Revolução de 1930, a indústria e, conseqüentemente, o proletariado nacionais não conseguiam se estabelecer enquanto tais devido à característica da economia nacional, baseada centralmente no plantio e posterior comércio do café e importação de produtos. (LEME, 1978)

Menos de quinze anos após a chegada ao poder da Aliança Liberal, o capitalismo industrial e seus atores principais – burguesia e proletariado – já se encontravam em melhores condições, com sindicatos formados, ainda que com base nas regras legais restritivas, com associações, partidos e outros instrumentos que exerciam influência nas decisões de poder (vide o Conselho Federal de Comércio Exterior e outros órgãos).

Para que este fato se concretizasse, foi necessário criar as condições elementares para o surgimento da industrialização, que não estavam presentes no Brasil porque nossa economia, ao contrário das de outros países cujas revoluções instauraram a burguesia no

poder, era desde a sua formação voltada para o comércio de matérias primas, em moldes muito parecidos com a extração colonial.

O café era nosso principal produto econômico, e as elites até então existentes ocupavam-se em defender seu empreendimento, utilizando-se do poder do Estado para garantia das vantagens excepcionais que mantinham seus lucros, processo este em que os produtores paulistas tiveram grande participação. (SCHWARTZMAN, 1982).

Por outro lado, havia outros grupos formados na sociedade brasileira, especialmente setores da burocracia civil e militar, classes médias e outros, afetados pelas conseqüências da política de proteção ao café, que paulatinamente conquistaram maior espaço na sociedade (FURTADO, 1998), sem que houvesse condições para que chegassem plenamente ao poder naquele momento.

Quando do advento da crise de 1929, o enfraquecimento dos setores rurais brasileiros abriu espaço para o surgimento de outros grupos dispostos a tomada do poder – no caso, a burguesia industrial, com o auxílio fundamental do Estado, que com base no planejamento construiu políticas de intervenção que deram conta, em suma, de alterar o centro dinâmico da economia nacional, conforme já amplamente debatido neste trabalho na Seção 1, acrescido neste momento da contribuição de Celso Furtado (1998).

Não fosse a atuação decisiva do Estado, nem a burguesia nem qualquer outro grupo social existente naquele período histórico seriam capazes, do ponto de vista político, de realizar a passagem do Brasil da economia colonial para a industrial, com as conseqüentes transformações sociais que tal alteração traz consigo, em face das características de nossa formação econômica.

É neste sentido que, em nosso ver, o Estado agiu para suprimir as carências destes grupos sociais, cujo desenvolvimento estava limitado pelas condições políticas e econômicas existentes antes da Revolução de 1930. Findo tais limites, estes grupos experimentaram um período de desenvolvimento e crescimento que lhes permitiu melhor atuar na defesa de seus interesses, ainda que formados com base nas regras legais então expostas.

Com base na premissa que utilizamos para analisar parte das teorias acerca da formação da burguesia nacional, somos levados a discordar de Schwartzman (1982), ao abordar as práticas das classes sociais e suas relações com o Estado e a economia (e estas em relação às classes). Com efeito, as elites paulistas não mantinham a posição expectadores dos processos sociais e econômicos brasileiros, mas, ao contrário, eram deles protagonistas.

Antes da Revolução de 1930, São Paulo era o estado da federação que detinha a maior parte da produção de café, que por sua vez era o principal produto gerido pela economia nacional de então. Foram também as elites paulistas que gestaram a política estatal de proteção e garantia da produção cafeeira, consubstanciada no Acordo de Taubaté, cujos efeitos já foram aqui debatidos.

Com a industrialização em pleno curso já no período seguinte, São Paulo já concentrava a maior parte da produção industrial (CANO, 2007; LEME, 1978) e suas lideranças de classe, especialmente Roberto Simonsen, participavam das formulações estatais de planejamento econômico, bem como possuíam uma visão ampla dos problemas nacionais e da forma pela qual poderiam melhor intervir na sociedade. (CARDOSO, 1972)

Estes exemplos apontam, em nosso ver, para um papel mais ativo das elites paulistas nos processos decisórios, divergindo em parte, portanto, do que propõe Schwartzman (1982), que entende a participação de São Paulo no poder como menor do que deveria ser em face de seu desenvolvimento econômico e social.

Detentoras da maior parcela do poder econômico, as elites paulistas eram atores privilegiados do processo de desenvolvimento econômico nacional, condição esta que permaneceu ao longo do tempo e foi decisiva quando, nos anos 1980, tomaram a decisão de apoiar um novo modelo de desenvolvimento baseado em plataforma mais liberal, conforme veremos na Seção 3.

3 CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 80 E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES SOCIAIS

As transformações políticas e econômicas que o Brasil atravessou ao longo dos anos 80, ambas oriundas das crises que acometeram o Estado e a sociedade na década que se convencionou chamar de “perdida” do ponto de vista econômico, mas que, por outro lado, possibilitou a derrota do regime de exceção e o ressurgimento da democracia, foram precursoras da ascensão de novos setores das elites ao centro do poder anos depois.

Acerca de tais acontecimentos, Brasília Sallum Junior (2003) aponta que, do ponto de vista econômico, o centro da crise foi a perda da capacidade de seguir com os pagamentos da dívida externa no início dos anos 80, agravando as relações entre o País e o capital internacional desenvolvidas anteriormente, sendo que as soluções para a questão implicavam em conseqüências tanto para as relações políticas internacionais quanto para as internas.

Primeiro porque, desde os anos 1970, estava em curso uma mudança no capitalismo mundial, que transitava do modelo industrial para o financeiro, conforme vimos na Seção 1.

Ademais, segundo o autor, as circunstâncias políticas internas do País também dificultavam a rearticulação com a ordem capitalista mundial, inclusive com a oposição passando a ser maioria na Câmara dos Deputados a partir das eleições de 1982.

Assim, na escolha da estratégia para vencer a crise acima descrita, o Governo de então estava diante de duas opções que lhe trariam conseqüências derradeiras. Ao optar pela associação ao capital internacional, adotando mecanismos econômicos que permitiram seguir com os pagamentos da dívida externa, instaurou um conflito com as forças internas brasileiras, especialmente com parte de sua base de sustentação político-social.

Com efeito, a estratégia escolhida para enfrentar o estrangulamento externo produziu uma crise política muito complexa. Ela começou por dissociar o governo da base de sustentação sócio-política do Estado Vargasista. O “ajuste externo” opôs-se ao receituário econômico da coalizão desenvolvimentista, que via no crescimento econômico nacional o valor básico a ser alcançado e fazia das empresas estatais seu pilar central de sustentação. A política governamental foi considerada recessiva, inflacionária e “injusta”, pois transferia todos os custos do “ajuste” para os agentes econômicos domésticos, principalmente para os assalariados e para as empresas estatais, evitando onerar os credores externos. Assim, as políticas de governo não só se dissociaram dos interesses imediatos da base de sustentação do Estado como passaram a ser consideradas ilegítimas, contrárias aos valores básicos da aliança desenvolvimentista (SALLUM, 2003, p. 37)

A consequência imediata desta opção foi o enfraquecimento da base de apoio do Governo, especialmente entre os dirigentes das estatais, que passaram a publicamente protestar contra a política econômica adotada, bem como entre os empresários, onde, segundo o autor, ocorreu a principal ruptura.

Foi no empresariado privado, porém, que ocorreu a fratura mais importante da base de apoio do Estado. Parte das elites empresariais não apenas se opôs à estratégia governamental de ajuste, mas aderiu a “projetos” alternativos para enfrentar a crise econômica, indicando claramente o esvaziamento da liderança do governo. Uma porção da elite empresarial, a dissidência mais numerosa, foi magnetizada por uma versão mais nacionalista e industrialista de desenvolvimentismo e uma outra, bem menor, foi atraída por uma variante periférica de neoliberalismo. (SALLUM, 2003, p. 37)

Tais acontecimentos auxiliaram a oposição, facilitando sua atuação e criando condições para a mobilização popular que culminou com o movimento das “Diretas Já”, momento em que, segundo o autor, houve uma redefinição do espaço legítimo da política na sociedade brasileira.

A entrada maciça da população na luta política em favor da superação rápida do regime autoritário produziu uma inovação substancial na vida política brasileira: obrigou o governo a tolerá-la, os meios de comunicação de massa fiéis ao regime a noticiá-la e as elites políticas a rejeitar as costumeiras condicionalidades interpostas à vigência da democracia no Brasil. De fato, a idéia de que não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade plena de associar-se e de manifestar demandas coletivas fortaleceu-se social e politicamente pelo amplo apoio das classes médias e das massas populares. A Campanha das Diretas redefiniu o espaço legítimo da política no Brasil (SALLUM, 2003, p. 37)

Mesmo a derrota da proposta de realização de eleições diretas no Congresso Nacional não arrefeceu o movimento pró-redemocratização, e as candidaturas colocadas para a escolha dos congressistas resumiam a disputa política da época: Tancredo Neves assimilou em seu projeto político as idéias desenvolvimentistas, que contavam com amplo apoio do empresariado industrial; a outra candidatura, de Paulo Maluf, associou-se ao pensamento neoliberal. A vitória do primeiro, com ampla maioria dos votos, poder ser considerada indicador de quais idéias predominavam entre as elites e na sociedade em geral nos anos 80, quais sejam, o nacional-desenvolvimentismo em uma versão renovada, que combinasse crescimento econômico e redistribuição de renda (SALLUM, 2003, p. 38)

O período que compreende o governo de José Sarney, chamado de Nova República, tinha como objetivos a realização da transição política e econômica do Brasil, onde seriam

eliminadas as estruturas institucionais de dominação e limitação da participação popular e estendidos os direitos e garantias fundamentais ao conjunto da população, bem como a promoção do desenvolvimento da economia nacional.

No que tange aos aspectos políticos da transformação pretendida, houve êxito, uma vez que foram desmontados os aparatos de repressão e os limites para o exercício dos direitos sociais e políticos, chamando atenção medidas tais como a convocação da Assembléia Constituinte, a liberdade partidária, a ampliação do direito ao voto universal secreto e direto, com o estabelecimento de eleições gerais para todos os níveis, garantia de ampla liberdade de associação para os sindicatos e demais organizações, fortalecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público, entre outras. Usando uma expressão consagrada pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o “entulho autoritário” foi “removido”.

Já no que concerne aos aspectos econômicos, a Nova República não atingiu seus objetivos completamente. De acordo com Sallum (2003), a elite política brasileira reproduziu por meio da Constituição de 1988 o modelo que entendia ser o ideal, a variante nacionalista do estatal-desenvolvimentismo em sua versão democrática, criando mecanismos constitucionais de proteção ao capital interno, de controle do Estado sobre o mercado, estabilidade aos servidores públicos e outros benefícios e reeditando estruturas já anteriormente utilizadas em um momento em que, no Mundo, a ideologia liberal estava para ganhar forte impulso face às transformações políticas ocorridas no final da década de 80.

Portanto, a Constituição de 1988 assegurou a permanência à velha articulação entre o Estado e o mercado no momento mesmo em que o processo de transnacionalização e a ideologia liberal estavam para ganhar uma dimensão mundial em função do colapso do socialismo de Estado. (SALLUM, 2003, p. 39)

Assim, apesar de ter completado do ponto de vista institucional o projeto da Nova República, o novo governo não conseguiu articular política e socialmente uma coalização que sustentasse o “projeto desenvolvimentista democratizado”, demonstrando uma fragilidade do próprio Estado, não somente porque as elites fizeram escolhas certas ou erradas, mas porque “[...] as circunstâncias em que ela operava eram muito difíceis para que pudesse ter sucesso” (SALLUM, 2003, p. 39).

Entre essas circunstâncias, o autor cita o momento da economia mundial, em que os recursos eram “drenados” do país para fazer frente aos compromissos internacionais, bem como a situação política existente à época, onde os movimentos sociais atuavam cobrando a

solução imediata das questões que julgavam prioritárias, tornando impossível a negociação de uma solução concertada para a crise. (SALLUM, 2003, p. 40).

Sallum destaca que as elites políticas tentaram solucionar a crise do Estado sem considerar que este havia perdido muito de sua capacidade de atuação, especialmente no que tange à autoridade e à força material. Face a estas perdas, as tentativas de controlar a economia e retomar o desenvolvimento esbarraram na resistência tanto dos atores externos, que ameaçavam com retaliação a qualquer tentativa de suspensão de pagamentos, quanto dos atores internos, que ora aderiam, ora vetavam as iniciativas governamentais, aumentando o clima de insegurança e instabilidade.

Esta instabilidade fez surgir entre as elites a tendência à migração para o projeto liberal, pois na medida em que estas viam com insegurança os rumos da economia e ante as soluções “heterodoxas” que lhes pareciam uma ameaça à propriedade privada e aos contratos, os empresários mobilizaram-se buscando moldar o Estado e controlar suas ações sob o prisma, ainda que parcial, do ideário neoliberal.

Ademais, as dificuldades de estabilizar uma nova forma de Estado estimulavam o crescimento no interior da elite brasileira de um novo projeto político para o país. Com efeito, na medida em que a elite econômica se tornava insegura e assustada com as iniciativas reformistas do governo da Nova República, sobretudo com as políticas heterodoxas de estabilização monetária, as idéias econômicas liberais passaram a se tornar relevantes para ela. Além de se mostrarem ineficientes para restringir a inflação e retomar o crescimento econômico de forma sustentada, as políticas heterodoxas foram interpretadas como ameaças à propriedade privada, pois restringiam a liberdade de mercado e ameaçavam os contratos. Daí em diante, a elite empresarial mobilizou-se para moldar as estruturas e controlar as ações do Estado orientando-se, pelo menos parcialmente, pelas concepções neoliberais que vinham sendo difundidas, desde os anos 1970, pelas instituições econômicas multilaterais, por *think tanks* e governos dos países centrais. [...] Assim, embora o liberalismo econômico só tenha se tornado hegemônico nos anos 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980. (SALLUM, 2003, p. 40-41).

O debate entre liberalismo e nacional-desenvolvimentismo tomou maior corpo a partir da Constituição de 1988, cuja proclamação exacerbou os ataques das elites empresariais e de seus líderes políticos e intelectuais contra a mesma, bem como a defesa de seus preceitos pelos trabalhadores e suas entidades, alcançando o ápice nas eleições de 1989. Nestas, a disputa das duas correntes, sintetizadas por Fernando Collor e Luis Ignácio Lula da Silva, foi o cerne das discussões, sendo que a vitória do primeiro dá início ao ciclo de hegemonia

neoliberal que se consolida nas eleições seguintes, em 1994, com a ascensão do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, ao centro do poder (SALLUM, 2003, p. 41).

Outra importante análise a ser considerada acerca dos mesmos aspectos é a de Luiz Carlos Bresser Pereira (1998).

O autor assevera que o modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro, que teve seu auge no período compreendido entre as décadas de 30 a 60, já se encontrava em processo de exaustão em 1980, por diversas razões, entre as quais se destacam: 1) crise fiscal, fruto da estagnação da renda e do crescimento econômico sofridas no período (que acabou conhecido como “década perdida”); 2) crise do modo de intervenção econômica do Estado, que não conseguia mais organizar e sustentar políticas públicas; e 3) crise do aparelho do Estado, uma vez que o modelo de organização estatal existente até então ainda persistia, na ótica designada pelo autor de “burocrática”, a qual se revelava insuficiente para governar a administração pública nesta nova quadra histórica.

Nesta perspectiva, afirma o autor que “a crise do modelo burocrático de administração pública, que foi introduzido no país nos anos 30, no governo Vargas, começou ainda no regime militar, devido a sua incapacidade de extirpar as práticas patrimonialistas ou clientelistas da administração”. (PEREIRA, 1998, p. 08)

Quando da Constituição de 1988, no que diz respeito aos fundamentos econômicos, ainda no entender de Bresser Pereira, prevaleceram as mesmas diretrizes que guiaram a intervenção estatal nos anos 50, que podem ser sintetizadas na perspectiva do nacional-desenvolvimentismo, com forte participação estatal na economia. No que tange à natureza da administração pública, o aparelho do Estado persistiu estruturado e se expandiu segundo as premissas adotadas para a administração pública na década de 30.

Por essa via, a inscrição dos interesses dos governadores na Carta de 1988 resultou no aumento do poder destes e na progressão de institutos “burocráticos”, de tal forma que, na avaliação de Bresser Pereira, as seguintes disposições resultam no “engessamento estatal”:

- 1) a criação do regime jurídico único para todos os servidores públicos de todos os níveis, bem como das autarquias e fundações, igualando em benefícios servidores das mais variadas carreiras públicas;
- 2) rigidez da estabilidade pública dos servidores, que inviabilizou qualquer tipo de exigência de trabalho daqueles, bem como resultou na quase impossibilidade de demissões no setor público, o que acabou por colocar contra o Estado um instituto criado para defendê-lo;
- 3) dificultar a distribuição das vagas remanescentes, através do endurecimento das regras e do nível dos concursos públicos;
- 4) eliminação da autonomia das empresas estatais e

autarquias; 5) criação de rigoroso sistema de privilégios para aposentados e pensionistas. (PEREIRA, 1998, p. 12-13)

Bresser atribui a estes dispositivos um caráter regressivo, pois, a seu ver, aprofundam características burocráticas, àquela altura já em claro descompasso com as mudanças que ocorriam em escala mundial e mesmo na sociedade brasileira, bem como credita à pressão exercida por setores da própria administração pública a inscrição daqueles na Constituição.

Em síntese, o retrocesso burocrático da Constituição de 1988 foi uma reação ao clientelismo que dominou o país naqueles anos, mas também foi uma afirmação de privilégios corporativistas e patrimonialistas incompatíveis com o ethos burocrático. Foi, além disso, uma consequência de uma atitude defensiva da alta burocracia, que, sentindo-se acuada, injustamente acusada, defendeu-se de forma irracional. (PEREIRA, 1998, p. 14)

Sobre o período em análise, sustento minha argumentação na contribuição de Angelo Del Vecchio (2006), segundo a qual, as crises política e econômica dos anos 80, que teriam ocorrido de forma simultânea, confundindo-se uma com a outra, têm origem, primeiramente, na pouca concretização ideológica dos caminhos a serem seguidos após a derrocada do regime militar, em 1985.

Isto porque a lógica plebiscitária existente durante todo o período de exceção, onde a disputa ideológica resumia-se em ser contra ou a favor do regime – ser “democrático” ou “reacionário” – facilitava o comportamento dos atores políticos e, inversamente, não contribuía para a solidificação de propostas alternativas às práticas então combatidas.

Feita a transição para a democracia, não havia um projeto claro acerca dos rumos que o Brasil seguiria, o que resultou em uma situação de indeterminação em que não havia se concretizado nenhuma alternativa política e econômica para o novo governo.

Na escassez de definições de longo curso, o caminho das oposições foi orientado pelas necessidades urgentes, e a democracia passou a ser, na melhor das hipóteses, algo que se renunciava no futuro. Com raras exceções, a administração cotidiana das disputas políticas tomou o lugar das deliberações de caráter estratégico. [...] Talvez como nunca em nossa história, os homens faziam história sem a consciência de que a estavam fazendo. (DEL VECCHIO, 2006, p. 93)

Concomitante às indefinições da política, a economia também encontrava-se em um período de crise, mais especificamente do modelo de desenvolvimento adotado pelo país nas últimas décadas, o estatal-desenvolvimentismo.

De acordo com o autor, o desenvolvimentismo teria concluído sua tarefa de dotar o Brasil de uma estrutura industrial, especialmente com o impulso final dado ao projeto durante

o Regime, mais precisamente no período do “milagre econômico” e com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, completando os objetivos traçados nos anos 1930.

É fato evidente que, ao menos durante o chamado milagre econômico (de 1967 a 1973) e sob o governo Geisel (de 1974 a 1979), a industrialização deu-se de forma intensa no país [...]. Por esta via, nem sempre retilínea, o primado militar levou a termo a missão fundamental conferida ao Estado nos anos 30, qual seja, a de edificar a estrutura industrial brasileira, missão essa que se completaria, como se completou, quando da constituição de um setor interno de infra-estrutura e de insumos básicos sob o domínio de capitais nacionais ou públicos. [...] independente da adequação ou da estratégia e dos investimentos constantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento de Geisel, é fato incontestado que a prática decorrente deste plano implicou a conclusão do projeto, anunciado nos idos de 1930, de construção de uma economia industrial, com larga margem de autonomia. (DEL VECCHIO, 2006, p. 95)

Assim, a crise do estatal-desenvolvimentismo teria com causa principal a realização completa de seus objetivos, e não desvios corporativos e clientelistas, como afirmou Bresser Pereira (1998), nem devido à impossibilidade, causada pelo próprio Estado, de expressão das massas populares, conforme Sallum Jr (2003), porque tais considerações, segundo Del Vecchio, eliminam a possibilidade de participação do Estado na construção dos novos caminhos pelos quais deveria seguir o país pós 1985, bem como consideram como elementos de constituição do desenvolvimentismo práticas que, se ocorreram durante a vigência deste modelo, não serviram de condição para sua criação nem foram por ele criadas.

A rigor, as interpretações de Pereira e Sallum interditam a possibilidade de redefinição da missão do Estado desenvolvimentista brasileiro num contexto em que se somavam, de um lado, a necessidade de adequação desse mesmo Estado às novas imposições do capitalismo em escala global e, de outro, a situação histórica concreta brasileira que indicava o imperativo de novos focos de atuação da esfera pública no contexto do desenvolvimento. Ademais, embora as práticas apontadas, de clientelismo e controle autoritário das massas, tivessem vigência sob o Estado desenvolvimentista, não está provado que lhe sejam intrinsecamente constitutivas: além de terem origem na época colonial, são instrumentos dos quais o regime de 1964 usou e abusou e sem os quais não poderia subsistir. (DEL VECCHIO, 2006, p. 96)

Deste processo simultâneo de crises surgiram, de acordo com Del Vecchio, três identidades políticas, sendo que duas delas iriam, anos depois, ascender aos postos de comando da política nacional.

Uma delas, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, fez da vertente nacionalista do estatal-desenvolvimentismo seu principal projeto e valeu-se da hegemonia que

tal modelo encontrava na sociedade de então para inscrevê-lo no texto da Constituição de 1988.

Outra, o Partido dos Trabalhadores – PT, também surgiu no esteio das crises dos anos 1980, colocando-se como alternativa política aos partidos e práticas consideradas por seus militantes como responsáveis pela exploração dos trabalhadores e por suas mazelas. Identificavam no Estado seu “inimigo”, não em sentido anarquista, mas sim como causa dos problemas políticos que a agremiação se propunha a enfrentar, especialmente no meio sindical.

Por fim, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, surge em oposição aos rumos econômicos indicados pela Carta de 1988, notadamente em relação ao nacional-desenvolvimentismo. Oriundo do PMDB, o PSDB colocou-se como a agremiação representante das novas idéias neoliberais mundialmente crescentes e que já permeavam parte da sociedade brasileira.

Desde então, o PSDB consolidou-se como portador de um projeto reformista em perfeita sintonia com os processos de solução da crise do Estado em escala global, pautados pelo encolhimento da atuação pública na área de infra-estrutura (através dos programas de privatização), pela abertura das economias nacionais à participação de investimentos estrangeiros, pela desregulamentação pública de áreas estratégicas etc. Em suma, o PSDB, desde sua fundação, renunciava o proverbial “acerto de contas com a Era Vargas” que Fernando Henrique Cardoso anunciara, ao se despedir do Senado Federal, em 1994. (DEL VECCHIO, 2006, p. 98)

Ainda de acordo com o autor, as eleições de 1989 alçaram a crítica ao Estado nacional-desenvolvimentista ao centro dos debates, ocasionando a derrota eleitoral do PMDB e a ascensão das idéias neoliberais. Neste diapasão, ganha sentido mais profundo a afirmação, feita no início da explanação, de que a “crise do Regime se confunde com a crise do Estado” (DEL VECCHIO, 2006): completado o ciclo de transição do regime militar, a derrocada do autoritarismo também significou a perda de espaço político do estatal-desenvolvimentismo e de seus representantes.

Em momento de crise causada exatamente pela ausência de ideologias capazes de galvanizar o conjunto da sociedade, o ideário neoliberal encontrou terreno fértil, facilmente galgando apoios os mais diversos em torno de suas propostas de “reformas”.

O palco da política era receptivo às novas forças. De uma hora para outra, tradição, experiência e habilidade comprovada deixaram de ser qualidades desejáveis pelo eleitor médio. Se, até a instalação da Assembléia Constituinte, o passado de lutas era estandarte que qualificava seu portador,

em 1989 isso passou a ser apenas um peso que o candidato teria de arrastar na corrida presidencial – que, salvo engano, inaugurou a era dos grandes espetáculos de marketing nas campanhas. Talvez essa disputa eleitoral tenha marcado o avanço da onda liberal no País, com os temas da desconstrução do Estado e da estabilização econômica alçados à condição de verdades bíblicas. (DEL VECCHIO, 2006, p. 99)

As proposições acima expostas apontam para a ocorrência da hipótese de estudos deste trabalho e serão melhor analisadas a seguir. Antes, porém, vejamos as condições em que se deu a formação do PSDB segundo o próprio manifesto de fundação da agremiação. Ainda, uma melhor conceituação do projeto de reformas do Estado brasileiro será realizada, a fim de verificarmos a proximidade das propostas.

4.1. O projeto de reforma do Estado adotado pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Vimos que da crise política e econômica dos anos 1980 surgiram as identidades políticas que exerceriam os principais papéis de liderança na década seguinte. Uma delas, o PSDB, merece especial atenção, uma vez que sua ascensão ao poder consolidou o processo de reforma do Estado e de suas estruturas, cujos efeitos no interior das elites econômicas e políticas é o objeto da presente pesquisa.

Para os fins deste trabalho, importa conhecer, ainda que em linhas gerais, tal ideário, a fim de melhor conceituar o termo “reformas” e seus efeitos em relação ao Estado e a sociedade.

Resumidamente, este novo modelo tinha por objetivo “diminuir o tamanho” do Estado — que, em consequência da “velha” política desenvolvimentista “varguista”, tinha se expandido para muito além de suas funções precípuas —, concentrando-o em ações públicas essenciais, deixando para o mercado o controle da economia e para a sociedade a organização e a gestão de setores que, não obstante não sejam privados, podem ser administrados por particulares, cabendo ao Estado o financiamento das atividades e a fiscalização dos resultados.

Neste sentido, o programa de fundação do PSDB apresenta as diretrizes gerais do projeto, apontando as críticas ao modelo então vigente e as soluções para os problemas por ele gerados.

Logo de início, o documento apresenta sua análise da realidade política da segunda metade da década de 1980, criticando o texto da nova Constituição.

Em algumas semanas uma nova Constituição deve ser promulgada no Brasil. Com todos os defeitos que se possam apontar, ela contém avanços importantes em relação aos direitos e garantias individuais e coletivos; assegura ampla liberdade política; possibilita o revigoramento da Federação e uma divisão mais equilibrada dos Poderes; expressa uma preocupação clara com o resgate da “dívida social”.

Por tudo isso, o momento da promulgação da nova Carta deveria ser de otimismo e confiança no futuro do País. Infelizmente, é outro o clima que se respira hoje no Brasil. Enquanto o amanhã desenhado pela Constituinte ainda é uma carta de intenções, cresce por toda parte a decepção com a Nova República. Mesmo sem ser causadora dos problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros - problemas que têm raízes fundas no passado e se agravaram nos vinte anos do regime autoritário -, ela se mostra incapaz de resolvê-los ou sequer de apontar soluções convincentes. (PSDB, 1988, p. 01)

Seguindo com a análise, o partido critica o Governo de José Sarney e as práticas por ele adotadas, afirmando serem estas uma das causas das crises econômica e política então vigentes.

Em seu primeiro ano, o Governo presidido por José Sarney, com a sustentação política da aliança democrática, deu passos no sentido da institucionalização da democracia, culminando com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Desafortunadamente, o impulso de mudança parou aí. Porque preferiu aderir às estruturas autoritárias do Estado em vez de reformá-las, o Governo deixou que as políticas sociais alardeadas se esvaíssem na ineficiência burocrática, no empreguismo, no clientelismo e na corrupção. Foi incapaz de manter uma estratégia de negociação da dívida externa coerente e compatível com taxas razoáveis de crescimento interno; promoveu o Plano Cruzado, mas sem complementá-lo com o ataque às causas estruturais da inflação; aumentou a desorganização do investimento público; e ainda agora parece oscilar entre as tentações do populismo e a política recessiva ditada pelos credores externos. No plano político, dedicou-se a enfraquecer e desbaratar os partidos que lhe davam sustentação. (PSDB, 1988, p. 01-02).

Diante de tal avaliação, o partido afirma ser necessária a criação de outra agremiação cuja prática política seria a oposta da tradicional, um contraponto às práticas então vigentes e aos objetivos políticos traçados na Constituição.

Hoje, para sustentar politicamente medidas que assegurem a retomada do desenvolvimento, para dar início às reformas inadiáveis e prosseguir a construção da democracia, é preciso mais do que uma mera legenda eleitoral que abrigue forças heterogêneas. Por isto, tornou-se imperativo reunir brasileiros que se comprometam com um ideário simples e claro de reformas e que aceitem conscientemente participar de um **partido**, no qual a fidelidade aos princípios programáticos, a começar pela democracia interna, dê ao eleitor a garantia de que seu voto não será traído.

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, *contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação*. Nasce longe

das benesses oficiais mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança. (PSDB, 1988, p. 02, grifos em negrito do autor e em itálico nossos).

Continuando, o manifesto vai lançando as bases da “reforma” que pretendiam realizar, especialmente acerca da relação entre Estado e sociedade.

Diferentemente dos populistas de ontem e de hoje, entendemos que a preocupação com uma distribuição justa da renda e da riqueza exige definição clara das prioridades das políticas públicas e estímulo à eficiência na produção, sem o que não há medidas distributivas que se sustentem. Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil.

Recolhendo a herança democrática do liberalismo, não partilhamos com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado. Nem pretendemos, como eles, tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, na concepção de democracia do PSDB, a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis requer transparência da informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas. (PSDB, 1988, p. 03-04)

Para promover a “renovação”, o partido desenvolve uma série de propostas que versam desde a economia e a política até sobre questões ambientais, passando pela instauração do regime parlamentarista e da democracia. Para os fins deste trabalho, importa analisarmos as proposições que tangem à política e à economia, que lançam as bases das “reformas” e que se consolidaram como as principais propostas da agremiação.

Acerca do crescimento econômico, o partido coloca que a competitividade e a eficiência, bem como a integração com a economia mundial, são os caminhos para a retomada do desenvolvimento, em contraponto à concessão de benefícios e protecionismos por parte do Estado.

O crescimento econômico rápido e sustentado é condição necessária para a erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Isto não implica em adiar a divisão mais justa da renda para um futuro remoto. Implica, sim, em saber que o crescimento e a distribuição da renda exigem grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos.

Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial. [...] De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência, aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de

isolamento econômico, de criação de “cartórios” que exploram o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial. (PSDB, 1988, p. 06)

Por fim, acerca do Estado, o manifesto propõe a “reforma” de suas estruturas e práticas, que deveriam guiar-se pela eficiência.

Simultaneamente ao enfrentamento dos desafios imediatos da inflação e da dívida externa, é preciso atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado, cuja necessidade todos reconhecem, mas em relação à qual se tem falado muito e agido pouco.

O Estado brasileiro aplica hoje na área social uma parcela do Produto Interno Bruto maior do que os outros países na mesma faixa de renda por habitante, mas apresenta indicadores básicos de condições de vida, como mortalidade infantil, piores do que os desses países. A conclusão é clara: é fundamental dar prioridade ao social na distribuição do gasto público, mas é preciso também que os recursos aplicados cheguem de fato à população carente, convertendo-se com a máxima eficiência em melhores condições de alimentação, saúde, educação, habitação, transportes coletivos e meio ambiente. Isto requer ação política tenaz do Executivo e do Legislativo, nas esferas da União, dos estados e dos municípios, envolvendo uma ampla reforma do setor público. [...] Mais do que reforma administrativa em sentido estrito, se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado, abrangendo tanto a administração direta como a indireta. (PSDB, 1988, p. 08)

Como vimos, o manifesto de fundação do PSDB lançou as bases do projeto que, apenas seis anos depois, chegaria ao poder com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidente da República e a vitória do partido nos principais estados brasileiros, especialmente São Paulo, sendo que as condições para tamanha ascensão serão debatidas a seguir.

Por fim, acerca do conceito de “reforma do Estado” propriamente dito, importa ressaltar que a idéia central era a de diminuir o papel do Estado na sociedade como um todo, mais especificamente na economia, ambiente onde sua presença seria nociva, de acordo com os defensores da ideologia neoliberal.

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. [...] Para realizar esta função esses [...] objetivos, [de desenvolvimento econômico e estabilidade] o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências que daí resultaram, deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado [...] [bem como] a descentralização para o setor público não estatal

da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. (BRASIL, 1995, p. 14)

Na mesma linha, preceitua Bresser Pereira que “pressupõe-se que as empresas (que fornecem bens e serviços ao mercado) serão mais eficientes se controladas pelo mercado e administradas privadamente. Daí deriva o princípio da subsidiariedade: só deve ser estatal a atividade que não puder ser controlada pelo mercado”. (PEREIRA, 1998, p. 23)

Tal redução das funções e das dimensões do Estado dar-se-ia centralmente pela privatização das empresas estatais existentes e pela descentralização de parte dos serviços públicos para as organizações sociais, que são entidades públicas não estatais, com regime jurídico de direito privado, criadas para administrar os serviços públicos que não devem ser estatais, pois não necessitam do poder-de-Estado, mas que também não são privados, na medida em que recebem recursos públicos. (PEREIRA, 1998, p. 25)

As proposições de Sallum (2003) e Del Vecchio (2006) acerca das razões pelas quais o projeto nacional-desenvolvimentista não se sustentou no momento de transição do regime militar são em grande parte as adotadas por nosso trabalho como hipóteses para o acontecimento tomado por objeto, qual seja, a migração de importantes setores da burguesia nacional para o projeto neoliberal e a conseqüente substituição dos atores alinhados ou associados com o modelo nacional-desenvolvimentista dos postos de comando da política e da economia.

As indefinições políticas dos anos 80, aliadas à crise econômica aguda existente no período, que reunia a um só tempo inflação e falta de crescimento, foram terreno fértil para o surgimento de novas idéias, especialmente aquelas que se opusessem aos problemas então colocados.

Ante uma situação em que não havia, por parte dos aliados ao projeto nacional-desenvolvimentista, clareza acerca das medidas necessárias à garantia da retomada do crescimento econômico, com as sucessivas equipes econômicas do período variando a aplicação de mecanismos os mais diversos sem que nenhum deles tivesse sustentação política suficiente nem entre as elites, nem na sociedade como um todo, o espaço para novas propostas teria se aberto para o estabelecimento da ideologia neoliberal entre as elites econômicas e políticas.

Foge aos fins deste trabalho a realização de um estudo aprofundado das circunstâncias econômicas nacionais do período que resultaram nos seguidos insucessos dos planos econômicos aplicados, tanto os de cunho desenvolvimentista quanto os mais ortodoxos.

Porém, em um período de cinco anos, o governo da Nova República não conseguiu estabelecer um padrão de atuação, alternando sua visão acerca dos problemas nacionais, situação esta ocasionada pelas disputas no interior da equipe econômica entre aqueles que defendiam o controle da dívida externa e os investimentos públicos para acelerar o crescimento econômico, representados por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, João Manoel Cardoso de Mello, Dilson Funaro e João Sayad, para citar alguns expoentes desse grupo, e os que viam no déficit público e no excesso de demanda as causas principais da inflação, capitaneados por Francisco Dornelles, André Lara Resende e Pêrsio Arida, entre outros, se assim podemos resumir as contradições então existentes. (SOUZA, 2007)

Soma-se a isso as instabilidades políticas inerentes ao período de transição do regime militar para o democrático, a formação da Assembléia Nacional Constituinte e os debates em torno de sua formulação e a grande expansão dos movimentos sociais, que livres das regras de exceção, rapidamente retomaram sua organização e passaram a atuar em busca da conquista de seus interesses.

O ideário liberal já estava sendo posto em prática em outros países, especialmente na Europa e, de forma diferente, porém correlata, nos EUA, e só não aportou antes no cenário político nacional porque, enquanto em outros países a questão política central era a crise econômica e a estagnação, no Brasil a disputa principal ocorria em torno da derrota do regime militar. Assim que a economia ocupou o centro dos debates nacionais, o ideário neoliberal conquistou adeptos.

Em um ambiente de tamanha efervescência, a associação entre as crises econômica e política e o estatal-desenvolvimentismo encontrou, como bem apontou Del Vecchio (2006), terreno fértil, com o conseqüente aumento de espaço na sociedade para os defensores de projetos cujo centro era alterar exatamente o modelo então vigente, que teria “envelhecido”.

Há outra hipótese para a defesa do projeto neoliberal por parte da burguesia nacional, que seria a percepção de uma oportunidade de negócios advinda do ciclo de privatizações que se iniciava.

De acordo com Licínio Velasco Jr (1997), a burguesia nacional, ainda que não inteiramente convencida do ponto de vista ideológico de que o projeto neoliberal era a melhor opção para o país naquele momento de indefinições, percebeu nas privatizações uma

oportunidade de adquirir parte do patrimônio estatal, pois o modelo de privatização adotado permitia a participação de diversos setores da economia no processo.

Entretanto, o importante a destacar é que o modelo adotado permitia que investidores com diferentes perspectivas – de longo prazo, de curto prazo e aqueles para os quais o investimento tinha um caráter estratégico mais específico – passassem a ver as privatizações como uma oportunidade de negócio, compatível com as suas possibilidades de mobilização de recursos, independentemente do valor da privatização. [...] O modelo havia sido *aceito* por segmentos interessados da sociedade, ligados ao mundo capitalista, através de um modelo que ampliava o número de beneficiários. Estava formada, assim, uma importante rede de coalizão de apoios ao PND. (VELASCO, 1997, p. 27-28)

Em nosso ver, a hipótese aqui levantada por Velasco (1997) acerca da visão de parte do empresariado nacional sobre os processos de reformas que estavam em curso nos anos 1990 é coerente, mas seu melhor entendimento sociológico ocorre quando analisada com base nas premissas de Cardoso (1972) de que a burguesia nacional tem dificuldades de se enxergar enquanto classe, não consegue formular um pensamento “de classe” sobre o Brasil e sobre as questões da política nacional, mas tem grande capacidade de perceber boas oportunidades de negócios, em especial os que envolvam o Estado e seus recursos.

Apesar de não formular uma posição geral da classe empresarial sobre o tema (com exceção das elites paulistas, como veremos na Seção 4), a burguesia nacional teria criado a expectativa de poder participar dos processos de privatização, adquirindo parte do patrimônio que seria leiloado, comportamento este que vai ao encontro das proposições de Cardoso (1972) e de outros autores aqui trabalhados, mesmo porque o apoio às privatizações revela outra característica própria da classe, a ambiguidade de suas posições em relação ao Estado e a participação deste na economia, questão já trabalhada na Seção 1 com base em Ianni (1989).

Assim, entendemos que a hipótese acima trabalhada também serviu como fator de convencimento para o apoio das elites econômicas ao projeto neoliberal, ainda que de forma complementar à primeira, baseada nas indefinições políticas e econômicas daquele momento histórico e seus desdobramentos.

No que tange ao modelo de desenvolvimento, nos parece serem mais corretas as proposições de Del Vecchio (2006) acerca das razões pelas quais o nacional-desenvolvimentismo, apesar de ser o modelo mais bem aceito pelas elites de então, a ponto de ser entronizado na Constituição, não conseguiu se estabelecer, se comparadas às demais aqui expostas.

Isto porque os argumentos de Sallum (2003) e de Bresser Pereira (1998), respectivamente da ausência do controle social pelo Estado e desvios corporativos e clientelistas, não contemplam, como bem afirmou Del Vecchio (2006) o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, nem em relação ao passado, pois apontam como fatores principais do insucesso do desenvolvimentismo nos anos 1980 as práticas gestadas pelo modelo adotado, nem em relação ao futuro, pois preconizam – no especial caso de Bresser Pereira – a diminuição da participação do Estado, que passaria a atuar somente nas questões que lhe são intrínsecas.

Conforme debatemos na Seção 1, a participação do Estado no desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro foi fundamental. Sem a presença estatal a burguesia industrial não conseguiria, por seus próprios esforços, alçar-se aos postos de controle da sociedade, então ocupados pelas oligarquias agrárias, bem como o proletariado e os demais movimentos sociais formados após a Revolução de 1930, especialmente o sindical, não atingiriam o grau de organização por eles alcançado no decorrer dos anos posteriores. Assim, não nos parece viável estudar o desenvolvimento capitalista brasileiro desconsiderando o papel do Estado ou reduzindo-o a mecanismos de dominação política.

Ademais, apoderam-se de práticas presentes na sociedade brasileira desde o período colonial e as colocam como advindas ou ligadas ao modelo nacional-desenvolvimentista, o que não é correto, também em nosso ponto de vista.

Já existia clientelismo e corporativismo mesmo antes da formação do Estado brasileiro nos moldes capitalistas (conforme vimos na Seção 2), bem como os controles sobre a participação social nos processos políticos também não foram criados a fim de sustentar o desenvolvimento econômico.

Por fim, apontamos que, se estivesse plenamente correta a afirmação de que o desenvolvimentismo baseou-se no clientelismo (não conseguindo sustentar-se quando das plenas liberdades conquistadas em 1980), o crescimento econômico de São Paulo teria de ser explicado de forma diferente, na medida em que, de acordo com Schwartzman (1982), em São Paulo os mecanismos de cooptação não tinham a mesma força.

Finalmente, o melhor entendimento que a hipótese de Del Vecchio (2006) traz para a questão do modelo de desenvolvimento propriamente dito, em nosso ver, é que aquele que seria construído nos anos 1980 deveria considerar os resultados já alcançados nos anos anteriores para, com base em tais dados, projetar a atuação do Estado na economia para o futuro.

Tal afirmação deriva do fato de que, se não se tratava de reproduzir o modelo tal como fora formulado em 1930, também não era o caso de excluir ou diminuir o papel do Estado, posto que o objetivo do programa desenvolvido a partir de 1930 era tornar a economia nacional independente, sendo o método para tanto utilizado o da substituição de importações, estratégia esta que, novamente em nosso ver, não estava completa, não obstante tivesse avançado amplamente.

Vimos que, em nosso entendimento, o qual baseamos nas obras de Ianni (1991), Mello (1994) e Simonsen (1932, 1933 e 1934), para nos utilizarmos apenas de autores aqui citados, o objetivo das novas elites econômicas e políticas que chegaram ao poder em 1930 era inverter os mecanismos de dominação econômica existentes até então, cujos efeitos e funcionamento já foram debatidas neste trabalho na Seção 1.

Atrelada ao comércio internacional do café, nossa economia tinha seu eixo dinâmico voltado ao capital externo, o que impedia o Brasil de se desenvolver economicamente.

Não obstante a industrialização não fosse plataforma direta da Aliança Liberal, a crise de 1929 e suas conseqüências para o país precipitaram a escolha do ingresso no capitalismo industrial como forma de desenvolvimento, impulsionados, também, pelas condições internacionais favoráveis a tanto.

Uma vez no poder, a aliança entre Estado, burguesia nacional e proletariado pôs em prática um plano de recuperação econômica baseado nos recursos advindos do café que em pouco tempo possibilitou a criação de uma base industrial forte o suficiente para impulsionar o crescimento nacional por quase cinco décadas.

Considerando que havia a hipótese de industrializar o país com base na associação ao capital estrangeiro, estratégia esta, inclusive, adotada nos anos posteriores, nos parece que o objetivo era buscar a independência econômica nacional, usando como estratégia a substituição de importações.

Há outro argumento que reforça nossos apontamentos acerca dos objetivos do nacional-desenvolvimentismo, que é a contradição existente entre as forças políticas do período acerca das remessas de lucros ao exterior praticadas pelas empresas estrangeiras aqui instaladas.

No período do governo Dutra (1945-1950), a política cambial adotada privilegiava o envio de recursos ao exterior, por meio de uma série de mecanismos cujo efeito foi, conforme Getúlio Vargas (1952) apontou em discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1951, a extração, no período de 1948 a 1950 da quantia de 950 milhões de dólares do Brasil, através

de remessa de seus lucros aos países de origem, recursos estes obtidos por meio de suas operações comerciais aqui efetuadas – logo, recursos brasileiros. (VARGAS apud IANNI, 1991, p. 97-100)

Não fosse a intenção de ao menos parte dos dirigentes construir uma economia nacional independente, a preocupação acerca dos efeitos da internacionalização de nossa economia não existiriam, razões que apontam, em nosso ver, para a hipótese de que o objetivo do nacional-desenvolvimentismo era de tornar independente a economia nacional.

Em suma, boa parte da política econômica governamental dos anos 1930-45 refletia principalmente os interesses de grupos econômicos e políticos, bem como de membros do próprio governo, com o objetivo de reformular a *dependência estrutural* que caracterizava o subsistema econômico brasileiro da época. (IANNI, 1991, p. 44)

Nosso esforço em demonstrar a hipótese tem como razão principal o fato de que, quando da crise dos anos 1980, a questão fundamental colocada pelo modelo desenvolvimentista – a independência econômica – ainda não havia se concretizado, não obstante tivesse conhecido largos avanços.

As remessas de lucro ao exterior, caracterizadas não só pelas inversões de lucros, mas também pelo pagamento de juros da dívida externa, somaram no período de 1980-1989 a cifra de US\$ 150 bilhões (Souza, 2007). Ainda, houve desnacionalização de setores importantes da economia, tais como o químico, fármaco e outros.

Nestes termos, em nosso ver, antes de se reduzir ou eliminar a participação do Estado na economia, o mais correto do ponto de vista político seria a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista, adaptado às novas exigências da época, mas sem prescindir de seus instrumentos.

Não foi, no entanto, o que ocorreu. Como vimos, a falta de um direcionamento ideológico claro do conjunto das forças políticas nacionais acabou por facilitar o avanço do ideário neoliberal na sociedade, especialmente entre os empresários paulistas, significando, a um tempo, a substituição de representantes do nacional-desenvolvimentismo tanto das elites econômicas quanto nas políticas.

Na seqüência, passaremos à análise de outros documentos e dados empíricos pesquisados que apontam a migração do pensamento de parte substancial das elites nacionais para tal projeto.

4 ANÁLISE DE DADOS E DOCUMENTOS QUE APONTAM A ASCENSÃO DE ATORES POLÍTICOS E ECONÔMICOS LIGADOS AO PROJETO NEOLIBERAL

Vimos ao longo do presente trabalho que as crises econômica e política pelas quais o Brasil passou ao longo dos anos 1980 concorreram para o surgimento de um novo projeto de desenvolvimento entre as elites, anteriormente associadas ao estatal-desenvolvimentismo, mas que passaram, em sua maioria, a defender a adoção do projeto neoliberal então crescente em todo o Mundo.

Analisadas nas seções anteriores as bases dos projetos aqui em debate e as prováveis razões pelas quais um prevaleceu sobre o outro nos anos 1990, passaremos agora a verificar a existência de dados e documentos que também apontem para a ocorrência de uma transformação no pensamento de parte das elites nacionais e da substituição de alguns de seus membros nos postos de controle da sociedade.

Nestes termos, os argumentos aqui expostos devem ser tomados como complementares aos expostos na Seção 3.

4.1. Transformações nas elites econômicas: ascensão de setores e lideranças identificadas com o projeto neoliberal

Em relação às elites econômicas, se até a década de 1980 as elites industriais ligadas ao modelo estatal-desenvolvimentista tinham maior destaque entre os membros da burguesia nacional, garantindo o controle das políticas de fomento estatal para seu setor e figurando como lideranças da classe, as mudanças acontecidas no capitalismo mundial e a ascensão da ideologia neoliberal no Brasil e no mundo irão trazer conseqüências diretas para estes atores. especialmente os paulistas.

De acordo com Wilson Cano (2007), a participação da indústria paulista no PIB nacional, que era de 56,4% em 1970, caiu para 47,3% em 1980, depois para 44,7% em 1989, chegando a 33,1% em 2002, demonstrando a acentuada retração. No mesmo período, o setor terciário paulista, que em 1970 representava 35% do PIB nacional, em 2002 passa a representar 33,3% do total produzido, evidenciando a superação de um setor pelo outro. (CANO, 2007, p. 18)

Tal diminuição deu-se, de acordo com Sallum (2003), em grande parte devido ao deslocamento das políticas estatais de desenvolvimento econômico para a promoção dos setores fortalecidos com as privatizações, tais como os de serviços e o financeiro.

A substituição do antigo nacional-desenvolvimentismo por uma estratégia liberal de desenvolvimento redirecionou o Estado em relação a vários setores socioeconômicos. Ressalta-se, a propósito que, desde o lançamento do Plano Real até janeiro de 1999, a estratégia liberalizante privilegiou nitidamente a esfera financeira ante as atividades produtivas e comerciais por meio das políticas de juros altos e câmbio sobrevalorizado. Estas duas políticas funcionaram o tempo todo como bombas de sucção dos recursos do Estado e das atividades produtivas e comerciais para os detentores, locais ou estrangeiros, de capital financeiro. (SALLUM, 2003, p. 46)

O autor ressalta, ainda, outras medidas que, direta ou indiretamente, atuaram como freios da expansão industrial brasileira, notadamente as privatizações, uma vez que várias empresas estatais davam suporte à economia; o fim do direcionamento das políticas públicas para as companhias privadas nacionais, com a equiparação constitucional das multinacionais (antes detentoras de menos direitos que as nacionais) e o incentivo ao investimento estrangeiro, inclusive com a adequação da legislação, entre outras. (SALLUM, 2003, p. 47).

Os dados acima expostos apontam que, desde o final da década de 70 e mais intensamente a partir dos anos 1980, o setor industrial, que ao longo das décadas anteriores conquistou maior desenvolvimento entre os demais segmentos da economia, perdeu gradualmente seu dinamismo. As razões dessa mudança se prendem à alteração do capitalismo mundial, que a partir dos anos 1970 passou a privilegiar o capital financeiro em detrimento do produtivo, conforme vimos na Seção 1. Esse processo é marcado pelo crescimento do setor de serviços e pelo redirecionamento das políticas estatais de fomento ao setor industrial para outros ramos da economia.

De outra parte, alterações dessa magnitude requerem e também são impulsionadas por modificações no âmbito da hegemonia. O afrouxamento do controle estatal sobre as economias nacionais, a diminuição das práticas protecionistas e a retração das ações de fomento industrial, todos processos decorrentes da inflexão dos anos 70 e 80, fizeram-se acompanhar pela prevalência do ideário neoliberal, no Brasil e em outros países.

E a conseqüência para as elites econômicas desta perda relativa de importância do setor industrial como um todo, em nosso ver, foi a diminuição da influência dos industriais enquanto membros daquelas, perdendo espaço para outros atores advindos do setor de serviços, das novas empresas surgidas das privatizações e do capital financeiro, que além de

assumirem os postos de maior destaque como representantes de sua classe, também adquiriram o poder de influenciar as políticas estatais de fomento à economia.

Neste sentido, estudo efetuado por Eli Diniz, Renato Raul Boschi e Fabiano Santos (2000) aponta que, do final dos anos 1970 até meados de 1990, os industriais, especialmente os de São Paulo, foram gradualmente perdendo influência política entre seus pares, enquanto outros atores, mais alinhados ao projeto neoliberal, os substituíram.

Utilizando-se do *ranking* de lideranças empresariais publicado pelo jornal Gazeta Mercantil, os resultados, em linhas gerais, foram os seguintes: enquanto em 1979, dos onze nomes mais votados oito eram de industriais, em 1989, dos vinte e dois mais votados, somente onze eram industriais (ou seja, em 1979, os industriais ocupavam 70% do *ranking* de lideranças empresariais mais influentes, enquanto que em 1989, 50%).

Já em 1995, última eleição feita pelo jornal, dos 32 mais votados apenas 12 eram industriais, sendo que, neste ano, uma outra alteração se faz notar: os empresários paulistas deixaram de ser maioria entre os eleitos.

Estendendo-se a análise dos *rankings* dos líderes empresariais nacionais até sua última edição no ano de 1995, pode-se aprofundar as considerações acerca da composição do grupo mais influente do empresariado, destacando-se uma renovação nos seus quadros, que contrasta com a tendência conversadora da década anterior.

A percepção desta renovação fica muito evidente se observarmos o resultado da última edição do Fórum, quando, pela primeira vez, houve uma total renovação nos 10 nomes mais votados. Muito mais do que a mera renovação, sete dos membros eram gaúchos, desbancando pela primeira vez os empresários paulistas, que sempre foram maioria. [...]

De um total de 32 nomes que constam da relação dos 10 maiores líderes empresariais nas sete edições do período 1989-95, apenas oito (25%) aparecem quatro vezes ou mais. À parte da renovação total da edição de 1995, o surgimento de novos nomes foi um processo contínuo no período, com destaque para o ano de 1990, que apresentou renovação de 50%. Combinado com a aparição de três novos nomes nos anos anterior e posterior, pode-se perceber que o processo de renovação já estava em marcha na virada da década. (BOSCHI; DINIZ; SANTOS, 2000, p. 44-45)

Ainda, outro estudo citado pelos autores e realizado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que monitorou a aparição de lideranças empresariais na mídia entre os meses de março a agosto de 1990, apontou a predominância de empresários mais alinhados com as propostas de reforma que estavam em pleno debate no período e que buscavam desvencilhar-se da imagem de incompetentes e dependentes da proteção estatal,

especialmente os filiados ao PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais e aos Institutos Liberais. (BOSCHI; DINIZ; SANTOS, 2000, p. 48).

Ambas as pesquisas supracitadas apontam a gradual ascensão de líderes empresariais mais alinhados com o projeto de reformas liberais então em curso, bem como levantam outra hipótese de nosso trabalho, que é a de que houve uma mudança no pensamento de parte das elites empresariais acerca de qual o melhor projeto de desenvolvimento para o País.

Neste sentido, pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – IDESP no começo dos anos 1990, intitulada *As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate*, organizada por Bolívar Lamounier e Amaury de Souza apresentou resultados relevantes sobre o pensamento das elites brasileiras no período.

Partindo do propósito inicial de entender o posicionamento deste segmento social acerca das questões políticas e econômicas presentes no Brasil naquele período histórico, a pesquisa adotou como conceito de “elites” o termo “lideranças”, ou seja, fazem parte das elites todos aqueles que exercem influência social.

Que é “elite”? O termo presta-se, como é sabido, a um uso polêmico ou político. [...] Nesta pesquisa, o conceito é utilizado apenas no sentido corrente nas ciências sociais – praticamente sinônimo de “lideranças”, como coletivo genérico. Toda sociedade é formada por distintas hierarquias, cada uma delas baseada em diferentes recursos de influência ou poder. “Elites” são as pessoas que ocupam o ápice dessas diferentes hierarquias e conseqüentemente exercem, ou podem vir a exercer, importante influência nas decisões governamentais e nos destinos da sociedade. (LAMOUNIER; SOUZA, 1992, p. 09)

Nestes termos, a pesquisa entrevistou 450 indivíduos cuja escolha deu-se com base em critérios de posição (ocupação de cargos importantes) e reputação (ser considerado influente por outros membros ou outros pesquisadores), divididos em oito categorias distintas: 76 empresários (executivos das maiores empresas nacionais e multinacionais e os que exercem liderança pública, seja nas entidades representativas ou participando de debates nos meios de comunicação); 34 líderes sindicais (dirigentes das principais entidades, divididos por categoria); 26 líderes associativos (dirigentes da sociedade civil – religiosos, presidentes de associações profissionais e de interesses coletivos); 78 intelectuais (economistas, juristas e cientistas sociais de grande renome, escritores, cientistas de outras áreas e artistas); 34 membros da imprensa (jornalistas e empresários do setor); 108 políticos (dos diversos níveis da Federação); 68 militares (Marinha e Aeronáutica) e 26 altos administradores públicos (ministros, secretários e dirigentes de estatais). (LAMOUNIER; SOUZA, 1992, p. 09 e 10).

A pesquisa como um todo trata de uma série de questões que não serão abordadas porque não são essenciais para o entendimento que buscamos, não obstante sejam relevantes do ponto de vista científico. Para fins deste trabalho, utilizaremos apenas os dados relativos ao pensamento geral das elites acerca do projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Assim, aos serem confrontados com questões que envolviam a avaliação do Governo no período de 1930 a 1990, os entrevistados apresentaram as respostas divididas das seguintes formas:

Tabela 1 – Avaliação do desempenho do Governo Federal no período 1930-1990 (em %)

Áreas	O Governo Federal teve “algum”, “muito” ou “total sucesso”		
	1930/1990	1964/1985	1985/1990
Implantação de uma estrutura política viável para o País	38	19	53
Estímulo ao desenvolvimento da empresa privada nacional	80	69	28
Prestígio internacional do país	49	41	21
Promoção do desenvolvimento econômico	90	90	11
Promoção do desenvolvimento educacional e cívico	34	36	11
Redução das desigualdades regionais	22	22	9
Redução das desigualdades sociais	14	16	7

Fonte: Lamounier e Souza (1992, p. 11)

Dos resultados acima expostos, três nos interessam mais diretamente, pois representam questões já debatidas no presente trabalho.

O primeiro diz respeito à percepção geral de que a Nova República, representada na tabela acima pela coluna 03 (1985/1990), promoveu com sucesso a transição democrática, removendo os mecanismos autoritários então presentes e dotando o País de uma estrutura institucional mais avançada do ponto de vista democrático.

O segundo e o terceiro referem-se à opinião de que o desenvolvimento das empresas nacionais privadas e o econômico como um todo foram mais bem executados nos períodos anteriores à década de 1980.

Tomando apenas o item “promoção do desenvolvimento econômico”, temos que 90% das respostas avaliam como bem sucedidas as iniciativas adotadas antes de 1980, ao passo que apenas 11% têm a mesma opinião acerca do período da Nova República, o que também representa, em nosso ver, outro argumento já aqui debatido: o insucesso econômico da década de 1980 serviu como alicerce para a ascensão do projeto neoliberal entre as elites, na medida em que as mesmas teriam passado a ver com desconfiança as soluções então propostas e a

associar os fracassos das políticas de retomada do crescimento como frutos da participação do Estado, de sua presença na regulação da economia.

Esta afirmação fica ainda mais evidente quando se analisa os dados obtidos com as respostas para a questão: *Muitos consideram, hoje, que o setor público deveria atuar apenas nas áreas clássicas, como segurança, educação e justiça. O Sr. concorda com esta afirmação?*, que foram as seguintes:

Tabela 2 – Restrição à ação do Estado às “áreas clássicas”

Setores	Nenhuma ou pouca concordância	Concordância Parcial	Muita ou total concordância	Não tem opinião
Empresários	9	16	74	1
Militares	18	32	50	0
Imprensa	21	35	44	0
Políticos	44	27	28	1
Altos Administradores públicos	46	31	23	0
Intelectuais	49	33	18	0
Líderes associativos	54	19	27	0
Líderes sindicais	79	9	12	0
Total em %	36	26	37	1

Fonte: Lamounier e Souza (1992, p. 13)

Deste conjunto de respostas chama atenção a opinião dos empresários participantes: 74% concordaram com a diminuição do papel do Estado na economia. Somando-se este resultado às respostas “concordância parcial”, o resultado sobe para 90% dos entrevistados, ou seja: em 1990, dos 76 empresários considerados mais influentes do País pelos pesquisadores, 90% defendiam a redução da atuação do Estado às áreas clássicas. Também se destacam os segmentos “imprensa”, com 79% de concordância, e “políticos”, com 55%.

Esta alteração de pensamento de parte dos empresários, especialmente os paulistas, também se manifestou por meio do documento *Livres para Crescer – propostas para um Brasil Moderno*, lançado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP nos anos 1990 contendo argumentos justificativos de sua adesão ao novo modelo neoliberal.

A obra perpassa por uma série de questões, que vão desde um diagnóstico da economia brasileira até as soluções a serem construídas para alterar aquela que consideram a principal causa dos problemas nacionais: a participação do Estado na economia.

Na apresentação do trabalho, assinada pelo então presidente da entidade, Mário Amato, é introduzida a discussão sobre o saldo da década de 1980, que já debatemos nas seções anteriores.

O Brasil, por seu lado, completou a transição para a plenitude das liberdades políticas, com a reconquista do voto direto para todos os cargos eletivos. A sociedade brasileira, todavia, dá claros sinais de que isso não basta: anseia por conquistas na esfera econômica que garantam a plena cidadania para toda a sua população. É intolerável que, num país com os recursos de que o Brasil dispõe, ainda existam tantos indivíduos incapacitados de desenvolver seu potencial econômico e de usufruir de um nível adequado de consumo. A necessidade de reformas na área econômica, que materializem nossas potencialidades e sintonizem o Brasil como os novos tempos, é imperiosa e inadiável. (FIESP, 1990, p. 11)

Na seqüência, o documento relata que a gestação das propostas que emergiram nos anos 1990 e cuja elaboração iniciou-se em 1980, pouco antes do fim do regime militar. Naquele momento, parte dos empresários já perfilava com o ideário neoliberal, que então não gozava de grande adesão na sociedade em geral. A esse respeito Sallum (2003) afirma que

No início da década de 1980, a direção da FIESP e do CIESP já entendia que era necessária uma profunda modificação no modelo de desenvolvimento econômico, que não mais respondia às necessidades de crescimento do país. Em 1982, o Departamento de Economia da FIESP foi mobilizado para formular a visão da Casa sobre o assunto, mas não havia consenso interno sobre essa necessidade, e a idéia não se concretizou. Hoje, dentro da classe empresária, há poucas vozes que discordam da tese de que o Brasil precisa se modernizar – abrindo-se mais para o exterior, alterando o papel do Estado na economia e promovendo reformas que aumentem seu grau de eficiência – e apagar definitivamente do horizonte as perspectivas de empobrecimento geral do país, tal ameaçadoras neste final de década. (FIESP, 1990, p. 12)

Ainda neste sentido, a introdução do documento traz outros elementos que reforçam a tese de que a crise econômica dos anos 1980 e a falta de perspectivas no desenvolvimento comandado pelo Estado abriram espaço na sociedade para a implantação do pensamento neoliberal, tal como debatemos nas seções anteriores, especialmente em Sallum (2003) e Del Vecchio (2006).

O Brasil está doente. O processo inflacionário tem resistido a todas as terapias. A estagnação econômica já dura uma década e o país caminha assolado por violência, corrupção e decadência de valores, a desigualdade social é escandalosa.

A falta de perspectiva de longo prazo, a falta de definição quanto ao país que queremos ser no futuro são os principais motivos do fracasso das sucessivas tentativas de debelar o processo inflacionário e de vencer a estagnação econômica – causas fundamentais de todos os problemas que vivemos neste final de década. Concluimos a transição democrática, refizemos a Constituição, elegemos pelo voto direto um novo presidente da República: foi um grande avanço, mas não significa que os problemas fundamentais do país estejam sequer equacionados.

Em termos políticos, atingimos o alvo; em termos econômicos, perdemos o rumo. A miragem do Brasil-potência se desfez há uma década, e nenhuma outra meta tomou o seu lugar. As medidas de curto prazo que tentamos adotar são sistematicamente ineficazes, porque não se apóiam em nenhum referencial maior. (FIESP, 1990, p. 16)

Seguindo o diagnóstico e as propostas, afirmam que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil a partir dos anos 1950 já teria esgotado seu potencial de resultados, sendo agora como empecilho à economia e como causador da pobreza, na medida em que o alto grau de endividamento que se fez necessário para financiar o crescimento econômico nas décadas passadas atingiu seu ápice na década de 1980, bloqueando a atuação estatal, movimento este agravado pela inflação. (FIESP, 1990, p. 21-35)

Uma questão em especial merece destaque: a crítica feita aos investimentos sociais do Estado, mais precisamente a eficácia destas medidas, em muito se assemelha à feita pelo PSDB em seu manifesto de fundação, já debatido neste trabalho na Seção 3. Segundo o documento,

Estudos recentes revelam que o Estado, em todos os seus níveis, aloca anualmente algo em torno de um terço de seus gastos totais – ou algo como 18% do PIB – às chamadas áreas sociais (educação, saúde, habitação, previdência e bem-estar social). Esses números situam-se dentro da média dos países em desenvolvimento de renda média. [...].

Por outro lado, os indicadores sociais no Brasil, desde os anos 1960, têm demonstrado um quadro contraditório. Primeiro, se olharmos a distribuição pessoal da renda, veremos que ela é uma das mais (senão a mais) concentradas do mundo entre países de nível de desenvolvimento aproximado ao Brasil. [...]

Segundo, [...] os indicadores absolutos têm apresentado uma melhora contínua ao longo do tempo [...], [mas] esta evolução favorável tem sido menos do que proporcional ao aumento global da renda per capita e ao desenvolvimento do país, o que permite conciliar a contradição apresentada pelos indicadores sociais: todos têm progredido, mas os ricos têm progredido mais e mais rapidamente do que os pobres.

Duas explicações são possíveis para esse fenômeno. A primeira delas tem a ver com a eficácia dos programas e gastos sociais do governo. Aparentemente, a questão aqui não é insuficiência de gastos sociais [...], mas sua baixa produtividade ou seu alto índice de desperdício, [...] [pois] os programas não são estruturados de forma a atingir as populações mais carentes. [...] Além disso, parte substancial dos recursos destinados é usada para sustentar um aparato excessivo e improdutivo de agências e burocratas cuja função é controlar, regular e fiscalizar os programas. Dessa forma, embora se gaste muito, o efeito deste gasto é medíocre e poderia ser substancialmente aumentado com uma profunda revisão de programas e do aparelho burocrático associado. (FIESP, 1990, p. 29-30)

Também criticam o modelo de economia fechada aos mercados internacionais, apontando-o como inibidor da concorrência, o que abriria espaço para a atuação dos oligopólios nacionais, obrigando o governo a adotar mecanismos de controle de preços que, por sua vez, acabam debilitando a rentabilidade das empresas e desestimulando a concorrência interna, na medida em que favorece a sobrevivência dos menos eficientes. (FIESP, 1990, p. 41-56)

Partindo deste diagnóstico, os empresários propõem uma nova estratégia de desenvolvimento, apontando, entre outras medidas, a necessidade de se modificar a atuação do Estado.

Neste sentido, afirmam que sua participação seria embasada na eficiência da atuação, o que pressupõe que sua intervenção não deveria ocorrer de forma apriorística, mas considerando os fatores sociais que a envolvem e utilizando os melhores instrumentos para a solução de determinadas questões.

Assim, deveria o Estado atuar de forma a sanar e regular o mercado, redistribuir a renda e permitir a participação privada, quando possível, na oferta de serviços estatais. Apontam também a necessidade de se diminuir o papel empresarial do Estado, com um programa de privatizações das empresas públicas que não sejam essenciais para o desenvolvimento em longo prazo. (FIESP, 1990, p. 115-129)

Por fim, para concretizar estas propostas na sociedade, o documento propõe uma série de ações, denominadas de “Política Econômica e Social”, entre as quais destacam-se a de reformar o Estado, que por sua vez se daria nos seguintes termos: separar as funções tradicionais das empresariais e das financeiras, restabelecendo a confiança dos empresários no setor público, passando pela independência do Banco Central, mas sem prescindir do papel regulador do Estado; reforma fiscal, equilibrando o Orçamento da União com uma nova distribuição dos tributos entre os entes federativos, de forma a incentivar a austeridade fiscal e a redução do déficit público; desregulamentação nas relações econômicas, com uma política de preços alimentada pela abertura gradual da economia aos produtos e empresas estrangeiras, aumentando a concorrência, equilibrando a renda de forma regional, desregulamentação das relações trabalhistas e liberalização da taxa de câmbio. (FIESP, 1990, p. 161-181)

O documento ainda apresenta outro capítulo, denominado “Viabilidade Político-Social da Estratégia”, onde diversas questões de natureza política são colocadas, merecendo análise mais detalhada.

Inicia afirmando que a base do “ativismo de Estado” presente no país permeou o desenvolvimento de nossa economia e, por este motivo, há vários defensores da continuidade de sua atuação empreendedora na economia. Não obstante, o documento filia-se a outra posição, defendendo a redução da participação do Estado na economia e as demais propostas já elencadas acima.

Os vários surtos de crescimento econômico pelos quais o Brasil passou foram sempre marcados por forte participação do Estado via investimentos diretos, créditos subsidiados, programas de incentivos, expansão monetária, endividamento e vários outros mecanismos de redução de risco. Por mais de meio século, a economia brasileira se expandiu à sombra das medidas governamentais. [...]

A forte presença do Estado na economia brasileira ainda hoje provoca opiniões conflitantes. Para alguns, o desenvolvimento da economia brasileira continuará dependendo do setor público [...]. Para outros, a capacidade empreendedora do setor público está esgotada. [...]

O presente documento filia-se à segunda visão do papel do Estado. Argumenta-se que o Estado brasileiro se esvaziou em sua capacidade de atender adequadamente aos setores que hoje estão sob sua responsabilidade. O gigantismo, a burocracia ineficiente e a doentia autarquização da economia precisam ser removidos. (FIESP, 1990, p. 225-226)

Analisando o que acreditam ser a “psicologia social do brasileiro”, o documento avalia que a postura do conjunto da sociedade diante do trabalho, das instituições e das regras são fatores preponderantes dos brasileiros, que devem ser considerados na estratégia de implantar o ideário neoliberal no país, na medida em que não seria possível alterar rapidamente tal cultura do povo.

A cultura brasileira é marcada por uma combinação aparentemente paradoxal de personalismo e protecionismo. No campo do personalismo, a cultura foi em direção à espontaneidade e à improvisação como respostas à necessidade de desbravar o inóspito, ocupar o vazio e dominar o desconhecido nos tempos das aventuras coloniais, induzindo-nos a cultivar mais as personalidades do que as regras, mais os heróis do que as instituições. [...] Ao mesmo tempo em que cultivam os heróis e as personalidades, os brasileiros tendem a valorizar muito mais os eventos do que os resultados. [...] A ética que defende o trabalho como atividade com valor em si mesma é pouco popular no Brasil de hoje. Raramente o trabalho é visto como um fim em si mesmo a ponto de justificar pontualidade, disciplina, diligência e capricho. A preguiça, em certa dose, não chega a ser imoral. Saber gozar a vida é quase sinônimo de trabalhar pouco. Tudo isso tem raízes culturais profundas e só muda muito lentamente, a menos que algum fenômeno superveniente coloque em risco a sobrevivência dos protagonistas. (FIESP, 1990, p. 227-229)

Analisando especificamente a reação do empresariado diante das novas propostas liberalizantes, o documento afirma que grande parte destes desenvolveram-se à sombra do

protecionismo estatal e, naquele momento (início da década de 1990), defendiam a reforma do Estado não por convicção, mas por falta de perspectivas no desenvolvimentismo.

No Brasil, uma grande parte da elite empresarial [...] nasceu e cresceu à sombra do protecionismo e, ao defender a racionalidade da competição livre, costuma ter em mente o quintal do seu vizinho. Quando aplicado a ela mesma, a retórica da liberalização se enfraquece, voltando-se para o gradualismo que dá margem a uma reorganização sem perdas ou até mesmo à anulação da estratégia.

[...] Novas forças induzem o empresariado a começar a pensar em viver por conta própria. Mas não podemos superestimar a vontade de mudar na classe empresarial. Para um grupo – ainda minoritário – já existe uma clara consciência de que a liberalização da economia é condição necessária para a retomada do desenvolvimento brasileiro na próxima década. Para outros, a disposição de mudar é movida muito mais pela inviabilidade do continuísmo do que pela convicção econômica. (FIESP, 1990, p. 233-238)

A proposição presente no documento em tela conflui com a hipóteses neste trabalho apresentada, segundo a qual os empresários brasileiros, em grande parte, aderiram ao modelo liberal dos anos 1990 por falta de confiança no estatal-desenvolvimentismo, bem como que as elites paulistas foram protagonistas na defesa do projeto neoliberal, questões que já enfrentamos do ponto de vista teórico nas seções anteriores, complementando os dados empíricos apurados pela pesquisa de Lamounier e Souza (1992).

A somatória das informações aqui contidas com os elementos já debatidos anteriormente apontam, em nosso ver, para a consistência da hipótese fundada na presunção de que as elites econômicas migraram para o projeto neoliberal movidas por sentimentos de insegurança em relação à incertezas políticas e econômicas que dominaram o período de 1985-1990, marcado pela transição para o regime democrático e pela não correspondência deste sucesso no campo do desenvolvimento.

De outra parte, é necessário notar que aqueles líderes industriais que, por diversos motivos, não aderiram ao novo ideário foram deslocados para posições de menor relevo.

Tal transição, como vimos nas seções anteriores, deu-se de forma rápida em se tratando de alterações de porte tão profundo em um grupo social que teve importância indiscutível para que o Brasil alcançasse as posições conquistadas no mundo, do ponto de vista econômico. De outra parte, há um processo simultâneo de transição política, com o fim do regime militar, no qual a elite industrial se engaja tencionada por contradições e clivagens que tinham por objeto a própria natureza do Estado. A ambiguidade em relação ao Estado, marca de nossa burguesia aparece então em registro ampliado.

Importa ressaltar, neste sentido, que Diniz e Bresser Pereira (2007) destacam o fato do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, entidade de orientação nacional desenvolvimentista que não permitia a filiação de empresas multinacionais, ter apresentado argumentos contrários à crescente internacionalização das empresas brasileiras que acontecia por meio das privatizações, seguindo a tradição de heterogeneidade entre a burguesia e representando um contraponto em relação aos demais segmentos da burguesia. No entanto, a maior parcela da classe aderiu ao neoliberalismo, organizando-se para defender a implantação do programa no Brasil.

E a substituição entre as elites, cujo sentido que emprestamos ao termo neste trabalho foi delimitado na Seção 2, ocorreu em relação aos segmentos industriais, que perderam força para outros setores, especialmente os de serviços e financeiro, no esteio das mudanças pelas quais o modo de produção capitalista sofreu a partir de 1970, com o aumento da importância do capital financeiro e o desmonte das estruturas sociais criadas a partir de 1945 pelo modelo de *welfare state* e das lideranças que acabaram identificadas com o “velho” desenvolvimentismo.

Vejamos agora, em relação às elites políticas, como este processo de substituição transcorreu.

4.2. Alterações nas elites políticas

Da mesma forma como ocorrido com as elites econômicas, as políticas também sofreram transformações com a ascensão do projeto neoliberal entre seus membros.

Neste caso, o PSDB, partido cujo programa continha o resumo do projeto político que se tornou hegemônico nos anos 1990, pouco tempo depois de sua fundação já era detentor dos principais postos políticos da República, elegendo suas principais lideranças para os mesmos, assim como chegaram ao controle do maior Estado, São Paulo, ocupando de uma só vez os cargos de Presidente da República, com Fernando Henrique Cardoso, Governador do Estado de São Paulo, com Mário Covas e Senador, com José Serra.

Na via oposta, o PMDB, que era o principal partido do Brasil e deteve o controle do processo político brasileiro nos anos 1980, elegendo a esmagadora maioria de governadores, deputados, prefeitos e senadores, bem como era a principal força política de São Paulo, foi perdendo espaço para outras forças políticas alinhadas ao projeto de reformas, especialmente

para o PSDB e o Partido da Frente Liberal – PFL (hoje Democratas – DEM), bem como para o Partido dos Trabalhadores – PT, que se colocou como líder da oposição.

Este movimento de ascensão e queda pode ser notado quando verificamos os dados eleitorais dos últimos processos e o desempenho de cada força política nas disputas. Para fins deste trabalho, pesquisamos as eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002 e os respectivos resultados obtidos pelos seguintes partidos: PMDB, PSDB, PFL e PT.

O corte temporal aqui adotado considera as eleições de 1990 como marco inicial porque seus resultados possibilitam uma melhor medição do desempenho eleitoral dos partidos escolhidos, bem como permitem a comparação com os demais anos. Ainda, consideramos a eleição de 2002 como marco final da ascensão neoliberal, a despeito das polêmicas existentes em torno de tal afirmação, cuja investigação supera os limites do presente trabalho.

De acordo com esta delimitação, tomamos o primeiro conjunto de tabelas a serem apresentadas fazem parte do banco *Dados Eleitorais do Brasil (1992-2006)*, organizados por Jairo Nicolau e disponibilizados eletronicamente pelo IUPERJ que fazem referência aos resultados nacionais obtidos pelos partidos analisados dentro do lapso temporal aqui determinado.

Considerando como primeiro critério de análise o número de deputados federais eleitos pelas respectivas agremiações, temos os seguintes resultados:

Tabela 3 – Número de Deputados Federais por partido de 1990 a 2002

Partido/ano	PMDB	PSDB	PFL	PT
1990	108	38	83	35
1994	107	63	89	49
1998	83	99	105	58
2002	74	71	84	91

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (1992-2006)

Os dados apontam que, se no início dos anos 1990 o PMDB era o maior partido no Congresso Nacional, elegendo 108 deputados de um total de 513, ou aproximadamente 1/5 do total, em 2002 o partido elegeu 74 deputados, ou menos de 15% do total, indicando pequena redução. Na outra ponta, o PSDB, que em 1990 tinha apenas 38 deputados, menos de 10% do total, chegou a eleger 99 parlamentares em 1998, com crescimento de mais de 150% em

relação à primeira eleição geral que disputou. Por fim, PT e PFL apresentam desempenhos semelhantes, todos em ascensão.

Considerando-se a votação geral de cada uma das agremiações, os resultados apontam na mesma direção que os acima: descenso do PMDB e ascensão das demais agremiações, com destaque para PSDB e PT.

Tabela 4 – Número total de votos por partido de 1990 a 2002

Partido/ano	PMDB	PSDB	PFL	PT
1990	7.798.653	3.515.809	5.026.474	4.128.052
1994	9.203.551	6.373.903	5.830.916	5.959.854
1998	10.105.896	11.681.956	11.525.279	8.786.528
2002	11.692.011	12.534.774	11.706.231	16.093.987

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (1992-2006)

Neste caso, a melhor leitura da tabela é a que considera o crescimento percentual de votos em cada partido nas eleições, pois a primeira visão dos resultados aponta aumento geral para todos, certamente fruto do gradual aumento no número de eleitores a cada eleição.

Assim, enquanto o PMDB cresceu sua votação de 7,7 milhões em 1990 para 11,6 mi em 2002, os demais partidos obtiveram resultados bem mais expressivos: o PSDB cresceu de 3,5 mi em 1990 para 12,5 mi em 2002; o PT, de 4,1 mi em 1990 para 16 mi, em 2002; e o PFL, de 5 mi para 11,7 milhões no final do período.

Por fim, utilizando com critério de análise o percentual de votos por partido, melhor se verifica o movimento de ascensão e queda que desejamos apontar, na medida em que enquanto PSDB, PFL e PT obtiveram crescimento gradual entre 1990 e 2002, o PMDB diminuiu sua votação.

Tabela 5 – Percentual de votos por partido de 1990 a 2002

Partido/ano	PMDB	PSDB	PFL	PT
1990	19,3	8,7	12,4	10,2
1994	20,3	14,0	12,8	13,1
1998	15,2	17,5	17,3	13,2
2002	13,4	14,3	13,4	18,4

Fonte: Dados Eleitorais do Brasil (1992-2006)

Tomando agora por base somente os resultados eleitorais do Estado de São Paulo, notamos o mesmo movimento demonstrado pelos dados acima expostos.

O banco de dados utilizado neste momento é o *Informações Políticas sobre o Estado de São Paulo*, organizado pela Secretaria de Estado de Gestão Pública e disponibilizados de forma eletrônica, com os mesmos critérios já acima expostos.

Considerando o número de deputados estaduais eleitos por partido, temos os seguintes resultados:

Tabela 6 – Números de Deputados Estaduais Paulistas Eleitos por partido no período de 1990 a 2002

Partido/Ano	PSDB	PMDB	PT	PFL
1990	09	19	14	08
1994	17	23	16	05
1998	21	08	14	11
2002	18	04	23	06

Fonte: Informações Políticas sobre o Estado de São Paulo

Conforme se observa, em 1990 o PSDB possuía 09 deputados estaduais e o PFL 08 parlamentares entre os eleitos, enquanto o PMDB possuía 19 e o PT, 14.

Passados quatro anos, com a eleição de Fernando Henrique Cardozo, Mário Covas e José Serra para os principais cargos políticos estaduais e nacionais em 1994, o PSDB tem crescimento de mais de 50% em seu número de eleitos em relação a 1990, enquanto o PMDB tem aumento médio de 20%, o PT de 15% e o PFL, redução média de 35%.

Na eleição seguinte, o PSDB consolida sua liderança no Estado, elegendo 21 Deputados Estaduais – crescimento médio de 25%, seguido do PFL, que aumenta em mais 110% seu número de parlamentares em relação a 1994, enquanto o PMDB sofre queda de 60%, o mesmo ocorrendo com o PT, que retornou ao patamar do pleito anterior.

Por fim, em 2002, observa-se grande crescimento do PT nas eleições parlamentares estaduais, a manutenção do PSDB, com leve descenso, diminuição significativa dos eleitos do PFL e redução de 50% na participação do PMDB em relação à 1998.

O mesmo ocorre em relação à eleição para Deputado Federal, onde se verifica a ascensão do PSDB e do PFL, seguidos pelo PT (que em 2002 acaba por ultrapassar o primeiro em número de eleitos) e o declínio do PMDB no mesmo período acima assinalado.

Tabela 7 – Números de Deputados Federais Paulistas Eleitos por partido no período de 1990 a 2002

PARTIDO/ANO	PSDB	PMDB	PT	PFL
1990	09	12	10	01
1994	15	14	14	03
1998	15	05	14	08
2002	11	04	18	07

Fonte: Informações Políticas sobre o Estado de São Paulo

Os dados acima expostos conferem consistência à hipótese desenvolvida neste trabalho, que sustenta ter ocorrido a ascensão de novos atores políticos aos postos de maior destaque e poder na sociedade.

O movimento que se observa em relação às elites políticas tem correspondência no que se refere às elites econômicas, ainda que em graduações diferentes, pois entre os partidos é mais nítida a ascensão, no período aqui estudado, daqueles que, de uma forma ou de outra, colocaram-se em oposição ao modelo de estado vigente nos anos 1980 e, por conseqüência, a seu representante político, o PMDB.

Nossa intenção com a visualização dos dados eleitorais era apontar a consistência de nossa hipótese de trabalho, o que em nosso ver foi concretizado, não obstante tais indicadores por si só não sejam o melhor critério de análise da força política das agremiações na sociedade, especialmente porque as práticas partidárias nem sempre correspondem aos estatutos e programas dos partidos, o que dificulta afirmar que cada partido aqui citado fosse absolutamente fiel a um programa ideológico definido.

De toda forma, tal limitador que acomete os dados eleitorais, não impede, em nosso ver, sua utilização neste trabalho, cuja intenção não era analisar a ideologia de cada partido nem suas estratégias eleitorais, mas sim demarcar o movimento ocorrido de perda de espaço político do PMDB para o PSDB, PFL/DEM e PT, fato este que reputamos seja devido, entre outros elementos, a associação do primeiro com aquilo que se pretendia eliminar da vida política nacional, com o “velho”, em detrimento dos “novos” grupos.

No especial caso de São Paulo, a diminuição da importância política do PMDB está, em nosso ver, ainda mais intimamente ligada à ascensão do PSDB aos postos de controle da política estadual, espaços estes cuja importância política foi muito bem delineada por Fernando Abrúcio (1998) e que ganham especial destaque se considerarmos que o grupo dos “tucanos” originou-se de uma dissidência do peemedebista. Por outro lado, a ocupação, pelo

PT, da condição de líder da oposição, diminuiu sobremaneira o espaço para a atuação peemedebista devido à falta de um discurso político que reverberasse na sociedade.

Estes dados, somados com os acima colocados e interpretados com o substrato teórico debatido nas seções anteriores, apontam em nosso ver para a ocorrência da hipótese central de nosso trabalho de que houve, de fato, uma transformação nas elites econômicas e políticas do Estado de São Paulo no período aqui analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Reforma do Estado e transformações das elites econômicas e políticas de São Paulo*, propusemo-nos a analisar as conseqüências advindas dos processos de reforma neoliberal do Estado brasileiro e do modelo de desenvolvimento que lhe é correlato, o estatal-desenvolvimentismo, sobre as elites brasileiras, em especial as de São Paulo.

Partimos das hipóteses iniciais de que houve uma transformação ideológica no pensamento dessas elites, que passaram de defensoras do modelo estatal-desenvolvimentista para o neoliberal. Face a estas transformações, novos atores sociais galgaram os postos de controle da classe, ocupando os principais cargos políticos e de destaque na sociedade. Ao final de nossa pesquisa, entendemos que os elementos aqui expostos apontam para a veracidade de nossas hipóteses de trabalho.

A hegemonia neoliberal alterou sobremaneira a sociedade brasileira dos anos 1990, transformando as relações sociais e mudando as estruturas até então estabelecidas. Alçado ao *status* de pensamento único, por mais de uma década o discurso político nacional resumiu-se em saber quem era a favor ou contra as “reformas”, quais candidatos se propunham a fazer a “lição de casa”, quem era “dinossauro” e quem era “moderno”, quem era “globalizado” ou herdeiro da estrutura “varguista” que precisava ser superada, como relatou Del Vecchio (2006)

Entre os diversos grupos sociais, tal hegemonia exerceu diferentes efeitos. A nós interessa os ocorridos com dois deles em especial: as elites econômicas e políticas.

Discutimos na Seção 2 as teorias que permeiam o conceito de elites, alicerçados nas proposições de Bottomore (1974), Lasswell (1979) e Miliband (1972), bem como a intersecção deste com o conceito marxista de classe dominante, base criadora de parte do modelo metodológico que nos utilizamos para apurar nossas hipóteses: esta é composta por diversos grupos, cada um atuando na defesa de seus interesses particulares. Mas estes grupos, não obstante sejam heterogêneos (no caso brasileiro, desde a formação, como vimos nas seções 1 e 2 com Ianni (1989), Fernandes (1975) e Cardoso (1972), atuam como classe na disputa com as demais pela hegemonia na sociedade, movimento que visualizamos melhor quando colocamos a classe burguesa em perspectiva relacional com as demais classes e frações de classe que constituem a sociedade brasileira.

Neste sentido, podemos concluir que a heterogeneidade da formação das elites econômicas e sua forma de atuação guardam semelhanças com o modelo por nós desenvolvido para a análise aqui exposta, o mesmo ocorrendo em relação às elites políticas, permitindo a afirmação de que é possível haver alterações no pensamento de parte da classe e, conseqüentemente, mudanças no destaque que cada grupo que a compõe possui, movimento este que, por sua vez, depende de uma série de outros fatores da realidade social para se definir.

Um destes fatores são as relações econômicas que as classes mantêm, especialmente com o Estado, sendo que a análise de tais relações também é parte do método do qual nos utilizamos neste trabalho.

Não obstante as divergências que tal modelo, baseado em nosso ver na teoria marxista e que extraímos das obras de Ianni (1989; 1991), entendemos que o melhor modo de analisar a atuação das classes na defesa de seus interesses reside em verificar historicamente os processos econômicos envolvendo a ação estatal e a relação destes com as classes então constituídas e seus interesses, ocupando-nos das contradições e das atuações dos diversos atores sociais a fim de perceber os mecanismos por eles desenvolvidos para influenciar a tomada das decisões de forma que o resultado destas lhes seja mais favorável – ou, em outras palavras, como elas exercem a dominação e a hegemonia.

O desenvolvimento econômico brasileiro deu-se, de 1930 a 1980, baseado no modelo estatal-desenvolvimentista e sustentado pela aliança tácita entre o Estado, a burguesia nacional e, até 1964, o proletariado, a fim de se construir o crescimento econômico nacional e a entrada do país no capitalismo industrial.

A burguesia industrial, que até a Revolução de 1930 não conseguia reunir condições para chegar ao poder, somente estabeleceu-se enquanto classe quando sua aliança com o Estado ganhou corpo. A partir de então, pouco a pouco as ações estatais de intervenção na economia foram guiadas para o estabelecimento do capitalismo industrial brasileiro, fortalecendo nossa nascente classe dominante e possibilitando a ela a conquista de seus interesses.

Entretanto, apesar de somente ter conseguido galgar a condição de classe dominante por meio da ação estatal, guarda com este uma relação de ambigüidade: deseja sua proteção, seus incentivos e financiamentos, mas não o deseja controlando a economia totalmente.

Uma das causas desta ambigüidade reside na formação heterogênica da classe, moldada na emergência dos fatores que desencadearam a Revolução de 1930 e composta de

grupos sociais distintos, variando de cafeicultores sem recursos, mas com bom trânsito político até imigrantes conhecedores das técnicas de manufatura, passando por banqueiros, comerciantes que enriqueceram com o café, entre outros, conforme vimos nos autores anteriormente citados.

As diferenças sociais entre segmentos tão distintos trazem como consequência a dificuldade de unificação de um só pensamento de classe, resultando em uma ação conjunta mais lenta e nem sempre totalmente unificada, fatores estes já aqui debatidos de forma mais profunda e com base na bibliografia especializada.

Debatemos ainda outras duas proposições acerca da burguesia nacional, quais sejam, sua dificuldade em pensar-se enquanto classe e sua acomodação em relação aos demais grupos sociais, advinda do fato de que não precisou com estes disputar o poder, teses com as quais guardamos as reservas já delineadas na Seção 1, na medida em que, em nosso ver, o fato das ações estatais serem guiadas e geridas em favor do desenvolvimento industrial, o enorme crescimento econômico experimentado pelo país com base na industrialização e a resistência da classe às medidas estatais que ensejassem uma maior presença direta na economia, entre outros, são fatores que nos levam a crer que a burguesia nacional dispunha do poder de influenciar as relações sociais a ponto de moldar a economia nacional de forma a atender os requisitos para a ascensão e seus interesses mais diretos.

A confluência desses fatores resultará na paralisia ocasionada pela crise econômica dos anos 1980 e na conseqüente migração do pensamento de parte importante da classe burguesa para o neoliberalismo.

Isto porque, conforme debatemos na Seção 3, o apoio dos empresários aos movimentos de redemocratização foram fundamentais para o encerramento do período militar, bem como a crença em um modelo de desenvolvimento baseado no estatal-desenvolvimentismo e nas liberdades democráticas e era a ideologia corrente entre as elites econômicas e políticas nacionais.

Entretanto, a sucessão de problemas no campo econômico estremeceu a confiança destas elites no modelo, abrindo espaço para o fortalecimento de grupos em seu interior que propunham maior associação com o capital estrangeiro e menor participação direta do Estado. Este tipo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro tinha seus defensores mais presentes nas elites paulistas.

Vimos ao longo da Seção 2 que as condições especiais da formação de São Paulo lograram criar uma elite com características diferentes, mais voltadas ao liberalismo, à menor

dependência em relação ao Estado e maior abertura ao capital estrangeiro, desde que submetido a algumas regras.

Apesar de serem as maiores beneficiárias da política intervencionista estatal, as elites paulistas estiveram na linha de frente dos protestos pela “desestatização” da economia, pela maior liberdade à atuação do capital estrangeiro e outras medidas de cunho mais liberal que permearam a política nacional ao longo do século XX, conforme vimos na Seção 1.

Assim, não causa estranheza o fato das elites paulistas terem sido as primeiras a apoiar a implantação do projeto neoliberal no Brasil, seja por meio dos segmentos econômicos, através da FIESP e de seu documento *Livre para Crescer*, analisado na Seção 4, seja por meio do partido político criado com base nas proposições neoliberais, o PSDB.

Exposta às intempéries políticas daquele período, momento de transição política do regime autoritário para o democrático, de estagnação econômica e de indefinições acerca dos rumos a serem seguidos, indecisão esta catalisada pelos acontecimentos mundiais, as elites nacionais acabaram por associar o modelo estatal-desenvolvimentista com a crise. Rapidamente criaram a convicção de que, se era o Estado o causador dos problemas que impediam o desenvolvimento, melhor seria aderir de corpo e alma a um projeto onde o agora contestado *Leviatã* tinha reduzida participação.

O que desejamos concluir é que a opção pelo neoliberalismo cercou-se de dois componentes: a incerteza em relação ao futuro e a ambiguidade ideológica da burguesia nacional em relação ao papel do Estado na economia. Ambos os fatores estiveram sob o foco dos críticos do modelo desenvolvimentista, que se utilizavam da crise econômica como principal argumento para afirmar que o mesmo havia envelhecido e precisava ser substituído. Também devemos considerar a hipótese de que a burguesia via nas privatizações uma oportunidade de negócios, nos termos por nós colocados ao longo da Seção 3, que em nosso ver teve efeitos secundários, mas muito palpáveis.

Tanto em relação às elites políticas quanto às econômicas, a hegemonia neoliberal ganhou rapidamente espaço, transformando estes segmentos sociais a ponto de inverter, entre eles, os postos de maior destaque e controle de poder.

Entre os atores econômicos, o que se viu foi a ascensão das lideranças associadas ao neoliberalismo em detrimento das defensoras do estatal-desenvolvimentismo, que acabaram marcadas pela pecha de ineficientes e dependentes do Estado, adjetivos estes associados aos industriais em geral, que viram reduzir seu poder de intervenção na sociedade e,

especialmente, no Estado e na formulação de suas políticas públicas, agora guiadas pelos preceitos neoliberais.

No que tange às elites políticas, a ascensão do PSDB e a perda de espaço político do PMDB, que em São Paulo aconteceu de forma ainda mais avassaladora, permite visualizar com maior clareza a transformação a que nos propusemos a analisar: em menos de seis anos, os “tucanos” ocupavam os principais postos políticos na Nação e, em São Paulo, assumiram o lugar hegemônico antes ocupado pelo PMDB, que por sua vez diminuiu de forma significativa, como os dados analisados na Seção 4 demonstram.

Por que tal inversão aconteceu? Em nosso ver, pelos mesmos motivos que influenciaram as alterações nas elites econômicas. Como argumentamos na Seção 3, o terreno para as novas ideologias era fértil e, em pouco tempo, todas as lideranças associadas ao “passado” “os gastadores que faliram o Estado” foram pouco a pouco dando lugar aos “gestores”, aos que iriam “sanear e enxugar a máquina”, que uma vez enxuta voltaria a funcionar.

Este conjunto de argumentos apontam, em nosso ver, para a ocorrência das hipóteses as quais nos propusemos a estudar no presente trabalho.

Por fim, e propositalmente, deixamos para agora a discussão de uma última conclusão advinda de nossas pesquisas, que é acerca dos destinos do nacional-desenvolvimentismo.

Reafirmamos nossa posição de que o objetivo principal do nacional-desenvolvimentismo era a independência econômica do Brasil em relação às economias dos países centrais.

A opção de contar com o capital internacional para financiar o desenvolvimento sempre existiu para as elites brasileiras. Desde o tempo do Brasil Colônia, nossa economia sempre esteve associada aos países desenvolvidos, oportunidades nas quais, como vimos na Seção 1, o centro dinâmico de nosso mercado encontrava-se no exterior.

Com a Revolução de 1930, surgiu espaço para um novo modelo, o nacional-desenvolvimentismo, cuja tarefa principal era inverter nosso centro dinâmico econômico para dentro, ou seja, reformular as estruturas de crescimento de forma a que pudéssemos auto-financiar nossa expansão econômica, que já não poderíamos mais contar com os recursos estrangeiros face à crise de 1929. Para aqueles que pugnavam por uma sociedade moderna, isto é, industrial em nosso país, não restava, pois, alternativa senão desatrelar o país.

E foi o que de fato aconteceu. Nos períodos em que o nacional-desenvolvimentismo foi aplicado, lapso temporal que se confunde com os governos de Getúlio Vargas, o Brasil

experimentou um crescimento sustentado, com base na substituição de importações, e pôde ocupar lugar de destaque entre as nações no que tange ao desenvolvimento.

Entretanto, a partir de 1960 o capital estrangeiro internacional, já recuperado da crise do pós Guerras, retorna com força à economia nacional, patrocinando o crescimento econômico conquistado por meio do Plano de Metas, cujos resultados foram o desenvolvimento, de um lado, e a crescente internacionalização da economia, de outro.

Este modelo de capitalismo associado ou dependente, cuja característica principal é a realização de inversões de capital estrangeiro no país mediante a implantação de unidades produtivas vinculadas às matrizes multinacionais, perdurou no decorrer dos anos seguintes, não obstante as resistências de segmentos importantes das elites econômicas, especialmente entre os empresários nacionais, que sentiam com maior profundidade os efeitos da concorrência com as grandes corporações estrangeiras.

Mesmo durante o regime militar a contradição entre os modelos dependente e autárquico perdurou. De uma parte, tivemos o conjunto de medidas e práticas de política econômica que atraiu imensas inversões de capital externo na indústria e que redundaram no chamado “Milagre brasileiro” dos anos iniciais da década de 1970. Em seguida, tivemos o último e decisivo arranque nacional-desenvolvimentista através dos pesados investimentos em infra-estrutura e na indústria pesado, realizados em conseqüência do II PND, durante o Governo Geisel.

Já nos anos 1980, a crise de estagnação pela qual passava o Brasil deu-se centralmente pelo escoamento de parte substancial de nossas reservas para o exterior, por meio dos pagamentos de juros da dívida externa. Esse poderoso constrangimento somou-se à inépcia governamental, que através da conduta errática da política econômica no governo de João Figueiredo, o derradeiro presidente do ciclo militar, colocou em risco o financiamento das políticas públicas e a sustentação da própria máquina estatal.

Esta foi, em nosso ver, a causa principal da crise econômica da “década perdida”: sob um governo fraco, sem poder contar com os financiamentos internacionais e incapaz de sustentar os pagamentos de juros, a economia nacional paralisou-se. Em outras palavras, a crise dos anos 1980 foi a resultante de uma crise do regime militar à qual se associou o esgotamento do modelo dependente.

Mas estas são questões para debate futuro.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

BARNABÉ, Israel R. Elite, classe social e poder local. **Estudos de Sociologia**, Araraquara/SP, Ano 4, n.07, p. 103 a 118, 1999.

BARZELAY, Michael. **La nueva gestión pública**. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BERLINCK, Cyro. **Roberto Simonsen: a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira**. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1948.

BOSCHI, Renato. DINIZ, Eli e SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: A desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BOTTOMORE, Thomas B. **As Elites e a Sociedade**. Tradução de Otávio Guilherme C. A. Velho. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

_____. **As Classes na Sociedade Moderna**. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

_____. A elite: conceito e ideologia. In BOTTOMORE, T.H., *et al.* **Elites Políticas**. Brasília: Editora da UNB, 1978, v.1 (série Curso de Introdução à Ciência Política).

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo Carvalho. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CANO, Wilson *et al.* **Economia Paulista – dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas/SP: Alínea, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1972.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEL VECCHIO, Angelo. Mais uma vez, navegar é preciso. In CASARO, Rita, org. **São Paulo: realidade e perspectivas. Efeitos do neoliberalismo tucano no estado**. São Paulo: A. Garibaldi, 2006, p. 91-104.

_____; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da Sociologia Aplicada no Brasil**. No prelo. [2009]

DINIZ, Eli Cerqueira; BOSCHI, Renato Raul. Elite Industrial e Estado: uma análise da ideologia do empresariado nacional dos anos 70. In MARTINS, Carlos Estevan (Org.). **Estado e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977, p. 167-188.

_____. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli (Org). **Empresários & modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

_____. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos Anos 90. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 38, n. 3, p. 385 a 415, 1995.

_____. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 10ª Ed., São Paulo: Globo e Publifolha, 2000. (coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro, 2v.).

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FIESP. **Livre para crescer. Proposta para um Brasil Moderno**. São Paulo: Cultura editores associados, 1990.

FUKUYAMA, F.F. **O fim da história e o último homem.** Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOUVEA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites dominantes do País.** São Paulo: Editora Paulicéia, 1994.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo.** 2ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** 5ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Teorias da Globalização.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.

KEYNES, J.M. **A Teoria do emprego, do juro e do dinheiro.** São Paulo: Abril, 1983.

LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de. **As elites brasileiras e a modernização do setor público: um debate.** São Paulo, Rio de Janeiro: Sumaré/Fapesp, 1992.

LASWELL, Harold D. O estudo da elite política. In BOTTOMORE, T.H. *et al.* **Elites Políticas.** Brasília: Ed. da UNB, 1978. (série Curso de Introdução à Ciência Política, 1 v.).

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O Município e o regime representativo no Brasil.** 3ª Ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEME, Marisa Saenz. **A Ideologia dos Industriais Brasileiros – 1919/1945.** Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção História Brasileira 2).

LIMA, Heitor Ferreira. **Mauá e Roberto Simonsen: dois pioneiros do desenvolvimento**. São Paulo: Edaglit, 1963.

_____. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

MARTINS, Luciano. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. In **Cadernos ENAP**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), nº 8, 1995.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da Nação**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. 9ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

BRASIL. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: 1995.

NICOLAU, Jairo. **Dados Eleitorais do Brasil (1992-2006)**. Disponível em www.iuperj.br, acesso em 05 de dezembro de 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. **Da administração pública burocrática à gerencial**. *Revista do Serviço Público*. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 1996, nº 1, p. 7-40, jan-abr, 1996b.

_____. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ano 49, nº 1, p. 5-41, jan.-mar. 1998.

_____ e DINIZ, Eli. **Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?** Setembro de 2007, disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 07 de março de 2009.

SALLUM JR, Brasílio e KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estudos Avançados**, 1991, número 13, páginas 145 a 159, disponível em www.scielo.com, acesso em 24 de janeiro de 2008.

_____. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) v. 18, nº 52, p.1-9, jun. 2003.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Informações Políticas sobre o Estado de São Paulo**. Disponível em www.infopoliticas.sp.gov.br. Acesso em: 12 de outubro de 2007.

SARETTA, Fausto. **Política Econômica Brasileira: 1946-1951**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. (Coleção Economia/Administração Pública, n. 3, FCL/Laboratório Editorial/Unesp)

SIMONSEN, Roberto. **À margem da profissão. Discursos, conferências, publicações**. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

_____. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.

_____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

SOLA, Lourdes. Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil. **Revista USP**, nº 17, maio 1993.

_____. Estado, regime fiscal e ordem monetária: qual Estado? In SOLA, Lourdes & PAULANI, Leda (Orgs). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOUZA, Nilson Araújo. **Economia Brasileira Contemporânea. De Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Ascensão e Queda do Império Americano.** São Paulo: Mandacaru/CPC – UMES, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro.** Rio de Janeiro: Campus, 1982.

VARGAS, Getúlio. **O Governo Trabalhista do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

VELASCO JR, Linício. A economia política das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período de 1985/1994. In **Textos para discussão**, n.º 54, Rio de Janeiro, abril de 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COUTO, Cláudio Gonçalves. A longa Constituinte: Reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. **Revista Dados** [online], vol. 41, n.º 1, Rio de Janeiro: 1998, disponível em www.scielo.br, acesso em 20 de junho de 2008.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

KERBAY, Maria Tereza Miceli. Federalismo, Descentralização e Democracia. **Estudos de Sociologia**. Araraquara/SP, v.6, n. 10, p. 51-61, 2001.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UNB, 1982

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, 50(4), p. 5-30, 1999.

_____. **Do Estado Patrimonial ao Gerencial**. Disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 20 de março de 2006.

_____. **A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. Disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 20 de março de 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986

SALLUM, Brasília Jr. Transição Política e Crise de Estado. **Revista Lua Nova**, n.º 32, São Paulo: CEDEC, 1994.